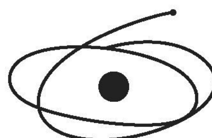
REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Ano XXXV nº 137-138 1992



ISSN 0034-7329





INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Revista Brasileira de Política Internacional
(Rio de Janeiro: 1958-1992; Brasília: 1993-)

Sede: *Universidade de Brasília*
Pós-Graduação em História - ICC - Ala Norte
70910-900 Brasília DF, Brasil

Correspondência: Caixa Postal 4400
70919-970 Brasília - DF, Brasil
Fax: (55.61) 307 1655
E-mail: ibri@unb.br
http://www.ibri-rbpi.org.br
Site Brasileiro de Relações Internacionais:
http://www.relnet.com.br

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais - IBRI, é uma organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos. Fundado em 1954 no Rio de Janeiro, onde atuou por quase quarenta anos, e reestruturado e reconstituído em Brasília em 1993, o IBRI desempenha desde as suas origens um importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil. O IBRI atua em colaboração com instituições culturais e acadêmicas brasileiras e estrangeiras, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão e reflexão, promovendo atividades de formação e atualização para o grande público (conferências, seminários e cursos). O IBRI mantém um dinâmico programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI, Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais e livros sobre os mais diversos temas da agenda internacional contemporânea e de especial relevância para a formação de recursos humanos na área no país.

Projeto de Digitalização

Em 2004 o IBRI comemora cinquenta anos da sua fundação, com a convicção de que desempenhou, e continuará desempenhando, a sua missão de promover a ampliação do debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção internacional do Brasil. Para marcar a data, o Instituto leva a público a digitalização da série histórica da Revista Brasileira de Política Internacional, editada no Rio de Janeiro entre 1958 e 1992, composta por exemplares que se tornaram raros e que podem ser acessados em formato impresso em poucas bibliotecas.

Equipe

Coordenador: *Antônio Carlos Moraes Lessa.*

Apoio Técnico: Ednete Lessa.

Assistentes de Pesquisa: *Paula Nonaka, Felipe Bragança, Augusto Passalaqua, João Gabriel Leite, Rogério Farias, Carlos Augusto Rollemberg, Luiza Castello e Priscila Tanaami.*



Ano XXXV nº 137-138 Janeiro-Junho 1992

ANO XXXV 137-138

IBRI

instituto brasileiro de relações internacionais

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL



REVISTA BRASILEIRA
DE
POLÍTICA INTERNACIONAL

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Fundado em 1954

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais é uma associação cultural independente, sem fins lucrativos, mantida por contribuição de seus associados, doações de entidades privadas e subvenções dos poderes públicos. É seu objetivo promover e estimular o estudo imparcial dos problemas internacionais, especialmente dos que interessam à política exterior do Brasil.

PRAIA DE BOTAFOGO, 186 - GRUPO B-213
RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Diretor:
CLEANTHO DE PAIVA LEITE

Secretaria :
Eneida Nogueira Rigueira

Supervisão Gráfica:
IO COMUNICAÇÃO VISUAL

Composição:
Waldir José

Direção e Administração
Praia de Botafogo, 186 - Grupo B-213
Telefone - (021) 551-0598
22250 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Assinatura anual:	Cr$ 200,00	Para o exterior:	25 US$
Número avulso:	Cr$ 100,00	Para o exterior:	14 US$
Números atrasados:	Cr$ 250,00	Earlier issues:	15 US$

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

ANO XXXV 1992/1 137-138

SUMÁRIO

QUEM TEM MEDO DE STEFAN ZWEIG?(*) OU OS CAMINHOS DA AUTONOMIA TECNOLÓGICA

Celso Amorim

"He asked me what were the usual causes or motives that made one country go to war with another. I answered, they were innumerable;... Sometimes our neighbours *want* the *things* which we have, or *have* the *things* which we want; and both fight, till they take ours or give us theirs" (*"A Voyage to the Country of the Houyhnhms"*, in "The Writings of Jonathan Swift", W.W. Norton, London, 1973).

"The abuse of greatness is when it disjoins remorse from power".
William Shakespeare, *Julius Caesar* Act II, Scene I.

"Oh! Grandes e gravíssimos perigos
Oh! Caminho de vida nunca certo,
Que aonde a gente põe sua esperança
Tenha a vida tão pouca segurança!"
Camões "*Os Lusíadas*", Canto I, estrofe 105.

"Quoi qu'il en soit, le commerce, qui tend journellement à se mettre en équilibre, òtant à certaines puissances l'avantage exclusif qu'elles en tiroient, leur óte en meme temps un des grands moyens qu'elles avoient de faire la loi aux autres" (J.J.Rousseau, *Ecrits sur l'Abbé de Saint Pierre*, in Oeuvres Completes III, Gallimard, 1964).

"Los humanos deben reinventar muchas cosas – desde aprender a caminar hasta el uso correcto del lenguaje –, y esta práctica intensiva de reinvención y re-creación es seguramente una condición necesaria, pero no suficiente, para la subsecuente

(*) Stefan Zweig, escritor e pensador austriaco viveu no Brasil, no período que aconteceu à II Guerra Mundial. Impressionado com as potencialidades do país, escreveu um livro, cujo título ("Brasil, País do Futuro") é sempre citado (às vezes ironicamente), como símbolo de grandezas por alcançar.

Nota: Todas as opiniões aqui expressas são da exclusiva responsabilidade do autor, não envolvendo a CEPAL nem os órgãos oficiais a que o mesmo esteve ou está ligado funcionalmente. Por outro lado, todas as informações utilizadas, salvo quando expressamente indicado, são derivadas de fontes de domínio público, facilmente localizáveis, conquanto, para não sobrecarregar o texto ainda mais, nem sempre se lhes tenha feito referência específica.

generación de genuina creatividad." (Albert O. Hirschman in *La Economia Politica del Desarrollo Latinoamericano*: siete ejercicios en retrospectiva, in *El Trimestre Económico*, Oct. – Dic., 1987).

I – INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar a questão do desenvolvimento tecnológico dos países do Terceiro Mundo, a partir da experiência brasileira, em anos recentes. A motivação mais imediata para esse estudo, com o enfoque aqui proposto, teve sua origem num Seminário realizado sob os auspícios da Universidade de Campinas sobre o Brasil no Século XXI, e que teve como um dos tópicos de debate o tema da autonomia tecnológica, necessidades e possibilidades. A questão da "necessidade" do desenvolvimento tecnológico pode parecer despicienda, à luz de tudo o que já foi escrito a respeito nos manuais de desenvolvimento econômico[1] e até mesmo do senso comun. Mas os baixos índices de investimento da maioria dos países em desenvolvimento em P&D[2], e os modelos de crescimento baseados na exportação de manufaturas simples e/ou com pequeno valor agregado localmente tornam a discussão sobre o tema oportuna, do ponto de vista econômico[3]. Por outro lado, as mudanças no quadro geral das relações de forças entre as grandes potências, em que o aspecto tecnológico desempenha um papel central, como se verá adiante, faz com que essa problemática adquira uma significação política, que não tem escapado aos líderes de várias partes do mundo, inclusive nas nações em desenvolvimento[4]. Assim, a perplexidade que se poderia gerar, a uma primeira leitura do título da referida mesa redonda, desfaz-se com a própria consideração dos fatos e tendências do mundo de hoje, bem como das propostas que estão sobre a mesa – ou em alguns casos já em vias de implementação – dos governantes de muitos países em desenvolvimento (ZPEs, debate sobre informática, política industrial, etc...). As possibilidades de desenvolvimento técnico, por seu turno, têm sido analisadas, geralmente, levando-se em conta variáveis de tipo econômico, como taxa de poupança e dimensões de mercado, ou sócio-cultural, como a existência de valores propícios à formação de uma mentalidade empresarial[5]. Critérios políticos – e especialmente de política internacional – têm sido pouco considerados, pela maioria dos analistas[6]. Ora, se algum ensinamento a experiência brasileira recente encerra é justamente o de que o desenvolvimento tecnológico de um "país emergente" enfrenta poderosas barreiras de natureza política, originárias da resistência das nações mais avançadas. Não se pretende, com esta afirmação, subestimar as dificuldades inerentes a um processo de desenvolvimento técnico e que estariam presentes mesmo quando não existissem obstáculos políticos. Mas tomando as coisas como elas são, é destes obstáculos que advêm os maiores desafios. Como superá-los não é tarefa simples, que possa ser objeto de uma receita passada em termos exclusivamente técnicos. Questões políticas exigem respostas políticas, que a própria sociedade tem de dar. Se, no presente estágio da América Latina, existem forças sociais suficientemente poderosas e articuladas para levar adiante um projeto de desenvolvimento tecnológico autônomo é algo difícil de afirmar, *a priori*. Mas a simples consciência de que o aglutinamento e articulação dessas forças é indispensável para um tal projeto já é, no meu entender, um ganho importante.

II – RECORDANDO ANTIGAS LIÇÕES

Desde o memorável ensaio de Raul Prebisch, de 1949, que se sabe – ou dever-se-ia saber – que à incapacidade de a América Latina absorver e/ou gerar progresso técnico devem-se imputar as causas de seu atraso relativo. Conforme sintetizou um comentarista, o aspecto central da tese de Prebisch consiste na verificação de que "o dinamismo para o crescimento é fornecido pelo progresso técnico"[7]. E Osvaldo Sunkel, citando trechos do Estudo Econômico da América Latina, preparado pela CEPAL sob a orientação de Prebisch, afirma que... "Prebisch coloca no centro de sua análise o progresso técnico como a força dinâmica de transformação, modernização e difusão do desenvolvimento capitalista"[8]. Também Fernando Fajnzylber inicia um estudo recente sobre a relação Centro-Periferia recordando que, para Prebisch, a maior debilidade das economias latino-americanas resultava da "precariedade de absorver e incorporar ativamente o progresso técnico"[9]. Como é amplamente conhecido, Prebisch desenvolveu sua tese no contexto de uma crítica abrangente do modelo latino-americano de crescimento, cujos pressupostos repousavam sobre as teorias ortodoxas das vantagens comparativas e da especialização internacional do trabalho. Neste contexto, em que a defesa firme dos processos de industrialização então em curso tinha especial importância[10], o complemento necessário à teoria da não-disseminação do progresso técnico era a contestação da premissa de que os benefícios deste progresso – senão ele próprio – tenderiam a repartir-se de forma razoavelmente homogênea por toda a coletividade. Manuseando séries estatísticas bastante extensas, Prebisch comprovou que isso não havia ocorrido. A conjugação destes dois aspectos – o papel central do progresso técnico e a repartição não eqüitativa dos seus benefícios – fornece a *rationale* teórica para a "crítica", que a prática do desenvolvimento latino-americano já havia produzido, do modelo tradicional. A identificação das teses de Prebisch com a conclusão prática que elas implicavam em um momento específico da História da América Latina, i.e. a industrialização, terminou por obscurecer – nos debates públicos senão nas discussões acadêmicas – seu aspecto central, qual seja, a ênfase no progresso tecnológico. Em parte, o menor acento nesse aspecto não foi um fenômeno inocente: a apropriação das teses da industrialização por forças sociais e econômicas que a ela se opunham, inicialmente[11] levou a que se tentasse descaracterizar o elemento de busca de autonomia que estava implícito na defesa da industrialização. Embora isso ultrapasse em muito os objetivos e os limites desse trabalho, uma análise crítica da industrialização da América Latina deveria deter-se, a exemplo de Prebisch, na evolução das relações de troca entre os produtos manufaturados exportados pela região e os bens (e serviços) por ela importados. É bem possível que, mesmo nos casos relativamente exitosos, como o do Brasil, se venha a constatar tendências similares às detectadas, há quatro décadas, nos termos de intercâmbio entre produtos industriais e matérias-primas e alimentos, e que inspiraram os defensores da industrialização. Uma indicação neste sentido parece residir na decrescente participação no comércio internacional dos produtos que a América Latina exporta em relação aos que a região importa do resto do mundo. A *evolução dessas proporções, assinalada em uma recente conferência do Embaixador do* Brasil junto ao GATT[12], é certamente um indício de que, mais uma vez, a América Latina e, em particular, o Brasil deixaram escapar o motor dinâmico do processo, que é o progresso técnico, para ficar apenas com sua casca industrial. A comprovação de tal hipótese, para cuja validação estatística falecem-me dados e competência, deixaria claro

que, em um dos seus aspectos centrais, pelo menos, a industrialização teria falhado, não garantindo à América Latina uma inserção adequada nas linhas internacionais de comércio, e deixando de assegurar, à região, a passagem a uma posição em que o valor agregado internamente à produção tivesse uma dinâmica comparável à dos países desenvolvidos.

Não é gratuito, portanto, que estudos recentes sobre o desenvolvimento latino-americano tenham voltado a enfatizar o *núcleo tecnológico* da tese de Prebisch. A experiência, com maior êxito, de certos países asiáticos, a começar pelo Japão – cujo caminho vai sendo seguido, com naturais ajustes pelos chamados "tigres" – obrigou a que se repensasse em profundidade o modelo latino-americano e se tentasse identificar a raiz do seu insucesso relativo. Por outro lado, tem-se verificado um interesse crescente em aprofundar o conhecimento sobre os modelos asiáticos, o que tem contribuído para desfazer-se a falsa idéia, disseminada com uma insistência nada ingênua, de que tais países seriam o paraíso do liberalismo e que o seu crescimento se explicaria por uma ênfase exclusiva na exportação, aliada a uma total liberdade para os capitais estrangeiros. Ao contrário dessa idéia, o modelo asiático (o japonês tanto quanto o coreano e, em menor escala, o de Taiwan) confirma, muito mais que desmente, o pensamento de Prebisch de que "em parte alguma do mundo, inclusive os Estados Unidos, a assimilação do progresso técnico à vida econômica de um país se deu como um processo espontâneo... (tal progresso) requer medidas explícitas de proteção ("it requires nurturing")[13].

Antes de passar à análise dos fatores políticos que determinam a necessidade e a possibilidade do desenvolvimento tecnológico, creio interessante referir-me resumidamente a três ensaios publicados em edição de janeiro/junho de 1987 da revista "Pensamiento Iberoamericano", dedicada à problemática das relações centro-periferia. Como já mencionei anteriormente, embora com enfoques não inteiramente coincidentes, como se verá, os três autores (Osvaldo Sunkel, Aldo Ferrer e Fernando Fajnzylber)[14] assinalam a importância central do elemento tecnológico para a compreensão daquelas relações.

"La propagación universal del progresso técnico desde los países originários al resto del mundo ha sido relativamente lenta e irregular... desde la revolución industrial... las nuevas formas de producir en que la técnica ha venido manifestarse incesantemente sólo han abarcado una proporción reducida de la población mundial". Com essa citação do Estudo Econômico de 1949, Sunkel retoma a tese de Prebisch, para desenvolvê-la, à luz do que intitula "o novo tipo de sistema global", originado pela "expansão mundial do capitalismo oligopólico". Sunkel expressa a opinião de que a internacionalização da produção de manufaturas e dos serviços é a "mudança mais importante" das últimas quatro décadas. Ao analisar o papel das empresas multinacionais, neste contexto, enfatiza uma estreita ligação com o Estado nos países de origem (sobretudo mediante as compras governamentais) e assinala que tais companhias reservam para o país-sede (i.e. a matriz) "as funções de inovação" (de produtos, processo, publicidade). Finalmente, o autor salienta que as empresas multinacionais demonstraram-se capazes de "cooptar" as estratégias de industrialização baseadas na substituição de importações e promoção de exportações de vários países latino-americanos. Sempre inspirado em Prebisch e no

papel atribuído por este ao progresso técnico como "eixo central em torno do qual gira a interpretação do fenômeno do desenvolvimento", Sunkel procura mostrar que a maneira como o Japão assimilou os modos ocidentais de produzir contrasta com o processo de industrialização da América Latina. Distingue, assim, os modelos de crescimento "a partir de dentro" (como o Japão e, mais recentemente, a Coréia), baseados numa reestruturação da oferta, mediante a "assimilação" do progresso técnico, daqueles que se voltam "para dentro" (com ênfase, portanto, em padrões de demanda imitativos dos países desenvolvidos e concentrados nas classes de alta renda), seguidos pela América Latina. Sunkel refere-se à "encruzilhada histórica" vivida pela América Latina ao final dos anos 50, início dos anos 60, antes da "vitória" do modelo "voltado para dentro", quando a indústria ainda era predominantemente nacional, e contrasta a resposta dada pela América Latina com as do Japão, Coréia e Taiwan, definidas como "um notável esforço de acumulação e contenção do consumo supérfluo, uma preocupação prioritária pela *assimilação e adaptação de tecnologia dos centros... uma orientação muito seletiva na* substituição de importações e na penetração dos mercados mundiais, a transformação da condição das áreas rurais, etc..." Em contraste, na América Latina, "o processo de industrialização se levou adiante apoiando-se... na incorporação de conhecimento técnico e aportes financeiros externos" e, naturalmente, tendo como base a demanda das classes mais favorecidas. Não é o caso aqui de aprofundar a discussão do modelo latino-americano, segundo Sunkel, mas vale acentuar a importância que atribui à ausência de uma capacidade endógena de inovação tecnológica.

Mais importante, talvez, do que a caracterização desse modelo é a visão de Sunkel das características do capitalismo transnacional, no qual, numa expressão feliz, o mercado foi suplantado pela planificação pública e privada, i.e.: com a ajuda "das mãos visíveis" do Estado e das transnacionais. A inovação tecnológica em produtos e processos, permitindo a constituição e reconstituição de monopólios é o motor dinâmico do sistema e para ela concorrem vários tipos de subsídio, dos países de origem (compras governamentais, pesquisa básica, complexo industrial-militar) e até dos países receptores (baixos salários). Assim, a Empresa Transnacional teria aprendido a "planejar a expansão acelerada do consumo", em escala mundial, realizando, no setor privado o que Keynes preconizava para o setor público: o estímulo ao gasto dos consumidores. Para Sunkel, governos e empresas constituem um "sistema único transnacional", cujo funcionamento impõe incessantes reestruturações, tanto a nível interno nos países de origem, quanto a nível internacional. "Por outro lado", assinala, "os países em desenvolvimento são pressionados a fazer ajustes estruturais no sentido de concentrar-se em setores competitivos no plano internacional (naturalmente, os caracterizados por alta intensidade de mão de obra barata ou de recursos naturais) e a abrir suas portas ás indústrias e serviços mais eficientes e dinâmicos baseados na ciência e tecnologia". Teremos ocasião, mais adiante, de comprovar empiricamente, com o caso brasileiro, a veracidade dessa afirmação. Sunkel alude, ainda, à provável nova divisão internacional do trabalho, com os países desenvolvidos voltando-se cada vez mais para os serviços e os países em desenvolvimento dedicando-se à produção industrial. "O novo agente dinâmico", acrescenta, "são os oligopólios transnacionais que se especializam na investigação e no desenvolvimento científico e tecnológico, nas comunicações, na informação e nas finanças".

Embora ambos os autores acentuem igualmente a importância do fator tecnológico – ou a ausência dele – no desenvolvimento latino-americano, pode-se dizer que a visão de Osvaldo Sunkel e Aldo Ferrer são contrastantes no que toca ao grau de rigidez do sistema internacional, que lhe serve de moldura. Enquanto Sunkel sublinha, como vimos, o papel central dos oligopólios e dos governos, que chegariam a formar um "sistema único", Ferrer procura ver os elementos de flexibilidade existentes tanto no setor econômico (com a presença de pequenas e médias empresas atuando em setores de ponta) quanto na esfera política, com uma progressiva dissolução dos blocos de poder que emergiram da II Guerra Mundial. Estas duas tendências, devidamente exploradas, abririam "janelas de oportunidade"[15] aos países latino-americanos mais industrializados, ampliando-lhe as possibilidades de negociação. Embora nada do que está explícito no artigo de Sunkel autorize uma leitura determinista do seu pensamento, a verdade é que se ele vislumbra possibilidades reais de os países da América Latina romperem o círculo de ferro em que estão encerrados, não chega a apontar, de forma clara, quais elas seriam. (É claro que, por analogia com os modelos asiáticos, se poderia deduzir algumas das medidas necessárias, mas como chegar lá e de que eventuais oportunidades valer-se para isso, é algo que não aparece no artigo de Sunkel).

Ferrer inicia sua análise com dados sobre a economia mundial, que comprovam o papel da revolução tecnológica. Enquanto até a II Guerra Mundial dois terços do comércio internacional se constituíam de fluxos de matérias-primas e alimentos e apenas um terço era composto por bens manufaturados, hoje essa proporção inverteu-se. Além disso, os bens de alta complexidade tecnológica, os serviços sofisticados e o *software* e outros invisíveis têm assumido uma importância crescente nas transações internacionais. As sombrias ameaças do Clube de Roma não se concretizaram, apesar do relançamento da economia mundial e assiste-se, na verdade, a uma queda progressiva do lugar ocupado pelos recursos naturais. Por outro lado, a mão-de-obra barata, como fator de vantagens comparativas, vai-se tornando um fenômeno marginal. "Tudo isso é compreensível", prossegue, "porque o desenvolvimento moderno se vincula ao acervo científico e tecnológico e ao nível de capacitação dos recursos humanos". Neste contexto, a América Latina tem visto declinar a sua participação no comércio internacional, que era de cerca de 12% nos anos quarenta e que hoje atingiria apenas 6%. O principal cliente da região, os Estados Unidos da América, que antes adquiriam um terço de suas importações em países latino-americanos, hoje não compram deles mais do que 10% do total. Mudanças no padrão de movimentos de capital e nas correntes migratórias também refletiriam as novas tendências geradas pela revolução tecnológica. O relacionamento político e econômico entre os Estados também se estaria modificando, empurrado pela tecnologia. Ferrer cita, a propósito, as pressões norte-americanas no GATT (assunto a que voltaremos mais tarde) e assinala que "a Índia e o Brasil estão travando a mais dura batalha para evitar a imposição de compromissos que limitem a liberdade de ação do Terceiro Mundo na promoção de áreas vitais da tecnologia contemporânea". Todas essas mudanças teriam tido efeitos contrastantes no Primeiro e Terceiro Mundo. Enquanto naqueles se verifica uma crescente homogeneização das condições de vida (entre os países e dentro deles, segundo os dados de Ferrer)[16], o contrário estaria ocorrendo na periferia, aduzindo ao problema da dependência, o da marginalização de grandes massas da população.

Nem todas as tendências seriam negativas, entretanto. Como já foi assinalado, Ferrer, à diferença de Sunkel, percebe uma maior flexibilidade decorrente dessas transformações: "A revolução tecnológica multiplicou o número de atores no sistema internacional. O poder está menos concentrado que antes, diversificaram-se os mercados, as fontes de abastecimento, os centros de pesquisa e desenvolvimento..., as origens das maquinarias, equipamentos e tecnologias que circulam no mundo". Ferrer ilustra essa tese com a redução da importância relativa dos Estados Unidos na produção mundial e sustenta que, em muitos casos, as empresas grandes padeceriam de uma "deseconomia de escala", o que favoreceria uma maior participação de empresas pequenas e médias, "muitas das quais operam na fronteira tecnológica". Realisticamente, entretanto, e lembrando o caso da automação flexível – propícia a firmas pequenas e médias, mas cujos equipamentos de controle numérico são ainda produzidos por grandes companhias – Ferrer admite a "coexistência de fatores de concentração e de dispersão". Ferrer cita a Itália como exemplo de país onde as empresas pequenas e médias têm sido responsáveis por exportações de produtos com alto agregado tecnológico. No caso da informática, salienta o papel de empresas menores em certos setores, mas reconhece que altas escalas continuam a predominar nos grandes equipamentos ("mainframes") e na produção de "chips".

Não é o caso, aqui, de proceder a um confronto minucioso das visões de Sunkel e de Ferrer, até porque elas podem corresponder a momentos diferentes e alternados do processo de desenvolvimento dos países capitalistas, em setores específicos. Com efeito, algumas experiências poderiam ser citadas, não só na informática, mas também na biotecnologia, que comprovariam a tese de que certas inovações são mais facilmente efetuadas por empresas menores, com maior propensão à ousadia. Entretanto, tais movimentos são logo seguidos de outros por parte das grandes corporações, imitando ou mesmo absorvendo as empresas inovadoras[17]. Não se pode esquecer também que, quando bem sucedidas, as empresas pequenas rapidamente deixam de sê-lo, como ilustrado pelos casos da Apple, na informática, e da Genetech, na biotecnologia.

Dois outros aspectos do artigo de Aldo Ferrer (que aborda, ainda, outros temas de menor interesse para o presente trabalho) merecem ser salientados: a ênfase que atribui ao papel do Estado no processo de inovação e a importância do mercado interno, com a extensão deste conceito, de modo a abarcar um possível mercado integrado da América Latina (ou de parte dela). "Quanto ao Estado", assinala Ferrer, "longe de ser varrido pela revolução tecnológica, fortaleceu-se como âmbito de referência ineludível do desenvolvimento econômico". Menciona vários exemplos, com especial destaque para a ação do MITI, no Japão. Mesmo nos Estado Unidos, o papel de órgãos como a NASA e o Departamento de Defesa não pode ser esquecido ou minimizado. No que diz respeito ao mercado, Ferrer assinala que "a demanda interna continua sendo base insubstituível do desenvolvimento. As tendências da revolução tecnológica, a revisão do conceito de escala e o papel dinâmico assumido por empresas médias e pequenas em atividades de alto conteúdo tecnológico desautorizam, definitivamente, a velha prédica liberal acerca da insuficiência do mercado nacional". Ao comentar o papel do investimento estrangeiro – e sem descartar de todo a participação de subsidiárias de grandes empresas transnacionais, "um marco de políticas que enfatizem a hegemonia de centros nacionais de decisão" – Aldo Ferrer prefere acentuar as potencialidades da "vinculação de

empresas nacionais com pequenas e médias empresas do exterior". Conclui seus comentários sobre o tema, afirmando que a responsabilidade pela mudança tecnológica "não pode ser delegada" e assinala "não haver exemplo algum de uma revolução tecnológica liderada por empresas estrangeiras... que tenha gerado as condições para o crescimento auto-sustentado e a participação nas correntes ativas da economia mundial".

Do mesmo modo que Sunkel e Ferrer, Fajnzylber enfatiza, em seu artigo, a "precariedade em absorver e incorporar criativamente o progresso técnico", assinalada por Prebisch, como a razão principal da debilidade das economias latino-americanas. Mas enquanto Sunkel detém sua atenção nos fatores sistêmicos que geram e perpetuam o desequilíbrio tecnológico entre o Norte e o Sul e Ferrer procura identificar "janelas de oportunidade", Fajnzylber concentra a sua análise numa relação comumente mal compreendida, a saber, a relação eqüidade-desenvolvimento. Embora o estudo aprofundado desse condicionamento escape ao tema central desse trabalho, a importância e a oportunidade da análise nos levam a comentá-lo, ainda que brevemente. Tomando como base dados macroeconômicos de crescimento e distribuição de renda, Fajnzylber constrói uma pequena matriz, composta de quatro casas, alinhadas duas-a-duas, horizontal e verticalmente. Num dos eixos, Fajnzulber situa os países que considera como dinâmicos e não-dinâmicos e no outro, os países com maior ou menor eqüidade na distribuição da renda. Do cruzamento desses dois eixos resulta que nenhum país latino-americano ocupa a casa reservada às nações que, a um tempo, revelem dinamismo e eqüidade, situação que contrasta com a de outros países de dimensões economicamente comparáveis (Fajnzylber cita a Coréia, a Espanha e Iugoslávia). É o que chama de "casillero vacio" da América Latina.

Fajnzylber procede, a seguir, a uma análise da posição da América Latina no comércio internacional, em termos similares aos de Ferrer, mas com maior abundância de dados, especialmente no que toca à evolução das relações de troca de região. Assinalando a deterioração progressiva dessas relações, acrescenta que "(essa tendência) adquire maior gravidade se se considera que o déficit manufatureiro (da América Latina) se concentra precisamente nos setores de maior dinamismo e conteúdo tecnológico...: bens de capital, química e automotriz". Em termos similares aos do citado trabalho do Embaixador Ricupero, Fajnzylber conclui que "a região está mal naquelas rubricas com futuro promissor no comércio internacional e vice-versa". Ao considerar o modelo de crescimento latino-americano, critica o protencionismo "à outrance" praticado de forma indiscriminada por certos países, mas adverte que "as experiências internacionais bem sucedidas demonstram que tampouco se trata de proceder a uma abertura drástica e ingênua, mas de definir setorial e temporalmente um itinerário de aprendizagem tecnológica que conduza a uma inserção sólida no mercado internacional". Neste contexto, ataca especialmente os padrões de consumo da América Latina, que buscariam imitar os dos Estados Unidos, país cuja renda per capita – o autor nos lembra – supera em sete vezes a média da região. A atitude consumista das elites latino-americanas constrastaria com a disciplina dos países asiáticos, especialmente a Coréia do Sul, que, com um nível de renda similar ao do Brasil e México, apresenta um índice de densidade de automóveis por habitante equivalente a até 1/10 do registrado na América Latina. Referindo-se ainda á Coréia, Fajnzylber salienta a estreita vinculação

entre o Estado e os empresários nacionais naquele país, onde o papel das empresas transnacionais, por seu turno, é significativamente menor. Assim sintetiza este aspecto do modelo coreano: "Estado forte e planificador, organicamente articulado com um reduzido número de poderosos conglomerados nacionais, com participação menor de filiais de empresas transnacionais em setores localizados com forte orientação para exportações". Esta observação de Fajnzylber, como outras que se farão mais adiante, nos ajudariam a ver com um grão de sal a apologia que ora se faz, em vários países da América Latina, dos méritos de uma política de encolhimento do Estado na área econômica.

Assumindo uma postura crítica em relação às tentativas de inserção no comércio internacional, por meio de "políticas excludentes", que geram tensões sociais e insegurança, Fajnzylber chama a atenção para a debilidade do que chama de "núclio endógeno de dinamização tecnológica" e procede a uma série de comparações interessantes, que revelam, em síntese, que a participação da América Latina na economia mundial decresce na razão direta da sofisticação implícita nos indicadores. Em outras palavras: à medida que o conteúdo de conhecimento dos agregados aumenta, menor é a contribuição da América Latina[18].

Tais deficiências parecem relacionar-se com a incapacidade das elites da região de se desfazerem de "um imaginário coletivo urbano", importado dos grandes centros. Fajnzylber arrisca a opinião de que a essa incapacidade pode ser imputada, em parte ao menos, à disposição a seguir servindo os juros da dívida externa, "como quota a pagar, para evitar os riscos de perder a condição de membro do conglomerado das sociedades modernas". O autor chega, assim, a partir da análise dos "casos exitosos", à conclusão de que o desenvolvimento está ligado a um encadeamento distinto do vigente (e preconizado, muitas vezes) na América Latina, qual seja: eqüidade, austeridade, crescimento e competitividade. Nesse encadeamento – e, também, diferentemente do modelo dominante na América Latina – as empresas nacionais, fortemente apoiadas pelo Estado, desempenham um papel relevante. Das 7 "reflexões finais", com que Fajnzylber conclui seu artigo, interessa-nos aqui reter as duas primeiras:

a)a solidez da inserção internacional está fortemente vinculada à capacidade dos países de agregar valor intelectual à sua dotação de recursos (o que só tem ocorrido mediante a conjugação, entre outros fatores, da ação estatal e do empresariado nacional);

b)a idéia de um "trade-off" entre crescimento e eqüidade não se sustenta. Ao contrário, a experiência de outros países demonstraria que padrões mais razoáveis de eqüidade se têm revelado mais propícios à incorporação de valores tecnológicos.

Esta última consideração parece importante quando se tem em conta que os processos políticos em que se encontram vários países latino-americanos pressupõem não só a busca de formas de convivência mais democráticas do que as que prevaleceram nas últimas décadas, mas também a tentativa de reformar as relações sociais, no sentido de uma maior justiça no gozo das riquezas geradas. Politicamente, ela nos aponta para a possibilidade de encontrar apoio em grupos amplos da sociedade para políticas voltadas ao desenvolvimento tecnológico, em bases predominantemente nacionais.

Embora com abordagem e ênfase distintas, os três artigos têm em comum o papel central que atribuem à mudança tecnológica no processo de desenvolvimento. De forma mais explícita em uns casos e menos em outros, todos deixam claro que o círculo vicioso das relações centro-periferia não será rompido, enquanto os países latino-americanos não lograrem criar núcleos próprios (ou "endógenos") de desenvolvimento tecnológico. Todos parecem concordar também que, qualquer que venha a ser o papel das empresas transnacionais no conjunto da economia, não seria lícito esperar que se tornassem a força propulsora de tais núcleos. Num estudo da CEPAL[19], que segue a mesma inspiração analítica, a vinculação entre a alta participação das empresas transnacionais nas econimias latino-americanas e a ausência de dinamismo tecnológico é estabelecida de maneira direta. Os três artigos são também concordes em acentuar o papel do Estado como elemento planificador e orientador do desenvolvimento, embora Sunkel seja menos explícito, a esse respeito, que os outros dois. Finalmente, tanto Ferrer quanto Sunkel e, mais ainda, Fajnzylber estabelecem uma relação inversa entre os padrões de consumo (e, portanto de distribuição da renda) vigentes e as possibilidades de desenvolvimento tecnológico. O caso brasileiro, que sob muitos aspectos se tem constituído como uma exceção, encontra sua explicação na forte ingerência do Estado com objetivos estratégicos definidos e na sua capacidade de responder criativamente à crise do petróleo, o que possibilitou níveis razóaveis de modernização[20], ainda que à custa de um endividamento crescente. Mas mesmo no Brasil, os resultados alcançados deixam muito a desejar, tanto no que diz respeito à autonomia tecnológica, quanto no que toca ao aspecto, verdadeiramente dramático, da distribuição de renda.

III – ALGUNS "MODELOS" BEM-SUCEDIDOS

A palavra modelo, tão empregada por economistas e cientistas políticos, suscita algumas dúvidas, que convém esclarecer. Quando o estudo do desenvolvimento tomou foros de disciplina acadêmica, nas décadas de cinqüenta e sessenta, tornou-se usual a referência a modelos. Assim, estudava-se o modelo norte-americano, o modelo soviético, o modelo japonês e havia até os que, ousadamente, se referiam ao modelo brasileiro. Todos esses modelos comportavam leituras econômicas, sociológicas, políticas ou culturais. Hoje em dia, quando se começa a discutir em profundidade o êxito de algumas experiências dos chamados "NICs" asiáticos, fala-se, por vezes, no modelo coreano. Nada a qüestionar enquanto se entende por modelo a mera construção teórica, que retém os traços essenciais de certos processos, deixando de lado os fatores acessórios que compõem a realidade como um todo. Entretanto, o termo modelo conota, inevitavelmente, a idéia de exemplo a ser seguido, ou de padrão a ser copiado. Essa visão encerra inúmeros riscos, que conviria afastar desde o início. Não só as condições concretas no tempo e no espaço são sempre sigulares, de modo a desencorajar qualquer tentativa de reproduzir experiências, que só têm sentido em determinado lugar e num tempo certo, mas também a idéia de que podemos ou devemos "copiar" certos modelos que "deram certo", acaba trazendo consigo algumas implicações francamente indesejáveis. No início do Século XX, quando a Europa (sobretudo a Europa Anglo-Germânica) e os Estados Unidos eram os exemplos mais bem-sucedidos de avanço econômico-social, inúmeros membros da "inteligência" latino-americana se dedicaram a ingrata (mas tentadora, porque fácil) tarefa de provar que a raiz dos nossos males provinha da nossa mestiçagem, combinada com alguns traços da nossa herança ibérica ou, especialmente, lusitana. Hoje, é freqüente

encontrarem-se análises que buscam associar os êxitos dos países asiáticos às características culturais e religiosas dos povos orientais. O confucionismo, para esse estudiosos, estaria desempenhando nesses países, um papel similar ao que a ética protestante teve, segundo Weber, no nascimento do capitalismo na Europa. O risco dessas análises, além de seu aspecto muitas vezes metafísico[21], quando associadas à visão simplista de modelos, é a de estimular raciocínios de tipo determinista, onde o fator cultural joga o papel dominante. No limite, elas nos levariam a passar os próximos cinqüenta anos lamentando não sermos seguidores de Confúcio, do mesmo modo que *nossos avós viam no fato de não sermos anglo-saxões e protestantes* (além de, obviamente, brancos) a razão de nossas desgraças.

Assim, o uso que se fará aqui da palavra modelo não pode ser visto senão num sentido muito restrito e despido de qualquer conotação valorativa *a priori*. Como todo processo concreto, cada "modelo" encerra experiências que podem ser fontes de ensinamento, desde que se atente no conjunto de condições em que elas se realizaram, mas não pode, obviamente, servir de base para transposições automáticas a outros países e regiões. A tentativa de "repetição da história", sobre ser um ato de voluntarismo antidialético, tem conseqüências bem conhecidas, que foram sintetizadas por Marx, na introdução do seu 18 Brumário.

Não é o caso, aqui, de proceder a uma análise aprofundada dos "modelos" de desenvolvimento dos países que tiveram êxito em manter taxas de crescimento elevadas, até porque já existem estudos disponíveis sobre o tema, inclusive no Brasil[22]. O que importa ressaltar para os objetivos deste trabalho, é que esses processos tiveram como característica comum, entre outras, possivelmente[23], a busca permanente e persistente de condições para autonomia tecnológica. Neste ponto, valeria fazer um comentário sobre o significado dessa expressão. No início deste texto, propositadamente, usei, de maneira indistinta, os termos autonomia e desenvolvimento, o que poderia dar margem a perplexidade. A razão por que o fiz consiste, justamente, no entendimento de que o termo autonomia não quer dizer o mesmo que autarquia – situação absurda em que, no limite, se pretenderia gerar internamente todas as tecnologias utilizadas no País. É desnecessário frisar que o mundo contemporâneo não comporta lugar para tais aventuras isolacionistas. Apesar do uso ideológico que se fez desse conceito[24], a interdependência é um fato real que um país só ignorará ao preço de marginalizar-se das correntes mais dinâmicas de progresso e crescimento. Na realidade, se pudesse ilustrar o conceito de autonomia com uma analogia, eu traçaria um paralelo entre esta idéia e a de controle decisório numa sociedade por ações. Sem querer buscar *ser preciso quantitativamente, é sabido que numa S.A. o poder de decidir se obtém não* através da posse sobre a totalidade das ações, nem sequer sobre sua maioria absoluta, mas com o controle de uma massa razoável de votos, que, em face da dispersão dos outros interessados, permite a um acionista ou grupo de acionistas, ditar os rumos gerais da sociedade. Da mesma forma, a autonomia tecnológica significa que o país dispõe de recursos tais que, confrontado com a eventual recusa de fornecimento externo, disporá de alternativas capazes de garantir, ainda que isso custe um preço, a continuidade da política adotada.[25] É preciso notar também que a autonomia tecnológica não se constitui em "valor final", mas sim num daqueles valores que Karl Deutsch, entre outros, classifica como um valor "instrumental" ou "modal", que permite a um país alcançar outros valores

– estes sim – finais.[26] Feito este esclarecimento, que poderia, até, se tornar necessário, à luz do estado atual do debate sobre a questão, podemos voltar aos casos em tela.

É fato amplamente reconhecido que a ação do Estado teve um papel crucial nos modelos de crescimento, tanto da Coréia, quanto do Japão. No caso deste último, o imbricamento dos laços entre o Governo e o setor privado é tão pervasivo que tem levado a considerar-se como discutível sua classificação como um país capitalista[27], pelo menos no mesmo sentido que esta tem no Ocidente. O papel de liderança e orientação, assumido desde o início, pelos vários setores da burocracia japonesa e epitomados na atuação determinante do MITI, não permite a identificação, nem sociológica, nem econômica, do modelo japonês com o da maior parte dos países desenvolvidos de economia de mercado[28]. Especificamente no ponto que nos ocupa, essa ação se fez sentir sempre no sentido de reforçar (ou mesmo "encubá-los", quando necessário) os fatores que garantam a autonomia do Japão. Num estudo recente[29] estão relatados, em detalhe, os procedimentos seguidos pela burocracia japonesa, com pleno apoio da classe empresarial daquele país, no sentido de promover o crescimento de setores selecionados, por seu dinamismo e potencial de fortalecimento da economia como um todo. Em particular, todos os setores ligados às tecnologias da informação (computadores, telecomunicações, *software* e microeletrônica) receberam do Estado japonês um tratamento no qual o objetivo de desenvolver a capacidade dos grupos nacionais aparece de forma nítida. Este tratamento foi mantido ao longo de anos e décadas (e, no essencial, permanece em vigor), em que pese aos reiterados protestos de firmas norte-americanas, desejosas de abocanhar parte do mercado japonês, e do próprio governo dos Estados Unidos, cada vez mais empenhado em secundar os interesses de suas empresas.

Nem pareceria necessário enfatizar as práticas protecionistas do governo japonês, à luz das insistentes e inconformadas acusações que lhe são lançadas por seus competidores[30]. Interessa, entretanto, acentuar que, como assinala o estudo acima referido, a ação de promoção de suas indústrias se desenvolveu mediante um conjunto de políticas articuladas, que concorreriam para um mesmo objetivo. Assim, não só se adotavam medidas de regulamentação que barravam o acesso às empresas de outros países, em setores considerados chave, mas também se buscava, por meio de incentivos diretos e indiretos, estimular a presença dos grupos nacionais nestes setores, facilitando-lhes o investimento em pesquisa ou garantindo-lhes mercado para seus produtos. Em particular, o poder de compra do setor público foi amplamente utilizado como alavanca para viabilizar a produção, em níveis competitivos, de certos produtos considerados estratégicos. Foi o caso, por exemplo, da indústria de semicondutores, que se valeu das generosas aquisições da NTT (acima de suas necessidades reais), para atingir a escala de produção que lhe propiciasse condições de competitividade internacional. Esta "concorrência" ou "harmonia" de políticas setoriais, em que pese ao propalado "feudalismo" da burocracia japonesa, contrasta com a dispersão e mesmo incongruência das políticas características de países latino-americanos, que dificultam, e às vezes impedem, que se persigam objetivos de forma coerente.

O estudo de Borrus e Zysman não deixa dúvidas quanto ao papel do Estado na regulamentação da economia japonesa, especialmente no que toca aos setores de alta

tecnologia. Embora com o risco de tornar-me algo fastidioso, creio que vale citar textualmente alguns trechos do referido estudo, já que, a meu ver, desfazem, de uma vez por todas, com a idéia (que, absurdamente, ainda subsiste) de que o dinamismo das economias asiáticas, inclusive a japonesa, se deveria a uma "maior abertura ao exterior", comparativamente ao Brasil: "The Japanese government exerted influence on the industrial economy during the boom years in two principal ways. First, it was a gatekeeper (sic), controlling external access to the domestic economy; perhaps more accurately, it patrolled the channels that tied the national to the international markets". (Os procedimentos deste controle são descritos em detalhe, lembrando que nenhum acordo para licenciamento de tecnologia estrangeira e nenhuma joint venture eram admitidos no país sem a aprovação do MITI)[31]. Na área de informática, por exemplo, e mesmo em períodos mais recentes (após medidas de "liberalização"), só foi possível à empresa norte-americana Cray vender, no mercado japonês, 2 supercomputadores, nos anos setenta e oitenta. "Entretanto", prossegue o artigo, "no ano em que a Hitachi anunciou o seu substituto (rival) para o Cray, vendeu entre 5 e 10 supercomputadores". Os exemplos se sucedem e vão da dificuldade de patenteamento (Corning Glass – fibras óticas) à impermeabilidade do mercado (semicondutores), sempre com o objetivo de reservar faixas do mercado aos concorrentes (atuais ou potenciais) do Japão.

O artigo salienta a importância da "competição controlada doméstica" como substituto da pressão externa no incentivo ao desenvolvimento[32]. A isto acrescem outras medidas de apoio, como crédito a juros baixos, assistência em P&D, etc... Em todo este processo, os burocratas do MITI tiveram grande importância, formulando um estratégia clara de desenvolvimento. Sobre o papel dos burocratas, aliás, os autores lembram o conhecido estudo de Chalmer Johnson[33] e concluem: "Os políticos reinam, mas os burocratas governam". Após comentarem o papel dos vínculos interempresas, facilitando investimentos e diluindo riscos, Borrus e Zysman salientam o caráter essencialmente mutável das vantagens comparativas, que são, em parte, o "resultado de políticas econômicas nacionais". Assim, prosseguem, "structured competition in a rapidly growing domestic market, *closed to outsiders*, generated the product and the production strengths that the Japanese have taken into the world markets"[34]. E, mais adiante (e com referência específica à área dos semicondutores): "With foreign competition in the domestic market limited both by policy and by the structure of the market,... *the domestic market provided an insulated base* in which to reach scale economies, refine manufacturing, bring costs below world market levels, and then export"[35]. O artigo relata, ainda, toda a gama de apoio dado pelo governo (especificamente a Nippon Telegraph & Telephone – NTT): aquisição, financiamento de pesquisa e de exportações, etc... E conclui: "Of course, all of these development activities have been closed to foreign firms".

Não creio que seja necessário acrescentar outros dados para tornar claro o sentido protencionista (em termos de empresa e não de produtos!) da política governamental japonesa, sentido este que persiste válido, apesar das pressões e professados esforços de liberalização. Quanto a estes, como lembram Borrus e Zysman, "by the time that domestic market began to open, final markets in Japan were firmly held by japanese producers". Em sua conclusão, os autores advertem que "apesar de ter diminuído seus poderes de controle e intervenção, o governo japonês continua a agir de modo determinado e efetivo na promoção de novas indústrias promissoras (as *sunrise industries*), em particular a informática"[36].

Voltarei, mais adiante, a avaliar algumas implicações do modelo japonês, do ponto de vista da política internacional, mas o que foi dito parece-me suficiente para fixar a noção de que a busca de autonomia ocupa um papel central neste modelo. Mas, antes de passar a outro ponto, gostaria de referir-me à dicotomia imitação/inovação, tão freqüentemente utilizada para criticar nossos próprios esforços de desenvolvimento. Quem quer que visite o Japão ficará impressionado com a capacidade japonesa de absorver estilos ocidentais (isto é particularmente notável no *design* e na arquitetura), sem entretanto perder de todo a marca local. Esta não é aparentemente uma característica nova do povo japonês, como demonstraria a incorporação à sua própria cultura de vários traços (inclusive o mais importante deles, a escrita!) da civilização chinesa. O debate entre os que defendiam a absorção dos modos ocidentais de viver e produzir e os que pregavam a manutenção dos padrões japoneses é um fato importante da história recente do Japão. Numa palestra perante os participantes de um "North-South Roundtable", realizada em Tóquio, o Professor Michio Nagai, que já exerceu altos cargos no governo, referiu o ponto extremo a que chegaram os defensores da "modernização", ao preconizarem o abandono da língua japonesa, pouco propícia, segundo diziam, ao aprendizado dos instrumentos necessários à vida moderna! Na mesma ocasião, o Professor Nagai deu um "conselho" (se assim se poderia dizer) aos representantes de países em desenvolvimento presentes ao evento. Empregando uma fórmula que viria a repetir no Brasil, em julho último, o ex-ministro da Educação e Ciência disse que o segredo do desenvolvimento japonês havia sido "imitar, imitar, imitar... e, depois, criar"[37]. Que o Japão tenha conseguido por em prática esta filosofia de trabalho, com a ótica conhecida, e, ao mesmo tempo, preservar sua personalidade como nação independente, é um dos fatos mais notáveis da história contemporânea.

Em uma de suas magníficas "Cartas de Cingapura", o Embaixador Amaury Porto de Oliveira[38], menciona a metáfora da "revoada dos gansos", com a qual alguns estudiosos procuraram esboçar o processo de desenvolvimento dos países da orla asiática do Pacífico e que apontaria para a propagação do desenvolvimento econômico e tecnológico na região. Não há como analisar aqui, em profundidade, a experiência de todos os chamados "tigres asiáticos". Mas parece útil, a título de ilustração suplementar dos pontos levantados nos artigos citados na Parte II, assinalar alguns aspectos do "modelo coreano".

É o próprio Embaixador Amaury Oliveira, em sua "Carta" de 15 de setembro de 1988, quem chama atenção para o forte direcionamento pelo Estado do desenvolvimento coreano recente. Paralelamente, acentua a preocupação dos vários planos qüinqüenais de "articular a promoção das exportações com a substituição das importações", desfazendo assim o mito de que o crescimento econômico coreano tenha sido exclusiva ou preponderantemente *export oriented*, embora a ênfase das políticas seguidas nos anos setenta tenha efetivamente privilegiado as indústrias voltadas para a exportação[39]. De especial interesse para nós é a verificação de que a busca de autonomia tecnológica foi uma constante dos planos de desenvolvimento coreanos: "Importar Tecnologia fora prioridade permanente, a fim de dotar a República da Coréia... de uma infraestrutura tecnológica própria. Mas importar tecnologia sob controle coreano".

Um outro estudo, de autoria do Professor Joseph S. Chang, do Illinois Institute of Technology[40] embora assinalando que o capital e a tecnologia estrangeiros tiveram papel de relevo nas fases iniciais do desenvolvimento coreano, ressalta o crescente esforço para a

"indigenização da produção e da tecnologia" na indústria eletrônica daquele país, o que se consubstanciou de forma espetacular no lançamento do *chip* de 64K DRAM, em 1983, pela empresa Samsui, "sem licença estrangeira", feito extraordinário que teve continuidade no *chip* de 256K DRAM, em 1985. Vale acrescentar, aliás, que a Coréia é um dos poucos países do mundo que está perseguindo, com tecnologia própria, o *megachip* ou circuito integrado de um milhão de bits. Todo esse desenvolvimento requer uma constante intervenção governamental, "com nítida preferência pelo capitalismo nacional", não só no estímulo aos *chaebols* – os grandes conglomerados coreanos –, mas na construção de um vasto aparato de incentivo à pesquisa e desenvolvimento, tendo como principal instrumento de controle o sistema financeiro, onde a presença do Estado foi determinante[41].

Entre as medidas de regulamentação que favoreceram a indústria nacional, o estudo de Chang menciona a Lei de Promoção da Indústria Eletrônica (1969, revista em 1984), que estabeleceu medidas para a "nacionalização do equipamento eletrônico" e o "Regulamento sobre a Importação e Utilização de Computadores", de 1982, que protegia a indústria de computadores pessoais e periféricos, cuja importação ficou sujeita à licença prévia do Ministério da Ciência e Tecnologia coreano. Referindo-se à "Lei de Promoção", que conferiu ao Ministério do Comércio e Indústria a missão de "estabelecer e realizar planos públicos para o desenvolvimento da indústria", Chang assinala que a legislação estabelece medidas para a "indigenização (sic) do equipamento eletrônico, criação de áreas industriais, assistência financeira para institutos de pesquisa (*in house*) e a criação da Associação das Indústrias Eletrônicas da Coréia" (EIAK, na sigla em inglês). Esta última recebe apoio financeiro do governo e tem como metas, igualmente, "a nacionalização da produção, a promoção das exportações e a cooperação internacional". Apesar de não existirem, em princípio, diferenças de tratamento legal entre o capital coreano e o estrangeiro ("salvo em casos excepcionais"), o estudo de Chang deixa claro que, na prática, o poder diretivo do Estado foi utilizado para privilegiar os grupos nacionais. Através da já citada regulamentação e de atos administrativos complementares, adotaram-se "medidas de proteção à emergente indústria nacional de computadores nacionais", com o objetivo de promover a nacionalização de mini-computadores, micro-computadores e computadores pessoais, além de periféricos, como fitas e discos magnéticos, terminais e impressoras. Além da já mencionada faculdade de licenciar importações, "o Ministério da Ciência e Tecnologia tem o poder de exigir que agências governamentais adquiram computadores e periféricos fabricados na Coréia". Chang enfatiza que o papel do governo foi fundamental ao longo de todo o processo de consolidação da indústria eletrônica e destaca a importância da pesquisa pública e privada articulada em torno de instituições como a KAIST, o KIET e o KETRI. O estudo de Chang fornece dados sobre o investimento estrangeiro na área da eletrônica, que evidenciam a predominância dos capitais nacionais do setor. Ademais, nos casos em que a participação de capitais externos é mais expressiva, estes geralmente estão voltados para a exportação e assumem, preferencialmente, a forma de *joint ventures* com empresas coreanas. Para o conjunto da indústria eletrônica, a participação das empresas nacionais, *joint ventures* e estrangeiras era, em 1984, respectivamente, de 63,1%, 19,6% e 17,4%. A importância das empresas estrangeiras é nitidamente menor na produção destinada ao mercado interno do que na voltada às exportações, o que demonstra também a seletividade da política coreana. Mesmo no que toca ao subsetor de partes e componentes, onde o esforço de nacionalização é mais recente, as empresas nacionais, segundo dados constantes em estudo da CEPAL[42] respondem por 38% do total, cabendo os outros 62%, em partes

iguais, às *joint ventures* e aos investimentos estrageiros. Vale notar, ainda, no referido estudo, as altas cifras do investimento em P&D dos grupos nacionais que atingiriam 26% do faturamento. É curioso notar que o governo coreano teve habilidade política suficiente para, apesar de sua política de cunho nitidamente nacionalista, obter apoio do Banco Mundial, especialmente para programas de educação na área de microeletrônica[43].

Pelo seu valor ilustrativo, creio útil citar algumas conclusões do estudo do Professor Chang para o caso da eletrônica:

"Problemas, alguns dos quais podem tornar-se sérios, ensombrecem o quadro... róseo do desenvolvimento da informática coreana. Sentimentos protencionistas cada vez maiores nos estados Unidos, Japão e países europeus contra importações de semicondutores e outros produtos de informática é um deles... A crescente relutância de países avançados como o Japão em vender tecnologia à Coréia é outro". O autor especula sobre a possibilidade de que, "em algum ponto no futuro", a mesma dificuldade se apresenta em relação à obtenção de tecnologia norte-americana e conclui: "Eis a razão porque a indigenização da produção e da tecnologia é tão importante (para os coreanos)"[44].

Num artigo já citado, o Professor Paul Kuznets, da Universidade de Indiana, confirma, com análise empírica, as correlações apontadas por Fajnzylber sobre desenvolvimento, altas taxas de poupança e padrões relativamente igualitários de distribuição de renda. Assim, Kuznets nos diz que "a evidência disponível indica que a renda no Japão, Taiwan e Coréia é distribuída de modo mais igualitário do que na maioria dos países e que o crescimento rápido não levou a uma maior desigualdade". Apontando para o fato de que o baixo índice de desigualdade é o principal elemento comum naqueles três países e para a importância da reforma agrária para que se atingissem tais níveis, Kuznets conclui, citando J. Adelman, que "a redistribuição radical de ativos (i.e., a reforma agrária) mais provavelmente antecede o desenvolvimento rápido do que se lhe segue".[45]

Claro está que não se pretende aqui esgotar o "modelo coreano" em todos os seus aspectos. Nada foi dito, por exemplo, sobre as condições de mercado de trabalho altamente competitivo e a relativa dependência do crescimento em relação às exportações, fatores que nos devem por em guarda – além das observações gerais feitas antes – sobre a eventual tentação de "copiar" no Brasil o modelo coreano. Por outro lado, os grandes gastos em educação (públicos e privados), que segundo Kuznets chegam a 9% do PNB ou 1/3 do investimento físico, não seriam facilmente reproduzíveis nas condições da América Latina. Tampouco se comentou o eventual papel, positivo ou negativo, dos gastos militares – ou, mais genericamente, das preocupações estratégicas – no desenvolvimento. Enfim, o objetivo das observações precedentes foi, sobretudo, o de ajudar a desfazer o mito (já hoje pouco sustentável) de muitos economistas liberais e políticos conservadores da América Latina, que costumavam apontar para os países asiáticos como "modelos" (no sentido em que nos recusamos a adotar aqui) a serem seguidos, por seu liberalismo e abertura[46]. Uma observação mais atenta demonstraria que, ao contrário do que pregam tais ideólogos, uma eventual tentativa de "imitação" das experiências asiáticas não só nos levaria a ampliar os níveis de controle do Estado sobre a economia, sobretudo no que toca a inversões estrangeiras, mas certamente implicaria reformas profundas na estrutura social que estas pessoas seriam as últimas a defender.

IV – A ECONOMIA E O LEVIATÃ

Não apenas os pressupostos econômicos em que se baseava a teoria clássica do comércio internacional eram falsos, como mostrou Prebisch, mas também as suas premissas políticas eram infundadas. Durante o Século XIX, muitos pensadores acreditavam que o desenvolvimento das trocas internacionais levaria, necessariamente, a um definhamento do papel dos Estados, em benefício não só dos negócios, mas também do bem-estar geral. Um mundo de paz e com fronteiras cada vez menos densas, onde pacatos burgueses tomariam o lugar dos aristocratas belicosos, era o corolário natural do liberalismo econômico. Homens como Richard Cobden, por exemplo, que acreditavam na força das idéias e dos fatos ligados ao liberalismo, são símbolos dessa visão otimista das relações internacionais[47]. O imperialismo desenfreado das grandes potências, ao final do Século XIX, e as duas Guerras Mundiais foram um comentário amargo sobre o realismo dessas idéias.

Mas nem mesmo esses abalos foram suficientes para alterar a convicção profunda de muitos pensadores e políticos de que um comércio livre e desimpedido, com tão pouca interferência quanto possível dos Estados Nacionais, era um meio seguro de garantir a paz. *Pelo contrário, os dois grandes conflitos e a depressão que medeou entre eles eram* outras tantas provas de que Cobden estava, na essência, correto, e de que era necessário liberalizar as relações econômicas internacionais, ainda que a tal liberalismo se aduzisse uma pitada de Keynesianismo – o que foi simbolizado com a criação do Banco Mundial e a sua tarefa maior de contribuir para a reconstrução européia. Aos países da periferia sempre se procurou convencer de que deviam reduzir o papel do governo a um mínimo, embora os teóricos do desenvolvimento tenham logo reconhecido a impossibilidade de uma "geração espontânea" das condições do progresso auto-sustentado[48].

Não é o caso de procedermos a um inventário desse debate, que ainda prossegue, sobre os benefícios e os desvios decorrentes da intervenção do Estado no domínio econômico. Experiências tão diversas como a dos próprios Estados Unidos, do Japão, da Coréia e, agora, da União Soviética, indicam claramente que não existe um caminho único para o desenvolvimento e que os até aqui seguidos continuam a ser objeto de avaliação crítica pela História. Mas, importa notar, do ponto de vista deste trabalho, e sem proferir sobre isso um juízo de valor, que, a despeito das proclamações em favor do liberalismo, o papel do Estado no campo econômico não diminuiu da forma prevista ou desejada pelos teóricos do Século XIX. Em que pese à recente tendência para privatização de algumas economias capitalistas (e até socialista!), o Estado continua a exercer um papel fundamental na orientação das relações econômicas internacionais desses países. Desde logo, objetivos estratégicos estiveram sempre presentes, de forma nítida, nessas relações, como o comprovam sobejamente as idas e vindas das trocas entre as grandes potências ocidentais e os países do Leste[49]. Mas mais do que isso, os Estados fazem, hoje, parte da complexa batalha pela competitividade que se trava na arena internacional. É uma das teses desse trabalho que o papel crescente da ciência e tecnologia nos níveis de competitividade das diversas economias avançadas e na própria definição do "Poder Nacional" determina um envolvimento cada vez maior dos Estados nacionais em questões de comércio. A interligação evidente entre estas e os aspectos

relacionados com o poder militar gera o que poderia chamar-se de um neo-mercantilismo, que é especialmente sensível, para nós, na América Latina, da parte dos Estados Unidos da América. Esse *neo-mercantilismo* procura combinar ações de cunho nitidamente protecionista, no sentido clássico, com medidas voltadas à abertura de mercados, que são reminiscentes, pela truculência dos meios empregados (que não chegam, evidentemente, ao uso da força física), da diplomacia de canhoneiras, característica do Século XIX. Uma visão panorâmica dos fatores que têm contribuído para conformar o atual quadro internacional certamente nos auxiliará a compreender o sentido geral da política comercial seguida pelo nosso principal parceiro e como esta se refletirá sobre o desejo (e a necessidade, como acreditamos haver demonstrado) de desenvolvimento tecnológico de países como o Brasil. Por outro lado, uma análise de eventuais tendências à flexibilização[30] do quadro internacional, com a multiplicação de atores, poderá nos ajudar a identificar oportunidades novas de cooperação, em benefício do desenvolvimento nacional.

Evidentemente, considerações de poder nunca estiveram ausentes do elenco de fatores que determinavam o comportamento dos Estados nestes últimos quarenta anos. Mesmo deixando de lado, por serem excessivamente evidentes, os condicionantes políticos do comércio com o Leste, as relações econômicas entre os países capitalistas avançados estiveram sempre marcadas por importantes influências políticas. A reconstrução da Europa, o apoio às iniciativas de integração, para além do estímulo que poderiam encerrar ao relançamento da economia mundial, visavam conter o avanço comunista sobre aquele continente. Mas significativos, ainda, foram os movimentos da França, durante o período do General de Gaulle, tanto no que diz respeito à entrada do Reino Unido no Mercado Comum, quanto na exigência de conversão em ouro dos dólares resultantes do déficit norte-americano em conta-corrente. É bem lembrada a resistência do General à penetração de empresas norte-americanas, sobretudo em áreas de tecnologia avançada[31]. Mesmo o desenvolvimento da energia nuclear como fonte de eletricidade, hoje mais importante nesse país do que em qualquer outro, não pode ser vista isoladamente do esforço de tornar a França a detentora de uma "ameaça crível" em termos estratégico-militares (a *Force de Frappe*). A certeza de que detinham um avanço considerável sobre seus próprios aliados, já que a questão com a União Soviética sempre se colocou em outro nível, permitiu aos Estados Unidos tratarem do aspecto político dos avanços tecnológicos com certa *nonchalance*, até há muito recentemente. É claro, entretanto, que essa situação se tem modificado de forma notável nos últimos anos, o que ajuda a explicar porque aquela nação tem adotado posturas cada vez mais agressivas em matéria de comércio e alta tecnologia.

Uma das características mais marcantes do período histórico que vivemos, em contraste com outras eras e civilizações, tem sido a rapidez das transformações político econômicas, o que tem afetado não só cada sociedade individualmente, mas a própria estrutura internacional. Todos se recordam como, ao final da Segunda Guerra Mundial, o mundo se dividira em dois blocos antagônicos, cada um professando uma doutrina sócio-econômica, cada um liderado por uma superpotência e ambos fortemente armados e em estado de permanente alerta. As rivalidades econômicas ou políticas entre os países de um mesmo bloco tinham, comparativamente, escasso ou nenhum peso, até porque a supremacia de cada uma das potências-líderes aparecia como totalmente

incontrastável. Embora alguns traços desse sistema bipolar rígido, como veio a ser chamado[32], ainda persistam, sobretudo no diz respeito ao equilíbrio estratégico global, é indiscutível que as relações políticas e econômicas entre os principais atores da cena internacional assumiram configuração totalmente nova. Deixemos de lado as mudanças verificadas no campo socialista (que foram várias e profundas) e concentremo-nos nas modificações ocorridas nas relações entre os países capitalistas, que repercutem de modo mais direto na posição de países como o Brasil. (Claro está que mudanças como a registrada nas relações entre a China e a URSS, ao final da década de cinqüenta e aprofundada nas seguintes, é um fato de maior relevância para toda a estrutura internacional e, como tal, repercute também, ainda que indiretamente, na América Latina. Mesmo ignorando a cisão que gerou nos movimentos comunistas em vários países, o conflito sino-soviético contribuiu para a constituição de um sistema de balanço múltiplo, em partes responsável pela "flexibilidade" percebida por Ferrer).

Já na década de 60, a tecnologia redesenhava, de maneira profunda, a estrutura do poder econômico no mundo, como o havia feito durante a guerra e no período imediatamente posterior, no plano político-militar. Já mencionei aqui a luta do General De Gaulle para preservar uma posição de preeminência para a França e sua resistência à verdadeira invasão da Europa, por capitais norte-americanos. A *Europe des Patries* foi um sonho que a realidade econômica das empresas transnacionais de origem norte-americana se encarregou de desfazer. Estudos da época[33] deixavam claro que a superioridade tecnológica dessas empresas condenava ao insucesso os esforços de manter, ao nível de cada nação européia, uma real independência econômica, como fundamento da autonomia política. Somente a integração permitiu a retomada do dinamismo das economias européias, mas essa já é uma outra história.

A tecnologia está presente também, de forma marcante, no mais recente dos conflitos que caracterizam as relações econômicas internacionais da nossa época. Possivelmente, o principal traço dessas relações, nos anos 80, e certamente até o final do Século é o surgimento espetacular do Japão como potência econômica de primeira grandeza. As estatísticas são bem conhecidas, mas vale a pena citar, pela sua expressividade, um dado: enquanto no final da década de 50 e início da década de 60, a renda *per capita* japonesa era equivalente a 1/3 da renda norte-americana, hoje, supera a daquele país. Sucessivos déficits comerciais, inicialmente envolvendo apenas intercâmbio de produtos de tecnologia razoavelmente estabilizada, como automóveis, mas que recentemente se estenderam aos produtos de mais alta sofisticação tecnológica, são fatores de preocupação, e mesmo de alarme para políticos, diplomatas e estudiosos da grande nação anglo-saxã[34]. Muito se tem escrito sobre os motivos de êxito do Japão em manter, ao longo de várias décadas, taxas de crescimento econômico sistematicamente maiores do que as dos demais países capitalistas. Nos últimos anos tem havido,, inclusive, análise especulativas sobre as possibilidades de aquele país vir a manter o dinamismo das últimas décadas, sem passar por profundas transformações, para as quais – argumenta-se –, poderia não estar preparado[35]. Não é o caso de nos envolvermos aqui em exercícios de futurologia, mas à mera contemplação do presente revela que a atitude condescendente, que marcou, no passado, a postura norte-americana, face ao antigo inimigo e novo aliado, já não é tão visível. Alguns acontecimentos recentes ilustram o grau de acrimônia a que chegaram essas relações.

No episódio que ficou conhecido como a batalha dos semicondutores, os Estados Unidos usaram todo o peso do seu poder político, para obter do Japão, concessões verdadeiramente excepcionais. O comunicado conjunto que consubstanciou o Acordo entre o MITI japonês e o USTR norte-americano lembra antes um documento de capitulação imposto por uma potência vitoriosa, do que um ajuste entre dois países aliados. Por meio desse acordo, como se sabe, os japoneses se comprometiam a elevar os preços dos seus *chips* e a reduzir, para tanto, a sua produção. Além disso, obrigavam-se a reservar uma parcela de seu próprio mercado aos circuitos integrados norte-americanos, tudo sob intenso controle e vigilância dos Estados Unidos. A segunda parte desses compromissos nunca chegou a ser efetivada de modo satisfatório para os norte-americanos, dados os embaraços, naturais ou artificiais, do complexo sistema de distribuição japonês. Quanto aos primeiros, passados dois anos do acordo, são as empresas norte-americanas, usuários dos *chips* japoneses, que se sentem ameaçadas pela elevação dos seus custos. A "batalha" dos semicondutores está longe de ter sido encerrada, mas ilustra, de maneira eloqüente, o crescente recurso ao poder político, no qual, sem dúvida, os americanos ainda gozam de superioridade, para fazer frente às insuficiências de natureza econômica.

Um outro episódio de características similares foi o do veto, pelas autoridades de Washington, à aquisição, pela empresa japonesa Fujitsu, da Companhia Norte-Americana Fairchild (na verdade, uma empresa ligada ao grupo francês Schlumberger). Tratava-se, aí, também, do domínio de um segmento altamente sofisticado da produção de circuitos integrados destinados, em grande parte, à utilização do Pentágono. Argumentos de segurança nacional foram então invocados, o que não deixou de causar certa perplexidade, tendo em vista a estreita aliança entre Washington e Tóquio.[56]

Um terceiro exemplo é especialmente ilustrativo do grau de tensão nas relações econômicas e tecnológicas entre Washington e Tóquio. Trata-se do caso que envolveu a produção do avião caça FSX. A esse respeito, vale citar, textualmente, o que diz o Professor George Packard, Decano da Escola de Estudos Internacionais da Universidade de John Hopkins, em Washington[57]:

"Um episódio surpreendente... pode fazer os críticos (da política de defesa japonesa) pensarem duas vezes sobre a sabedoria de forçar os gastos militares japoneses. Depois de insistir, desde 1953, junto aos japoneses, para que ignorem o artigo 9º da sua própria Constituição, que proscreve a manutenção de um potencial ofensivo, o Pentágono se sentiu profundamente perturbado ao tomar conhecimento de que os japoneses estavam considerando, no início de 87, um plano para projetar e construir o seu próprio jato de caça, o FSX, para os anos 90. Este fato provocou ondas de choque (sic) através da indústria aeroespacial americana, que corretamente percebeu no plano o esforço do Japão de desenvolver uma indústria de aviação mais competitiva".

O autor nos relata ainda como, após *agonizing and quiet pressure from Washington*, o Ministro da Defesa do Japão, Yuko Kurihara, foi forçado a anunciar, em outubro daquele ano, que o Japão usaria tecnologia norte-americana para produção do avião, gerando, assim, acordos de licenciamento, que assegurariam "um bilhão de dólares e milhares de empregos aos Estados Unidos". Na ocasião, não faltaram acusações de que Tóquio

estaria engajado no exercício de "tecnonacionalismo", como se a recíproca não fosse verdadeira[58]. No mesmo artigo, o Professor Packard conclui a sua avaliação, afirmando: "Dados os resultados obtidos até agora pelo Japão, seria tolo duvidar que essa estratégia resultará em avanços espetaculares e numa crescente supremacia, em uma variedade de setores, tais como cerâmica industrial, lasers, semicondutores, biotecnologia, energia solar, robótica, supercondutores e, possivelmente, pesquisa espacial". Embora o Professor Packard termine o seu artigo exortando os responsáveis dos dois países a abandonarem o curso de confrontação, a impressão que ele nos deixa é de que as relações nipo-americanas estão, hoje, marcada por (nas suas próprias palavras) "fortes correntes subterrâneas de hostilidade nos níveis mais altos de governo e no setor privado de ambas as partes".

É cedo ainda para avaliar todas as conseqüências deste realinhamento de forças para a estrutura global das relações internacionais. Mas, não deixa de ser interessante notar que uma crescente parcela da população norte-americana vem dando grande importância àquelas disputas. Recentes pesquisas de opinião citadas na Revista *Newsweek*[59] indicam, não só que uma grande parte do público dos Estados Unidos (78%) deseja limitar os investimentos estrangeiros (leia-se japoneses) no país, como também que um grande percentual (quase 60%) acredita que as rivalidades econômicas com os aliados dos Estados Unidos, sobretudo o Japão, "colocam uma ameaça maior à segurança nacional do que os adversários militares".

A raiz de todas essas dificuldades norte-americanas parece, sem dúvida, residir na maior capacidade que tem a indústria japonesa de transformar descobertas científicas ou inovações tecnológicas em ganhos reais de produtividade. Quer mediante a melhora dos processos, quer mediante a antecipação no lançamento de novos produtos. Conforme expressou muito bem a famosa revista norte-americana de negócios, Business Week[60] ao comentar os progressos na área de supercondutividade, os Estados Unidos detêm os avanços, mas o Japão tem a vantagem ("The U.S. has the advance, but Japan has the advantage"). Não há dúvida de que a grande nação americana continua a ser o maior celeiro de novas descobertas científicas e de muitos dos avanços tecnológicos. A estrutura de suas universidades e suas instituições científicas não têm par no mundo e, por isso mesmo, continua a América a ser um polo de atração para todos aqueles (inclusive os japoneses) que querem alargar o horizonte de seus conhecimentos e aumentar a capacidade inventiva. O governo norte-americano, no seu mais alto nível, é consciente da importância desse avanço e, ainda recentemente, o Presidente Reagen reafirmou seu compromisso com a pesquisa básica, considerada fonte de todos os demais progressos[61]. Nem têm, os americanos, se descuidado do aspecto industrial, buscando reformular suas leis e regulamentos (sobretudo os *anti trust*) e promovendo associação de esforços, como a SEMATECH, na área de microeletrônica, envolvendo empresas, instituições de pesquisa e governo[62]. Por outro lado, à medida que a competição se desloca para a "ponta" da ciência, os japoneses aumentam seu investimento em pesquisa básica, conscientes de que a era da adaptação e desenvolvimento de progresso feitos alhures já terminou.

A ascendência do Japão tem se refletido, cada vez mais, no plano político. Houve uma unanimidade dos comentaristas e observadores em apontar o Premier japonês Noboru

Takeshita como a estrela do último Encontro de Cúpula dos Sete Grandes em Toronto, em contraste com a figura já quase avuncular do Presidente Reagen. O Encontro de Toronto, sem dúvida, ficará conhecido como um marco na ascensão do Japão ao status de "potência global". Não só dele se originaram todas as propostas e iniciativas mais relevantes, como o novo plano para a dívida do Terceiro Mundo, mas ainda pôde o Japão exercitar uma atitude, que seria inimaginável até há pouco, de condescendente paternalismo, *vis-a-vis* o gigante norte-americano, evitando tratar dos temas que mais claramente exporiam as suas mazelas, como o do controle do déficit público. Algo semelhante tem ocorrido em relação à participação do Japão em entidades como o FMI e o Banco Mundial, ou de âmbito regional, como o Banco de Desenvolvimento Asiático[63].

O predomínio do Japão não tem gerado fricções apenas com os Estados Unidos. Assiste-se, na Europa, a uma crescente preocupação com a "invasão" de produtos e investimentos japoneses. Há cerca de três anos, um vice-Ministro dos Países Baixos, pátria do livre comércio, defendia medidas protencionistas, a nível europeu, caso a Europa desejasse fazer frente à concorrência do Japão na área de eletrônica. Expressando, por certo, os interesses da poderosa Philips, o Ministro Van Eekelen afirmou que de pouco adiantariam esforços conjuntos de empresas e governos europeus para aumentar o investimento na tecnologia de ponta, se eles não fossem complementados por "medidas de mercado".[64] Mais recentemente, a Comissão das Comunidades Européias vem impondo crescentes percentuais de conteúdo local – um anátema para os livre-cambistas – aos investimentos japoneses na Europa. A dificuldade, obviamente, reside na melhor qualidade e no mais baixo preço dos produtos japoneses.[65]

Se a tecnologia – e a ciência que está subjacente – é o núcleo em torno do qual se centram os principais conflitos econômico-comerciais entre Estados Unidos e Japão e entre este e a Europa, é também a tecnologia que impulsiona os mais recentes esforços de integração européia. A mesma Philips, que motivou as colocações já citadas do Ministro holandês, une-se á Siemens, da RFA, para produzir o *megachip* – o circuito integrado de 1 milhão de bits – na tentativa, de êxito até aqui limitado, de manter a competitividade frente aos poderosos rivais de além-Atlântico e do Pacífico. Segundo o Jornal *Herald Tribune*, de 16 de março último, o projeto multibilionário, com investimentos das empresas e dos respectivos governos, é uma decorrência de dois fatores fundamentais: a necessidade de dividir os crescentes custos da pesquisa tecnológica associada à corrida contra o tempo, que ameaça eliminar do mercado, de forma definitiva, aqueles que se atrasam na pesquisa e desenvolvimento de certos produtos e processos. Vale a pena citar um pequeno trecho daquela reportagem, que ilustra a importância do fator tecnológico na atual competição por mercados:

"O ritmo da inovação na tecnologia microeletrônica acelerou de modo tão intenso nos anos 80, que se tornou difícil para as companhias manterem suas posições, sobretudo companhias européias que já se haviam atrasado em relação às indústrias-líderes dos Estados Unidos e do Japão. Grupos da eletrônica, como a Philips e a Seimens, necessitam manter-se atualizados na tecnologia de um *megabit* e quatro *megabits* se quiserem competir, na próxima década, no desenvolvimento de *chips* mais poderosos, mais infinitesimais, por exemplo, o *chip* de 16 *megabits* e o de 64 *megabits*". Diante

desses fatores e da acirrada competição no mercado mundial, no qual a Europa participa em apenas 10% (contra 50% do Japão e 40% dos Estados Unidos, aproximadamente), o artigo conclui que as empresas européias terão de trabalhar de forma ainda mais cooperativa e que a associação Philips/Siemens terá, necessariamente, de ser estendida a outras companhias, caso queiram se manter competitivas neste setor fundamental[66].

A consciência de que a permanência no primeiro grupo da arena científica e tecnológica pressupõe, no caso da Europa, a união de esforços a nível supranacional foi expressa pela iniciativa do Presidente Mitterrand, ao lançar um amplo programa de cooperação, denominado EUREKA, especialmente voltado para a área de alta tecnologia, com participação de empresas, governo e instituições de pesquisa. A iniciativa teve, também, inspiração política e foi, em parte, uma resposta à oferta norte-americana de associar a Europa, em posição algo subalterna, ao programa Guerra nas Estrelas. De certa forma, a atitude de Mitterrand não deixa de ser um eco tardio do Gaullismo, só que a nível europeu[67].

Até aqui, limitamo-nos a analisar os embates e as tensões que envolvem a ciência e a tecnologia nos países capitalistas (o termo Ocidente não parece adequado quando o Japão faz parte do conjunto). Mas é evidente que o fator tecnológico não é menos presente nos países socialistas da Europa e na China. Num e no outro caso, é a consciência de que o bem-estar, a segurança e a própria *allegiance* de suas populações ao regime passam, necessariamente, pelo progresso tecnológico que tem levado esses países a buscar novas formas de convivência interna e internacional. Já logo após a morte de Mao Tsé Tung, o líder chinês Deng Xiao Peng lançava a modernização científica como uma das "quatro modernizações" que deveriam orientar a política de Pequim. E nítida, também, a preocupação soviética com o avanço tecnológico e a modernização industrial no quadro de sua "Perestroika"[68]. Embora a União Soviética seja um dos estados que mais investem em ciência e tecnologia (cerca de 4,8% do PIB, segundo dados de um *white paper* japonês), o que, indiscutivelmente, lhe valeu notáveis avanços em setores específicos da ciência e nas áreas militar e espacial, esse país tem encontrado enormes dificuldades em traduzir tais progressos em aumento de produção e, portanto, em melhores níveis de vida para o seu povo. A par das reformas econômicas, que são do conhecimento geral, vale citar a alta prioridade concedida às tecnologias de ponta pelo último Plano Qüinqüenal soviético. No relatório apresentado pelo Presidente do Conselho de Ministros da União Soviética, Nikolai Rijkov, ao XXVII Congresso do PUCS, afirma-se, com toda clareza, que a "aceleração do progresso técnico-científico é a principal alavanca da intensificação da economia". Recorrendo — como seria de esperar — à autoridade de Lenin, que já previra (!) que "para construir o comunismo, é necessário tomar a técnica e a ciência e pô-las a funcionar", o relatório Rijkov passa a enumerar as novíssimas tecnologias indispensáveis à redinamização da pesada economia soviética (automação, lasers, etc.). Aliás, a URSS vem buscando, com sofreguidão, adquirir tecnologias ocidentais, para o que se tem valido das disputas comerciais entre os países capitalistas. A tempestade gerada em torno da venda, pela empresa japonesa Toshiba, de equipamentos de usinagem capazes de produzir hélices para submarino ultra-silenciosas, que motivou, inclusive a adoção de dispositivo retaliatório específico na nova Lei de Comércio dos Estados Unidos, é um episódio a mais na acirrada disputa tecnológica, com evidentes reverberações geopolíticas[69].

Uma das conseqüências da tomada de consciência pelos Estados Unidos sobre o declínio do seu papel hegemônico tem sido a busca, mediante um processo de auto-crítica – ou como diriam os americanos – de *soul searching*, dos motivos dessa relativa decadência em ações ou omissões passadas da própria política norte-americana. O resultado deste processo, pelo menos até aqui, tem sido algo paradoxal, para um país que se erige em baluarte do livre-comércio. Com efeito, tem sido comum encontrar comentários e análises de estudiosos e *policy-makers* norte-americanos, que atribuem a perda de competitividade para o Japão (e, agora, também, de forma embrionária, para outros países da chamada Bacia do Pacífico – Coréia, Hong Kong, Taiwan, Cingapura) a uma excessiva tolerância norte-americana com relação à disseminação da tecnologia gerada nos Estados Unidos, acompanhada de uma despreocupação com seu próprio mercado e da ausência de uma política agressiva com relação a medidas protencionistas em potenciais rivais[70]. Os êxitos econômicos desses países, em especial do Japão, teriam despertado o gigante norte-americano para a necessidade de agir com maior determinação nas três frentes: maior controle de transferência de tecnologias avançadas; maior controle sobre o seu mercado de produtos de alta tecnologia; e maiores e mais determinados esforços para garantir que outros países não criem obstáculos à penetração de bens e serviços norte-americanos, quer diretamente, quer por meio de investimentos de subsidiárias de multinacionais dos Estados Unidos[71].

No primeiro nível, afora as restrições normais das próprias empresas, que tendem a reservar para a matriz as pesquisas nos setores mais estratégicos, uma série de ações do governo norte-americano, vem impedindo a passagem, para outros países de conhecimentos considerados sensíveis, quer sob a forma imaterial de tecnologia, quer sob a forma material de equipamentos sofisticados. Já há algum tempo, por legislação própria (o *Export Administration Act*) e por iniciativas multilaterais envolvendo os seus aliados da OTAN e o Japão, no âmbito do COCOM, os Estados Unidos estabeleceram um rígido controle sobre o comércio de certos bens e serviços, que permitam a seus recipientes o acesso a tecnologias de possível emprego estratégico-militar. O conceito é bastante elástico, incluindo as mais variadas tecnologias de base eletrônica (como simples microcomputadores), até sistemas de guiagem de foguetes e antenas rastreadoras de satélites. O objeto das restrições é variável, podendo referir-se à proibição de retransferência a "países hostis" (no caso do COCOM) ou a utilização do bem ou tecnologia em atividades consideradas incompatíveis com os interesses norte-americanos e, eventualmente, dos seus aliados, tais como cálculos nucleares ou criptografia. O grau da restrição é também variável, indo da proibição pura e simples, à imposição de controles e exigências de garantias a serem cumpridas pelo adquirente ou pelo respectivo governo[72]. A maneira de implementar, bi e multilateralmente essas restrições, tem incluído acordos formais (como a Declaração dos 7 Grandes sobre tecnologia espacial) e informais (como o COCOM) e ajustes de natureza sigilosa – mas que acabam vidno à tona – como o existente entre os Estados Unidos e o Japão, envolvendo supercomputadores.

Em seu livro *Trade Wars*[73], que rapidamente desapareceu das prateleiras, o Jornalista inglês Kevin Cahill relata como filiais de empresas norte-americanas (especialmente na área de informática), no Reino Unido, impunham rigorosos controles aos clientes dos

seus produtos; controles que, em alguns casos, extrapolavam a própria jurisdição britânica, chegando a levantar delicadas questões de soberania. Assim, um súdito britânico que tivesse tido acesso a partes especialmente sensíveis de equipamentos e sistemas de origem norte-americana poderia ter o seu direito de ir e vir – em caso de viagens internacionais – condicionado à permissão do Departamento de Estado (e, por via deste, dos Departamentos de Comércio e Defesa) dos Estados Unidos. Além do debate constitucional em torno dessas restrições – em si muito educativo – Cahill procura demonstrar que, freqüentemente, o COCOM foi usado para encobrir interesses de natureza nitidamente comercial, levantando sérias dúvidas sobre a autenticidade de muitos dos seus procedimentos[74]. Questões dessa natureza não têm, para nós, interesse puramente intelectual. Muito breve, poderemos estar deparando com problemas análogos, em prejuízo de exportações brasileiras, se é que já não estamos[75].

Além de possíveis impactos negativos para suas exportações, o Brasil já vem sendo afetado pelas limitações impostas às transferências de tecnologia de ponta, em pelo menos duas áreas: a aeroespacial e a eletrônica, sem falar, naturalmente, do setor nuclear, onde essas restrições já se tornaram, pode-se dizer, clássicas. Houve, por exemplo, dificuldades na importação de um computador 3090/200 VF, da IBM para a PETROBRÁS e antenas de rastreamento de satélites para o INPE, situações que só foram resolvidas mediante laboriosíssimas negociações e de forma, talvez, não ideal. Em outros casos (sobretudo na área espacial) tais restrições foram insuperáveis[76]. Vale notar que, em geral, para tornar o embargo efetivo, o Governo norte-americano tem procurado, de todas as maneiras, "amarrar" seus concorrentes potenciais, notadamente os países da Europa e o Japão, às mesmas restrições[77]. Igualmente ilustrativo, como exemplo em que o fator econômico e não estratégico-militar é claramente dominante, foi o veto imposto à transferência do sistema UNIX, pela AT&T, a um grupo de empresas brasileiras, em 1986, enquanto os dois países se viam engajados numa dura negociação sobre a política brasileira de informática. Apesar dos desmentidos oficiais, ficou, na época, a forte impressão, registrada pela imprensa, de que o veto partira do USTR, agência norte-americana que conduzia as negociações. Restrições desse tipo têm-se estendido também ao domínio da informação científica e tecnológica. A esse propósito, a leitura de um artigo de dois técnicos do *Office of Technology Assessment*, do Congresso norte-americano é extremamente esclarecedora[78]. Depois de abordar a questão das restrições ao fluxo de informação do ângulo da ética científica e mencionar as pressões militares para cercear sua disseminação, o artigo estabelece que "o controle ao acesso à informação, em nome da segurança nacional, por razões econômicas ou outros objetivos sociais, determinará quem poderá participar (da pesquisa científica), tanto nos EUA quanto internacionalmente".

No segundo nível – o do maior controle sobre seu próprio mercado – as ações norte-americanas, já aqui mencionadas, em relação ao comércio de semi-condutores com o Japão, impondo, pela força de seu poder político, o que suas empresas não conseguem na esfera da competição econômica, e a proibição de compra da fábrica de circuitos integrados Fairchild, pela japonesa Fujitsu, são exemplos suficientes de uma política mercantilista, com vistas a assegurar a permanência de indústria de alta tecnologia fora das mãos de um concorrente ameaçador. Medidas semelhantes, em total descompasso com preceitos livre-cambistas, também foram adotados em outros setores

como, por exemplo, no de máquinas-ferramentas, atingindo, entre outras, indústrias da Alemanha Federal e de Taiwan[79].

A terceira direção das medidas neo-mercantilistas do Estado norte-americano, para favorecer suas indústrias de alta tecnologia, é bem conhecida e está ilustrada pelas duas ações iniciadas contra políticas brasileiras nos setores de informática e de química fina (farmacêuticos) e pelo esforço de ampliar o escopo do GATT. Um pequeno trecho de relatório produzido por um Painel de Alto Nível[80] norte-americano fornece a *rationale* para o comportamento dos Estados Unidos. Após analisar a importância das indústrias de alta tecnologia para a economia e para a própria segurança norte-americana, o estudo assinala que "a mais recente área de intensa competição em indústrias de tecnologia avançada é o emergente mercado do Terceiro Mundo – as 113 novas nações industrializadas – Brasil, Coréia, México, Taiwan, etc..." o controle desses mercados é, pois, "um fator poderoso na determinação do êxito na competição internacional em tecnologias avançadas". E, mais adiante: "Os custos e riscos da fragmentação de mercados (para essas tecnologias) são, provavelmente, maiores do que em qualquer outro campo da econômia... A inovação se dá de modo mais rápido e eficiente quando novos produtos têm acesso a mercados da maior amplitude possível, dispersando, assim, os custos e os riscos da inovação". A conclusão não poderia ser mais incisiva: "Assim, os Estados Unidos devem negociar nos foros internacionais, de modo a assegurar a abertura dos mercados mundiais a empresários inovadores, onde quer que estejam baseados, e a eliminar aquelas ações nacionais praticadas por outros paises que distorcem a operação livre no mercado norte-americanos"[81].

Não poderia haver expressão mais nítida do contexto conceitual que tem orientado a política norte-americana, tanto multilateralmente (GATT, OMPI), quanto bilateralmente (informática, patentes). Toda essa tomada de consciência sobre a importância da tecnologia nas relações comerciais se tem feito acompanhar de uma nova ênfase na problemática da propriedade intelectual e dos serviços, dois dos tópicos da Nova Rodada de Negociação Comercial – a Rodada Uruguai, lançada na Reunião Multilateral do GATT, em Punta del Este, em setembro de 1986. Quanto à propriedade intelectual, registre-se ainda, a par da tentativa de inserir a questão no âmbito do GATT e das ações bilaterais, o esforço para codificar os vários aspectos da questão no âmbito da OMPI. Tudo isso, como parte de uma política explícita, definida pelo governo Reagen, sobretudo a partir de 1986[82].

Como é amplamente sabido, a partir de 1982, quando se encerravam as rodadas de Tóquio, os Estados Unidos têm-se empenhado em alargar o escopo das negociações comerciais multilaterais, de modo a nelas incluir os chamados "novos temas": serviços, propriedade intelectual, investimentos e tecnologia. Desses quatro tópicos ou áreas, de resto interligados, o dos serviços tem merecido destaque especial e é objeto, hoje, de um Grupo Negociador específico, no contexto geral da Rodada Uruguai. Vale a pena ler o que diz o ex-Secretário do Tesouro norte-americano e atual Presidente da Unisys, Michael Blumenthal[83]: "As mudanças tecnológicas têm alterado o comércio internacional (e têm tido)... um impacto muito maior na natureza e no volume (desse comércio)... do que todas as negociações desde a criação do GATT, em 1948. O comércio de serviços não era sequer um tema a Rodada Kennedy, há 20 anos. Hoje, ele é o tema". Depois de

comentar a alta participação dos serviços (sobretudo, os de informática) na economia dos Estados Unidos, Blumenthal prossegue: "Cada vez mais a vantagem comparativa de um país reside na sua capacidade de utilizar efetivamente as novas tecnologias da informação, na rapidez de sua aborção pelo processo produtivo e na eficiência relativa de sua aplicação. Cada vez menos, os outros fatores de produção, a disponibilidade de matérias-primas ou o custo da mão-de-obra determinam que países detêm a vantagem e têm o menor custo global"[84].

Esta segunda parte da afirmação de Blumenthal mereceria especial meditação por parte daqueles que defendem, para os países em desenvolvimento, uma política econômica orientada para as exportações e, tendo como premissas, apenas, a baixa remuneração do trabalho e a abundância de recursos naturais. O acentuado processo de robotização de indústrias tradicionais terá muito a dizer, no futuro, sobre tais modelos. Seja como for, a idéia de qua a alta tecnologia, sobretudo em suas formas mais abstratas de criação intelectual e de serviços, é ainda o apanágio da competitividade dos Estados Unidos, tem feito com que esse país persiga, com rara determinação, a progressiva liberalização do setor, ainda que, nas palavras de Blumenthal, "a ênfase norte-americana na necessidade de lidar com o impacto da tecnologia nos serviços seja vista com desconfiança por todos".

V – DAVID E GOLIAS

A pressão norte-americana para mudar certos aspectos da política nacional de informática expressa, no plano das ações bilaterais, a mesma determinação que o impulso de reformar o GATT, no plano multilateral. Pareceria desnecessário recontar, aqui, a história da política brasileira de informática, que já foi objeto de vários relatos pormenorizados[85]. Entretanto, talvez seja útil retraçar, resumidamente, alguns aspectos dessa política. Embora suas raízes remontem à década de sessenta, foi a partir da segunda metade dos anos 70 que a política tomou forma definida, com a decisão de reservar a empresas nacionais, a produção de mini-computadores. Progressivamente, outros ramos da indústria de processamento de dados, incluindo microcomputadores e equipamento periférico foram cobertos por disposições que protegiam a produção por produtores nacionais da competição estrangeira. Um ponto fundamental a destacar na política de informática, em contraste com outras políticas setoriais anteriores – como a automobilística, por exemplo –, é que ela incluía o conceito de proteção ao produtor nacional (i.e., empresas brasileiras, dirigidas por residentes no País, com maioria de capital nacional e "autonomia" tecnológica). O objetivo explícito era a "capacitação" nacional no setor, evitando-se, nesta área considerada estratégica para o desenvolvimento do País, o mesmo tipo de dependência do exterior, característico de outros ramos da indústria. Motivações puramente econômicas se mesclaram a preocupações de segurança nacional, o que explica o apoio obtido pela Política de Informática da parte do segmento militar – que exercia, como é óbvio, grande influência no processo de decisões.

A partir de 1979, com a criação da SEI, os vários aspectos da política foram consubstanciados em "atos normativos", que constituíram, na verdade, a legislação do setor. Em 1984, com a aproximação da passagem do governo para os civis e o risco

antevisto de que um candidato menos nacionalista pudesse ser o escolhido pelo Colégio Eleitoral – hipótese que, afinal, não se confirmou – os setores que apoiavam a política, dentro e fora do governo, obtiveram, mediante ampla mobilização de opinião, que o Congresso Nacional aprovasse uma lei específica sobre o tema – a Lei 7232, mais conhecida como Lei de Informática – que incorporou os principais elementos contidos nos Atos Normativos da SEI. Posteriormente, com a chegada ao poder do primeiro governo civil em 21 anos, a supervisão política sobre a SEI foi transferida do Conselho de Segurança Nacional para o recém-criado Ministério da Ciência e Tecnologia.

Seria difícil tentar reproduzir aqui todos os dispositivos da Lei de Informática, que abrange aspectos muito diversos, que vão desde a organização administrativa do setor até regras para a concessão de incentivos. Os seguintes pontos merecem destaque:

I) a Lei estabelece (art.2º que a capacitação nacional (empresarial, tecnológica) na área de informática é o objetivo da política. Para tanto, uma série de medidas são previstas, de modo a incentivar os produtores nacionais;

II) a Lei não define uma lista de bens e serviços que estariam sujeitos à reserva. Antes, ela descreve o que tem sido chamado de um "ambiente tecnológico" no qual suas disposições são aplicáveis (art.3º). Disto decorrem certas ambigüidades, que foram, aliás, alvo das pressões norte-americanas. Essencialmente, o que importa reter, sob este aspecto, é que a Lei não estabelece a reserva para minis, micros e alguns periféricos, com se costuma considerar. Na realidade, ela se estende a todos os setores em que houver uma capacitação nacional a proteger, o que introduz um elemento dinâmico pouco comum em legislações desse tipo;

III) o principal instrumento (mas não o único) para efetivação da reserva é o controle de importações pela SEI, por um prazo de oito anos[86];

IV) um aspecto central da Lei é a distinção entre empresas nacionais e estrangeiras. O artigo 12 define o que é empresa nacional (i.e. a que tem autonomia de capital, de gestão e tecnológica)[87] e o artigo 22 estabelece as condições em que o investimento estrangeiro pode fazer-se presente no setor de informática. A Lei não faz referência a *joint ventures*, cabendo considerar que todos os casos que não se enquadrem na definição de empresa nacional devem ser tratados como investimentos estrangeiros e sujeitos, portanto, às regras do artigo 22[88];

V) um ponto que gerou muita polêmica foi o relativo à aplicabilidade ou não dos dispositivos da Lei a questões atinentes a *software*. Embora o artigo 43 estabelecesse que lei específica trataria desse aspecto, o entendimento prevalecente era o de que programas de computador estavam já incluídos na reserva, por integrarem o "ambiente tecnológico" referido anteriormente. Obviamente, após a aprovação da lei 7646 (Lei do *software*), a questão deixou de ser relevante.

Como foi dito anteriormente, vários dos dispositivos da Lei já faziam parte das normas vigentes para o setor, ou de práticas seguidas pela SEI, às quais a Lei veio emprestar o

suporte jurídico-político adequado à era democrática. Assim, e a despeito de mudanças institucionais e administrativas, pode-se dizer quer a orientação básica da política permaneceu a mesma, desde o final dos anos setenta (A questão de saber se os gestos feitos em direção aos Estados Unidos, com o objetivo de aplacar as pressões, constituíram ou não "concessões", que afetaram a substância da política será discutida mais adiante). Qualquer que seja a avaliação crítica que se faça da política nacional de informática, é indiscutível que a mesma propiciou resultados que são quantitativa e qualitativamente expressivos[89]. O grande crescimento do setor, a taxas com poucos paralelos no mundo, e o paulatino aumento da participação das empresas nacionais na produção de bens e serviços de informática são fatos incontestáveis – o que quer que se pense sobre o seu significado para o desenvolvimento do País como um todo. Esse crescimento teve como contrapartida um expressivo aumento da mão-de-obra empregada em atividades de processamento de dados, sobretudo no que toca a profissionais de nível superior[90]. Evidentemente, nem só de aspectos positivos vive a informática brasileira. O diferencial de preços e – em alguns casos – qualidade, em relação à produção dos centros mais avançados, ainda é considerável, embora se tenha reduzido bastante nos últimos anos, sobretudo no que toca às CPUS[91]. Certas decisões, como a de abrir o mercado de superminis a projetos com tecnologia importada, sofreram e sofrem ainda muitas críticas[92]. Por outro lado, o volume de recursos disponíveis para pesquisa, que é a contrapartida necessária da reserva, tem permanecido abaixo do pretendido. Dificuldades burocráticas e financeiras não permitiram, ainda, que o Centro de Tecnologia de Informática (CTI) alçasse vôo plenamente[93]. Afora estes aspectos, há – e haverá sempre – a controvérsia sobre se a proteção à informática nacional estaria prejudicando o avanço de outros setores, questão que não pode encontrar resposta, senão no argumento de que uma maior autonomia em uma tecnologia fundamental e "pervasiva" possibilitará um desenvolvimento mais seguro, a longo prazo (ainda que mais lento), dos outros setores.

Não é o objetivo do presente trabalho, proceder a uma avaliação da política de informática. Cumpre notar, porém, o seu ineditismo na América Latina, como tentativa de dar um passo além das políticas tradicionais de substituição de importações e promoção de exportações, que vigoraram nas últimas três ou quatro décadas. Nas palavras judiciosas de um velho estudioso do desenvolvimento: "Agora se está esclarecendo o significado da política brasileira para os computadores: tendo aparecido cerca de trinta anos depois da proclamação de Prebisch contra os esquemas obsoletos da divisão internacional do trabalho, pode considerar-se (a PNI) como uma rebelião de segunda geração contra um novo esquema que, novamente, pretenderia confinar o País mais industrializado da América Latina, agora de acordo com as supostas regras da vantagem comparativa dinâmica – e não mais da estática"[94]. Não é à toa que a Política de Informática do Brasil – se, por um lado, provocou muita reações, algumas violentas – tenha sido, por outro, fonte de novas esperanças para os que se preocupavam com o desenvolvimento da América Latina[95] e motivo de admiração para outros[96].

O contencioso Brasil-Estados Unidos sobre informática, praticamente teve o seu início quando da visita do Presidente Reagan a Brasília, em 1982[97]. De lá para cá, o tema não deixou de figurar da pauta de qualquer reunião de natureza política ou econômica entre os dois países. Seis anos após a visita, o assunto continua a ser um dos pontos centrais

nos encontros de altos funcionários dos dois países. Embora já constasse de agendas anteriores, o assunto passou a ser tratado de maneira sistemática e singularizada, a partir de 1985.

Ao longo de todo esse processo, que envolveu inúmeras reuniões e várias batalhas de ações unilaterais e declarações, dois fatos merecem especial atenção: o primeiro é que o Brasil foi, progressivamente, sendo empurrado, pela lógica mesma da situação, a negociar em posição cada vez menos confortável e em termos crescentemente desfavoráveis. Assim, enquanto a primeira rodada de consultas, em junho de 1985, se deu no âmbito do GATT e dentro dos limites estritos do Acordo Geral (que, de um modo geral, davam guarida às posições brasileiras), as conversas seguintes foram deslocadas para o terreno bilateral, o que, evidentemente, enfraquecia as defesas brasileiras e expunha o País a pressões de natureza política (ou político-econômica) difíceis de serem enfrentadas. Não se deve esquecer que o pano de fundo do relacionamento Brasil-Estados Unidos sempre esteve, neste período, dominado pela questão da dívida externa. Nas conversações de Caracas, em fevereiro de 1986, ainda se buscou (algo artificiosamente, poder-se-ia argumentar), circunscrever o diálogo sobre o tema, fazendo com que sua consideração se desse "à luz dos compromissos internacionais" do País, o que era uma outra forma de vincular as discussões às obrigações jurídicas de cada parte junto ao GATT. Esta limitação, obviamente, não interessava ao governo norte-americano, que logo encontrou uma maneira de retomar o assunto em outro nível.

Antes de passar à fase seguinte, vale uma pequena digressão sobre a inconformidade norte-americana em manter o assunto no âmbito do Acordo Geral. Circunscrever a discussão da Política Brasileira de informática ao GATT não interessaria aos Estados Unidos, por duas ordens de razões. Em primeiro lugar, porque o GATT não tem (ainda) competência para lidar com questões como investimento, propriedade intelectual e comércio de serviços (como teleprocessamento), de igual ou maior interesse do que o comércio de mercadorias, objeto próprio daquele Acordo – o que não foi deixado sem menção pela delegação brasileira no encontro de Genebra, de junho de 1985 e reiterado em Caracas, no início do ano seguinte. Por outro lado, mesmo na questão específica de comércio, a posição brasileira encontrava razoável apoio em vários artigos do Acordo Geral, relativos à balança de pagamentos, indústrias nascentes e segurança nacional (artigos 12, 18 e 21, respectivamente). Embora pudessem existir dúvidas sobre o cumprimento estrito de certos procedimentos formais, o caminho, para os Estados Unidos, se afigurava longo e pouco promissor. Depois de perceberem o erro tático inicial de terem levado o tema ao GATT, os Estados Unidos não perderam oportunidade de manifestar, às vezes de maneira pouco ortodoxa, a inadequação daquele foro para a discussão do problema[98].

O outro aspecto que merece ser assinalado é o de que, apesar da justa indignação gerada pela ameaça implícita na abertura da ação americana, sob o amparo da Seção 301 da Lei de Comércio[99], e dos protestos de que não se poderia tratar do tema, "sob a égide de uma lei norte-americana", o Brasil se viu, de fato, sob a contingência de negociar sob a constante ameaça de retaliações. A visita do Subsecretário de Estado, John Whitehead, ao Brasil, em maio de 1986, marca o início da nova fase, por assim dizer "política" (por oposição à fase "jurídica" anterior) das negociações. Não interessa,

aqui, recapitular o que foi discutido durante as várias reuniões de Paris, a rápida reunião do Rio de Janeiro, a reunião de Bruxelas e a do México. Importa notar que, ao final desse processo e como resultado dos "gestos de boa vontade" brasileira, o Presidente Reagan decidiu, em 30 de junho de 1987, encerrar alguns aspectos da investigação, suspender outros e deixar um outro ainda sob "monitoramento"[100]. A ilusão de que se havia conseguido "acomodar" os interesses norte-americanos a um preço relativamente baixo logo se desfez. A disputa em torno do registro de um *software* da empresa norte-americana Microsoft (o MS-DOS) desencadeou uma tempestade, que deixou o Brasil na iminência de sofrer pesadas sanções, envolvendo exportações para os Estados Unidos, da ordem de US$ 1 bilhão. Esse clima adverso somente se desanuviou, parcialmente, com a reversão (para efeitos práticos) da decisão original da SEI, pelo CONIN[101]. Por outro lado, sentindo-se estimulados pela reação de vários setores da sociedade brasileira, que passaram a ver na política de informática uma ameaça a seus *interesses no mercado americano, o governo dos Estados Unidos aproveitou para* ampliar algo à lista de exigências, sobretudo quanto à regulamentação da Lei de *Sofware*[102]. Razoavelmente satisfeito com os novos gestos brasileiros, o governo de Washington voltou à posição anterior de Reagan, mas recusou-se sempre a "cancelar" a investigação[103], que permanece, portanto, em aberto.

Quais as lições que se poderia tirar da evolução desse contencioso, para avaliar as possibilidades, de um ponto de vista político, de promover-se a autonomia tecnológica do País? Um balanço superficial das "concessões" ou "gestos" feitos pelo Brasil indica que, até o momento, não houve prejuízos irreparáveis à política de informática como um todo. Quanto ao *hardware*, não houve alteração da lei, nem da maneira como se interpretam seus principais dispositivos, apesar das reclamações (elas são inevitáveis e fazem parte do processo) de produtores nacionais em relação a decisões específicas da SEI[104]. Vale lembrar, entretanto, que o item relativo a "investimentos" da ação 301 permanece sob investigação e tem sido lembrado sempre que a oportunidade se apresenta[105]. Quanto ao *software*, a questão é mais delicada. A adoção do regime de *copyright*, embora tenha sido uma das principais reivindicações norte-americanas, não encontrou maiores resistências da parte dos produtores nacionais e parece ser a alternativa mais viável de proteção aos criadores de *software*. A discussão em torno da similaridade de software importado com *software* nacional, com os critérios definidos pela regulamentação e à luz da decisão sobre o MS-DOS, que pode ou não constituir-se em precedente, é menos nítida. Há, da parte de alguns setores, o temor de que, efetivamente, se tenha criado um obstáculo difícil de transpor para os produtores nacionais de *software*, pelo menos em certas áreas[106].

Como quer que seja e independentemente da habilidade e firmeza dos negociadores, revelou-se uma fragilidade da base de sustentação política da informática nacional, que os norte-americanos não deixarão de explorar daqui por diante. A situação se tornará mais delicada, à medida que se aproxima o *deadline* de 1992, quando termina o poder conferido à SEI, pela Lei 7232, para controlar a importação de bens de informática[107]. É pouco provável que até lá a indústria brasileira, tanto de *hardware* quanto de *software*, esteja em condições de dispensar todos ou alguns dos instrumentos de proteção de que goza hoje. Por outro lado, as pressões no sentido de uma maior liberalização do setor, coincidindo, inclusive, com a provável extensão das áreas de atuação do GATT, não deverão diminuir. Um embate, ainda mais rude que o atual, parece inevitável.

Durante o regime autoritário, alianças ocasionais entre grupos de militares e tecnocratas bem situados no aparelho do Estado e setores empresarias específicos, envolvendo, aqui e ali, o apoio de alguns parlamentares, eram suficientes para dar suporte político a ações voltadas para o desenvolvimento nacional. Num regime democrático, novas coalizões terão que ser formadas, preservando os elementos das antigas alianças, mas ampliando sua base social. A aprovação de alguns itens de grande relevo para o desenvolvimento do País, pela Assembléia Nacional Constituinte, parece indicar que a formação dessas coligações não é uma tarefa impossível. Resta saber se a mesma correlação de forças que logrou se acertar, em matérias de princípio, pode ser transporta para os embates do dia-a-dia, nos quais se decidirá, de maneira efetiva, o rumo que tomará o desenvolvimento nacional.

A ampliação do consenso em torno da política de informática implicará certos ajustes e reorientações, tanto no conteúdo quanto na forma de sua implementação. Reavaliações em curso, a propósito do II PLANIN, talvez facilitem a obtenção de um apoio maior. A idéia, que parece ir-se consolidando na comunidade de informática, de que é necessária maior concentração de esforços em certos setores ou "nichos", onde a capacidade de competição nacional é maior, certamente contribuirá para afastar algumas críticas. No mesmo sentido, deverão ser os efeitos de uma ênfase, totalmente nova, na exportação (embora, aqui, possa-se antever um aumento dos atritos internacional). Maior flexibilidade para compatibilizar os interesses de outros grupos nacionais[108] poderia, também, ajudar a consolidar uma base de apoio à política, sem descaracterizá-la. Entretanto, alguns outros sinais são preocupantes: a insistência com que se tem discutido a aplicabilidade da Lei às Zonas de Exportação; os motivos, até hoje não bem esclarecidos, da passagem do CONIN para a Presidência da República; e outros atos isolados de setores do governo poderiam indicar um enfraquecimento dos setores que defendem a essência da política de informática, como praticada até aqui, dentro da burocracia estatal[109]. Fundados ou não estes temores, a perspectiva de que, cedo ou tarde, as pressões norte-americanas serão reativadas, possivelmente de forma ainda mais vigorosa, em função da nova lei de comércio, impõe grande imaginação e esforço de articulação por parte dos defensores da informática nacional.

VI – CONCLUSÃO

Reservei os últimos comentários deste trabalho para a questão da cooperação internacional e, em particular, à cooperação latino-americana. Já em outras oportunidades, tenho-me referido ao que há de mítico e de verdadeiro nessa expressão[110]. Parece certo que a busca de complementaridades dinâmicas no mercado internacional pode ser um fator propulsor de progresso. A dimensão dos recursos exigidos pela pesquisa e a escala de mercado necessária à amortização dos investimentos são, hoje, reconhecidamente causas de esforços de integração da parte das nações mais desenvolvidas, o que lança novos desafios aos países da América Latina. Não fazendo parte (com a possível exceção do México) de nenhum dos grandes blocos em formação[111], os países latino-americanos deverão buscar formas de convivência não exclusiva com cada um deles, numa posição que já foi classificada como de *free lancer*. Mas, ao mesmo tempo, terão que estreitar os

vínculos que os unem uns aos outros, superando, de algum modo, a estreiteza dos mercados e realizando um *pool* de recursos, que lhes permita enfrentar os pesados gastos em C&T. É interessante notar que, mesmo no estado de relativo atraso em que se encontram as economias latino-americanas, o somatório dos recursos e, é claro, dos mercados dos principais países da região chega a ser significativo. Em termos de mercado, se considerarmos uma indústria que envolve desenvolvimentos tecnológicos importantes, como a farmacêutica, verificaremos que os mercados dos três maiores países da região (México, Brasil e Argentina) chegam a US$ 3.4 bilhões, o que equivale, aproximadamente, ao mercado italiano e supera os mercados do Reino Unido e do Canadá[112]. Vista do ângulo dos recursos para a pesquisa, a integração não é menos importante. Apesar dos índices muito baixos de gastos em C&T, verifica-se que o total dispendido pelo Brasil, México e Argentina equivale ao investido pela Suécia e supera o empregado pelos Países Baixos, nações que, embora pequenas, ocupam posições importantes na inovação em certos setores[113].

Os acordos de integração entre Brasil e Argentina são um bom exemplo do que é possível realizar nesse campo. No caso da cooperação em ciência e tecnologia, foram dados alguns passos importantes, sobretudo no que diz respeito à biotecnologia e informática e começa-se a discutir ações conjuntas para a química fina[114]. As vantagens dessas ações são óbvias e podem, em alguns casos, representar ganhos imediatos.

Um dos aspectos que torna especialmente promissora a integração nestes "setores de ponta", é que, aí, ao contrário do que ocorre em outros mais maduros, não há, ainda, interesses sedimentados, de um lado e de outro, o que torna mais fácil a caminhada conjunta. Não há que se subestimar as dificuldades, entretanto. Preconceitos e particularismos se aliam a preocupações legítimas com a produção local, para dificultar os rumos da integração[115]. O que faz crer que ela prosseguirá, mais do que nada, é a certeza de que, hoje, a integração não é apenas uma bela idéia (a realização do sonho bolivariano), mas uma necessidade prática imposta pela História. Num mundo de grandes blocos econômicos, que representam gigantescos mercados e enormes fontes de recursos para investimento, a América Latina não pode desperdiçar o que pode ser a sua última "chance". Embora não se esgote aí e envolva decisões políticas nada desprezíveis, é lícito dizer que o desenvolvimento tecnológico dos países da América Latina passa, necessariamente, pela integração, a começar por aquela em que estão engajados Brasil e Argentina. Um tal esforço, para ser bem sucedido, não requer apenas entendimento entre burocratas, com vistas à redução de barreiras tarifárias e simplificação de procedimentos administrativos. Para consolidar o processo, é necessário um trabalho de conscientização das populações dos dois países, muito mais profundo do que o que foi feito até aqui. Não chegaria a propor que se incluísse nos currículos regulares, a nível de segundo grau, um curso de Integração Latino-Americana. Isso traria o inevitável cheiro de oficialismo, que as ditaduras militares introduziram nos programas escolares (pelo menos no Brasil), ainda que com intenções distintas. Mas, algo neste sentido terá que ser tentado, se se desejar, efetivamente, buscar a integração e, com ela, a independência.

NOTAS:

1 De Marx a Schumpeter, os economistas têm destacado a importância da tecnologia no crescimento e modificação estrutural da economia. Em seu livro-texto sobre o Desenvolvimento Econômico, Charles *Kindleberger*, dedica dois capítulos (o V e o X) a questões ligadas à tecnologia (cf tradução portuguesa, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1960).

2 A grande maioria dos países em desenvolvimento, à exceção dos NICS asiáticos, gasta menos de 1% do PIB em pesquisa e desenvolvimento. O Brasil, por exemplo, que é dos relativamente mais avançados, investe algo em torno de 0,6%. Estas cifras contrastam com dispêndios da ordem de 2 a 3% nos países capitalistas avançados e de mais de 4% na URSS.

3 As propostas de criação de zonas especiais de exportação baseiam-se, em larga medida, no pressuposto de que é possível lastrear o desenvolvimento na disponibilidade de recursos naturais e mão-de-obra barata.

4 O Presidente Reagan, ao lançar um programa de apoio à pesquisa em supercondutores, citou – sem consciência de quem era o seu autor – o célebre aforismo de Bacon sobre poder e conhecimento (Discurso em 28/07/87). Entre nós, o Presidente Sarney deu uma formulação algo diferente, ao discursar, em 17.04.86, por ocasião da sanção da lei relativa ao I Plano Nacional de Informática. Na ocasião, disse o Presidente que a divisão internacional do poder passa pela divisão internacional do saber. Outros trechos do discurso aparecem citados em *Evans*, Peter: "Declining Hegemony and Assertive Industrialization: U.S. Brazilian Conflicts in the Computer Industry", mimeo, 1988.

5 Ver, por exemplo, o artigo de Fernando Fajnzylber, ao qual se fará referência, de forma detalhada, na parte II deste trabalho.

6 Uma exceção, certamente não a única, à regra é o *paper* de Viviane *Ventura* Dias, "The Old Logic of the New International Economic Order", mimeo, 1988. Logo na introdução, a autora nos lembra que "The factor of power, so often neglected in the discussions of international economic cooperation, comes up distinctively when a country tries to change the international rules to maintain its competitive position as an industrial power". Em grande medida, o presente trabalho é uma explicitação dessa afirmação à luz da realidade atual.

7 Charles *Frankenhoff*, S.J., "The Prebisch Thesis: a Theory of Industrialism for Latin America", Journal of Interamerican Studies Vol. 4 nº 2, 1962. A Tese de Prebisch foi exposta num memorando/ensaio enviado ao Secretário-Geral da ONU e reproduzido, sob a forma de artigo, em várias publicações, inclusive na Revista Brasileira de Economia, no mesmo ano, sob o título "O Desenvolvimento da América Latina e seus Principais Problemas".

8 Osvaldo *Sunkel*: "Las Relaciones Centro-Periferia y la Transnacionalización", Pensamento Ibero-Americano, jan/jun, 1987.

9 Fernando *Fajnzylber*, "Las Economias Neoindustriales en el Sistema Centro Periferia de los Ochenta", ib.

10 Sobre a luta política pela industrialização na América Latina e, em particular, no Brasil e o papel da CEPAL, ver, i.a. Celso *Furtado*, "A Fantasia Organizada", Paz e Terra, 1985.

11 No Brasil, essas forças chegaram ao poder com o movimento militar de 1964, mas, já então, os avanços industriais eram muito grandes para serem revertidos. Por outro lado, desde meados da década de cinqüênta, o processo de industrialização se fizera acompanhar de uma

crescente penetração de capitais estrangeiros. Sobre os vários embates políticos que caracterizaram esse período de afirmação do País como uma nação em vias de industrialização, ver, i.a., Thomas *Skidmore*: "Politics in Brazil, 1930-1964, An Experiment in Democracy", Oxford University Press, 1967.

12 Rubens *Ricupero*, "O Brasil e o Futuro do Comércio Internacional", Conferência pronunciada em Seminário organizado pelo Instituto Fernand Braudel, mimeo, São Paulo, 1988. Analisando dados do GATT, Ricupero afirma que "o desempenho da América Latina foi dos mais medíocres...: contra a média de crescimento mundial em valor de 3% para o período 80-87 e de 16,5% para 87, a América Latina apresentou as cifras de -7 e de 8%, respectivamente". Ricupero cita, ainda, outros dados do GATT, que, possivelmente, se relacionam com os anteriormente citados e que vêm de encontro à suposição referida no corpo do texto. Diz ele: "... duas observações falam por si mesmas. A primeira é que o volume do comércio em produtos eletrônicos (atualmente 12% do comércio de manufaturas) cresceu duas vezes mais que o intercâmbio mundial de manufaturados no ano passado. A segunda é que, em contraste, o volume do comércio de aço (5% do total) declinou moderadamente".

13 apud *Frankenhoff* (op.cit.). A citação provém do artigo de Prebisch, intitulado "Interpretação do Processo de Desenvolvimento Econômico", publicado pela Revista Brasileira de Economia, em março de 1951.

14 Os artigos de Sunkel e Fajnzylber foram citados anteriormente (cf notas 6 e 9). Aldo *Ferrer*. "El Sistema Centro-Periferia y la Politica Economica. Una Ilustración sobre el Caso Argentino". Pensamiento Iberoamericano (loc.cit.). Todas as próximas citações autores se referem aos artigos mencionados.

15 A expressão "janelas de oportunidade" é do Embaixador Amaury Porto de Oliveira e foi utilizada no contexto das tendências evolutivas da tecnologia moderna, que abririam possibilidades para os países em desenvolvimento. Sua utilização aqui é de sentido similar, mas não idêntico. Sobre os trabalhos do Embaixador Oliveira, ver, mais adiante, a nota 37.

16 Ferrer acentua não só a maior homogeneidade de padrões de vida dentro de cada país, mas também entre as nações. Seus dados sobre o Japão parecem algo defasados e não levam em conta as últimas tendências na relação entre as moedas. Para Ferrer, as variações têm sido as seguintes: tomando a renda *per capita* dos Estados Unidos como 100, os índices do Japão e Europa Ocidental seriam de 30 e 50 em 1960 e de 80 e 90, em 1986, respectivamente. Quanto à distribuição interna, Ferrer também não é preciso nos critérios adotados e afirma que, enquanto as diferenças de nível de vida são de 1:3 nos países desenvolvidos, a razão seria de 1:30 nos países em desenvolvimento.

17 Já se tem assinalado a tendência à fusão e absorções na área de *software*, domínio preferencial das firmas pequenas, dentro da informática. Quanto à biotecnologia, ver Daniel J. Goldstein "Strategies to Build up Local Capability in Biotechnology in Developing Countries", (Backgroud Paper for the Intergovernamental Consultative Conference of Experts on New and High Technology of Developing Countries). New Delhi, 1986. Nesse *paper*, entre outras coisas, destaca-se o nascente interesse dos grandes conglomerados da área química, como Monsanto, Du Pont de Nemours e Kodak (!), pelo setor de biotecnologia.

18 O quadro da "Frágil Inserção Mundial" da América Latina expressa porcentagens em que a região participa do total mundial. População = 8%; PIB = 7%; Produção Manufatureira = 6%; Bens de capital = 3%; Engenheiros ou Cientistas = 2,4%; Recursos para C%T = 1,8% e Autoria Científica = 1,3%.

19 "Eficiência, Crescimento e Criatividade. O conceito de Núcleo Endógeno de Dinamização tecnológica", in Industrializacion y Desarrollo Tecnológico – CEPAL/ONUDI, nº 1, 1985. Neste

artigo, o(s) autor(es) sustenta(m) que o modelo industrial impulsionado por filiais de empresas transnacionais dificilmente desencadeará processo criativo interno "porque esto no resuelta funcional en términos generales" (i.e. globais – cf tese de Sunkel mencionada anteriormente). Em outro artigo, no mesmo exemplar ("Ciência e Tecnologia na OCDE e Posição relativa da América Latina"). Assinala-se que, embora o montante absoluto dos gastos em pesquisa dos maiores países da região seja comparável ao de países com sólida presença no mercado mundial, o que é específico da região é a debilidade da participação do setor industrial em P&D, que, por sua vez, está ligada à "precária liderança do empresariado nacional no setor manufatureiro". (CEPAL/ONUDI, loc. cit.).

20 Ver, a propósito, i.a., Albert O. *Hirschman*. "La Economía Latinoamericana; Siete Ejercicios en Retropectiva" – Trimestre Econômico nº 54 – out./dez., 1987.

21 Paul W. Kuznets, por exemplo, afirma (sensatamente) que: "We can show that high investment rations are necessary for rapid growth, but we cannot demonstrate that the high saving ratios needed to finance investiment follow from the confucian tradition" (Paul, W. *Kuznets*, "An East Asian Model of Economic Development: Japan, Taiwan and South Korea" – Economic Development and Cultural Change, 36(3) Sept.1988). Uma interessante resenha de teorias "culturalistas" ou "étno-religiosas" como explicação para o desenvolvimento do capitalismo encontra-se em Nathan *Rosenberg*, Cambridge U.P. 1982, "Inside the Black Box: Technology and Economics", especialmente no primeiro capítulo, "The Historiography of Technical Progress". Só que aí, como é natural, as explicações privilegiam o Cristianismo e deixam de lado as "religiões asiáticas" (sic transit gloria mundi!).

22 Vários estudos sérios têm sido feitos recentemente, sobretudo em relação à Coréia, país cujo êxito tem chamado a atenção de acadêmicos e funcionários do aparelho do Estado. Ver, entre outros, *BNDES*: "Coréia do Sul, A importância de uma Política Industrial" (Versão preliminar – mimeo – 1988). Ver, também, o estudo de Clélia *Piragibe*, in *Schmitz* e R. Q. *Carvalho*, "Automação, Competitividade e Trabalho: A Experiência Internacional", São Paulo, 1988.

23 O artigo de Paul Kuznets, citado acima, alinha outros elementos comuns aos três países objeto do seu estudo (Japão, Coréia e Taiwan). Não é nosso propósito analisá-los aqui.

24 Os mentores da política externa brasileira, logo após o golpe militar, tentaram usar a idéia de interdependência – que descreve um fato real indiscutível do mundo contemporâneo – como argumento contra a "política externa independente", praticada nos últimos anos do governo civil (períodos Quadros e Goulart, especialmente). Mas os reais propósitos do sofisma ficaram explícitos com a doutrina das "Fronteiras ideológicas", exposta pelo Marechal Castello Branco, no discurso de posse dos formandos do Instituto Rio Branco, em 1964, que inspirou as ações de política externa nos primeiros anos do governo militar (A participação brasileira na intervenção na República Dominicana, em 1965, foi o exemplo mais conspícuo dessa orientação). A apropriação das idéias "desenvolvimentistas" e industrializantes pelo "capitalismo oligopólico internacional" está referida em Luis Cláudio *Marinho*, "La CEPAL y las concepciones del desarrollo en America Latina", ILPES, 1988.

25 Em países menores, onde as possibilidades de desenvolvimento independente, mesmo setorial, são mais limitadas, a autonomia passa pela construção de um poder de barganha, que implica, geralmente, a disponibilidade de um leque de alternativas reais de cooperação com vários países, de preferência de blocos e alianças distintas. Ela presume, também, uma colaboração mais estreita com nações de níveis semelhantes, criando-se, assim, uma autonomia a nível regional. No caso do Brasil, provavelmente, a "autonomia" diz respeito aos três níveis de atuação: desenvolvimento interno, cooperação internacional diversificada e integração regional. Ver, a propósito, do presente autor, "Da Confrontação Inevitável à Cooperação Possível", Revista Brasileira de tecnologia, nº 2 e 3, de 1988.

26 Karl *Deutsch*, "Análise das Relações Internacionais", tradução brasileira pela Editora da UnB, 1978. A partir da sua visão baseada nas teorias da comunicação e informação (cibernética), Deutsch fornece interessantes redefinições de conceitos da moral ou da psicologia clássicas. Alguns deles, como o de "dignidade", que reproduzo a seguir, bem se aplicariam a situações como a descrita na parte final deste trabalho. *Dignidade*: "nossa possibilidade de agir, aprender e mudar a um ritmo suficientemente lento para preservarmos o controle *autônomo* de nossa conduta" (grito meu).

27 Ver, a propósito, Karel G. Van *Wolferen*, "The Japan Problem", in Foreign Affairs, Inverno, 1986/7. Wolferen inicia a terceira parte do seu artigo, com a afirmação, que não deixa de ser chocante, segundo a qual, "The second fiction that hampers the formulation of an effective policy toward Japan is the premise maintained by the U.S. and Europe that Japan belongs with them in the loose category known as capitalist free market economies". Em defesa dessa afirmação, que faria tremer alguns dos nossos mandarins da economia e da política, o autor recorre à autoridade de Chalmer Johnson e de seu clássico estudo sobre a burocracia japonesa ("MITI and the Japanese Miracle: The Growth of Industrial Policy, 1925-1975", Stanford, 1982).

28 "In considering the success of japanese economic history, I am struck by the notion that government business relations were... well arranged. Japan retained some advantages of capitalism (i.e. efficient producers), while reaping certain benefits of socialism (i.e. considerable public control of the economic effort and direction)". A citação é do artigo de H. Rosovsky, "What are the Lessons of Japanese Economic History" e aparece reproduzida em *Rosenberg* (op.cit. cf. nota 21).

29 Michael *Borrus* e John *Zysman*: "Japan", in Carol *Brown* and Francis *Rushing*, eds: "National Policies for Developing High Technology Industries" Westview Press, 1986. Todas as citações de Borrus e Zysman que se seguem no texto são retiradas deste artigo.

30 São incontáveis os artigos e ensaios, sem falar nas reportagens, discursos, etc..., que apontam o Japão como altamente protencionista. A título de exemplo, além do ensaio de Wolferen, já citado, vale notar o artigo do Professor Peter *Drucker*, "Japan's Choices", sobre o qual falarei mais adiante. Drucker desenvolve o conceito de *adversarial trade* para caracterizar a política comercial japonesa, que buscaria agressivamente mercados externos ao mesmo tempo que fecharia seu próprio mercado. (in Foreign Affairs, verão 1987). Ver, também, Clyde *Prestowitz* Jr: "Traditional Trade Talks won't change Japan" (Herald Tribune, 15/06/88).

31 Borrus & Zysman, op.cit, pg.113

32 id. ib. p.114

33 Cf. nota 27

34 id. ib., p.120

35 id. ib., p.121

36 id. ib., p.138. Valeria citar, também, o comentário de Nathan *Rosenberg*, em seu artigo sobre transferência de tecnologia, que integra a obra já mencionada aqui: "Moreover, it may be highly significant that they did so (i.e. foram capazes de absorver tecnologia) in ways that involved almost no reliance upon foreign enterprise or foreign direct investment. In general, *the japanese opposed any arrangement that reduced local control over the technology*" (grifo meu) (op.cit. pag.271).

37 O Professor Nagai proferiu a palestra na UnB. A imprensa brasileira registrou a frase aqui citada.

38 As "Cartas de Cingapura" são pequenos ensaios enviados periodicamente pelo Embaixador Amaury Oliveira ao Itamaraty e a alguns outros órgãos da Administração Federal. A Revista Brasileira de Tecnologia, do CNPq, deverá publicar proximamente, um artigo que condensa algumas das análises das "Cartas". Parece ser, também, a intenção daquela entidade, estabelecer junto com o M.R.E., um sistema de distribuição mais amplo dos trabalhos do Embaixador.

39 Cf Paul *Kuznets* (op.cit.)

40 Joseph S.*Chang*, "Korea", in Carol *Brown* & Francis *Rushing*, "National Policies..." (op.cit.). As citações feitas a seguir, provêm todas, salvo indicação em contrário, deste artigo.

41 Cf Amaury Porto de Oliveira, Carta de Cingapura de 15/IX/88.

42 CEPAL/ONUDI: "Microeletrónica en la Corea del Sur", in Industrialización y Desarrollo Tecnológico, nº 1/85.

43 id. ib. É de notar-se, a título de comparação, que no momento em que técnicos do Banco negociavam com o Brasil um empréstimo para tecnologia industrial (I.T.D.), todo o setor de informática, inclusive o de microeletrônica, foi expressamente excluído. Talvez, por esse motivo, entre outros, o projeto não prosperou.

44 O que foi dito aqui sobre a eletrônica vale também, em maior ou menor medida, para outras indústrias, na medida em que o esgotamento das possibilidades baseadas na mão-de-obra barata levou o governo a deslocar a ênfase para as indústrias intensivas em qualificação (*skill intensive industries*), cf Kuznets, op.cit.

45 Um dado interessante sobre a atitude espartana em relação ao consumo, que se liga diretamente ao padrão eqüitativo de distribuição de renda, com conseqüências diretas no esforço de crescimento, aparece no estudo já mencionado da CEPAL sobre a indústria eletrônica da Coréia: para não desviar a produção do mercado externo e, ao mesmo tempo, evitar a diminuição do estímulo à poupança, a Coréia, apesar de grande produtora de TVs a cores, não permitia a venda desse produto aos consumidores nacionais, até recentemente.

46 Na verdade e apesar dos estudos que têm sido realizados ultimamente, este tipo de desinformação permanece. Ainda recentemente, um líder político expressivo, por sinal, dono de um jornal especializado em economia, escreveu um artigo em que defende a mesma tese da abertura, valendo-se do "modelo" coreano. Cf. Herbert *Levy*, "Tecnologia, o Grande Desafio", Folha de São Paulo, 29/X/1988 (Levy chega a falar em tratamento "liberalíssimo" do capital estrangeiros). O mesmo refrão tem sido batido por um antigo opositor de políticas que visam a ampliar a autonomia da região (ver Roberto *Campos*, "Considerações sobre a política nacional de informática" in Rabah *Benakouche*, org. "A Questão da Informática no Brasil", Brasiliense, 1985).

47 Para um comentário sobre as idéias de Cobden e outros idealistas liberais britânicos, ver, i.a., F. *Parkinson*, "The Philosophy of Internacional Relations", Sage Publications, 1977. (especialmente capítulo 6: "Functionalism: Commercial and Industrial").

48 "Círculo vicioso da Pobreza" ou "Causalidade Circular Cumulativa" eram expressões de pensadores como Nurkse e Myrdall, em obras que se tornaram clássicas. Sua ruptura não se daria por forças espontâneas do mercado, mas pressupunha a ação política do Estado. Quanto ao "keynesianismo" das medidas econômicas do pós-guerra, a reconstrução européia, sem discriminação de vencedores ou vencidos, talvez tenha sido a mais importante, inclusive pelo contraste com as atitudes observadas (e criticadas) pelo próprio Keynes, no primeiro pós-guerra, espelhadas em seu livro "The Economic Consequences of Peace" (MacMillan, London, 1919).

49 Para uma visão detalhada das motivações políticas por trás das relações econômicas dos Estados Unidos com os países do Leste Europeu e, em particular, com a União Soviética, ver David *Baldwin*, "*Economic Statecraft*", *Princeton*, 1985. *Este livro tem uma importância bem* mais ampla, ao analisar, com abundância de dados e referências teóricas, a questão do uso das pressões econômicas como instrumento de política. Similarmente ao que George *Liska* fizera, ao final da década de 50, com seu livro sobre ajuda externa ("The New Statecraft, Foreign Aid in American Diplomacy" – University of Chicago Press, 1960), Baldwin disseca a utilização política de medidas comerciais, independentemente do fato de os objetivos finais serem políticos ou econômicos. A obra é (talvez involuntariamente) um comentário irônico muitas das ações comerciais praticadas pelas grandes potências. Num certo sentido, a crueza e o realismo com que são pesados os prós e os contras do uso das pressões econômicas tornaria válido, sobre o livro de Baldwin, guardadas as proporções, o comentário de Rousseau sobre "O Príncipe", de Maquiavel, que, embora dirigido aos governantes, seria uma obra revolucionária, pois mostraria ao povo como aqueles verdadeiramente se comportam. Não é difícil intuir quem são os governantes e quem é o povo neste caso.

50 Cf Ferrer, art. cit. Um exemplo do aproveitamento dessas novas possibilidades de cooperação, envolvendo nações de nível similar de desenvolvimento, mas antes afastadas pelo preconceito ideológico, é o acordo entre o Brasil e a República Popular da China, para cooperação na área espacial. A imprensa internacional registrou a importância do ato ("China and Brazil Reach Agreement to Develop Joint Space Technology" – Herald Tribune, 07/07/88). Para um comentário sobre o sentido do Acordo no contexto da política de cooperação em C&T, ver, do autor, "Por que a China?", in Revista Brasileira de Tecnologia, vol. 19, nº 8, 1988.

51 Ficou famosa a "boutade" do General, ao admoestar publicamente um dirigentes da Bull Machines, após uma associação, que, de fato, transferia o controle daquela empresa francesa à General Electric. O mesmo episódio ensejou a adoção de um sério programa de apoio ao desenvolvimento tecnológico e industrial na área de eletrônica, conhecido como "Plan Calcul" (ver, a respeito, o artigo de Ronald *Brickman* sobre a França na já citada coletânea de Brown e Rushing, cf nota 28).

52 Morton *Kaplan*, Systems and Processes in International Politics, New York, 1957.

53 *Amorim*, Celso e Huguenёy, Clodoaldo: "Europa e Estados Unidos: Uma Avaliação dos Anos 60". M.R.E. (mimeo, elaborado, originalmente, como subsídio para reunião de Embaixadores brasileiros na Europa Ocidental – 1966). Numa veia mais sensacionalista, ver, também, Servain *Schreiber*, "Le Défi Américain", Editions Denoël, Paris, 1967.

54 *Ver, por exemplo, o mais recente estudo da CEPAL, sobre a Evolução das Relações* Econômicas Internacionais (III Informe, Agosto, 1988). No Gráfico IV, relativo ao Balanço Comercial Japão-Estados Unidos, verifica-se que curvas ascendentes caracterizam o superávit japonês não apenas em produtos mais tradicionais, como automóveis, mas também nas áreas de eletromecânicos e telecomunicações. Para mais dados dos níveis de competitividade relativa, ver, também G. *Franco* e W. *Fritsch*, "Texto para Discussão nº 195", PUC, 1988. O referido estudo da CEPAL sintetiza bem as tendências prevalecentes no comércio internacional, ao concluir que "pareceria estar en vias de constituirse un nuevo ordenamiento entre los principales países industrializados, en el cual Japón jugaría un papel más importante que el que hasta ahora había desempeñado". (CEPAL, op. cit. pg.7).

55 Cf Peter *Drucker*, "Japan s Choices", Foreign Affaire, Verão, 1987.

56 Peter *Evans*, no artigo já citado (cf nota 4), aponta essa proibição como uma reação típica de uma nação hegemônica, contra uma potência ascendente. A questão foi discutida na imprensa e é retomada no artigo de George *Packard*, comentado a seguir.

57 George *Packard*: "The Coming U.S.-Japan Crisis", Foreign Affairs, Inverno 87/88. O título já é, em si mesmo, sugestivo.

58 A expressão "tecnonacionalismo" é usada por R.B.*Reich*, "The Rise of Technonationalism", The Atlantic Monthly 63-69 (1987), mas seu conteúdo crítico é usado, aí, também, como advertência aos Estados Unidos.

59 "The Buying of America", Newswèek, 30/05/88. O aumento dos investimentos japoneses nos Estados Unidos vem provocando reações que se aproximam da histeria. Além da reportagem citada, cujo título já é significativo, ver, por exemplo, o artigo publicado na Revista Business Week, sob o título "Is the US. selling its soul to Foreigners?" (B.W. 03/07/88).

60 "Our Life has Changed: the Lightbuld, The Transistor – Now the Superconductor Revolution", Business Week, 06/04/87.

61 "Reagan concita o Congresso a ampliar fundos para a pesquisa científica". (Pronunciamento presidencial transmitido pelo rádio, em 02/04/88, Santa Bárbara, Califórnia).

62 Ver, a propósito, "A Indústria dos E.U.A., unida contra o Japão?", in "Informática Hoje", 18/04/88.

63 A "disputa" pela liderança na condução da questão da dívida do Terceiro Mundo é objeto de comentário da revista *Economist*, de 15/10/88 ("The Young Pretenders – Japanese banks Third World debt"). No artigo, lê-se o seguinte comentário, muito ilustrativo das atitudes dos Estados Unidos, cada vez menos aceitas pelo Japão: "Washington's idea of japanese responsibility often seems to be that Japan should pay more of the bill for whatever America wants to do".

64 Cf *Brickman*, op. cit. (ver nota 50), em que há referência a "pressões de alguns governos, inclusive o francês", para a elevação de tarifas para computadores e semicondutores. A afirmação de Van-Eekelen, então Secretário de Estado para Assuntos da Comunidade Européia, nos Países Baixos, foi feita pessoalmente ao autor, ao comentar, com certo ceticismo, a então recém-lançada iniciativa EUREKA.

65 "Europe puts the Screws to Japan Inc.". Business Week, 16/05/88.

66 Essa extensão já está ocorrendo. A Gazeta Mercantil de 02/11/88 relata o entendimento para que a empresa ítalo-francesa SGS-Thomson (SGT) participasse do projeto JESSI (Joint European Semiconductor Silicon), in "Fabricantes Europeus firmam acordo para produzir Chips".

67 Cf Amaury *Porto de Oliveira*, "O Desafio Tecnológico da França", Revista brasileira de Tecnologia, série de 4 artigos, a partir de dezembro de 1987. Dados sobre o EUREKA e outros programas de integração européia podem ser encontrados na publicação CEPAL/ONUDI, Industrialización y Desarrollo Tecnológico, nº 2/1986. Deve-se notar que o EUREKA, diferentemente de outros programas, como o ESPRIT e BRITE, etc... se desenvolve fora do âmbito da CEE. Recentemente, tem-se percebido, inclusive, certa tendência a flexibilizar a participação de países europeus do "bloco" socialista, como a Hungria. O país que mais tem advogado tal participação é a R.F.A.

68 Na página 27 de seu *best seller*, *Gorbatchev*, após enumerar várias reformas necessárias à dinamização da economia soviética, afirma, textualmente, que "tudo isso somado significa uma coisa apenas: a aceleração do progresso científico e tecnológico". O tema da ciência e tecnologia é recorrente na obra. Veja-se esse outro trecho: "Perestróika significa mudança firme para métodos científicos... É a combinação da revolução científica e tecnológica com uma economia planejada" (pág.36). Cf.M.Gorbatchev, "Perestróika", Ed. Best Seller, 1987."

69 O próprio Gorbatchev se refere às tentativas de obter tecnologia avançada no Ocidente e às frustações causadas pelas "sanções, embargos comerciais e outras proibições americanas". Segundo o líder soviético, tais dificuldades têm servido de lição. "Talvez seja por isso que agora estejamos passando por um verdadeiro crescimento nos campos da informática, tecnologia de computadores e outras áreas da ciência e tecnologia" (op.cit. pág.106).

70 Ver, por exemplo, a defesa feita por Clide V. *Prestowitz* da Nova Lei de Comércio dos Estados Unidos in "Should the New Trade Bill Become Law", Business Week, 23/05/1988. Pretowitz, como se sabe, é autor de um livro bastante comentado ("Trading Places: How we Allowed Japan Take the Lead" – Basic Books, 1988).

71 Na introdução da coletânea várias vezes mencionada neste trabalho, Rushing & Brown afirmam: "Past national success stories, such as that of Japan, relied heavily on the willingness of the United States to leave major markets open to foreign competitors while accepting restrictions in their domestic markets. *This is less likely to happen in the future*, especially in the light of the increasing tendency of U.S. high technology companies to request action against firms when "unfair" (aspas no original) practices are sighted" (Op.cit. pg. 5).

72 Muitos autores, inclusive norte-americanos, têm criticado o rigor excessivo dessas práticas, ver, p.ex., Harold B. *Malmgren*: "Technological challenges to National Economic Polices of the West", the Washington Quarterly, primavera, 1987. Malmgren salienta especialmente o crescente número de tecnologias de "duplo uso" (i.e. civil e militar) e comenta que "o unilateralismo na política de transferência de tecnologia acelerará a fragmentação da cooperação ocidental e intensificará a busca pela autonomia tecnológica em muitos países" (op.cit. pg. 32). O assunto foi objeto de um painel de alto nível, cujas recomendações constam da publicação "Balancing the National Interest: U.S. National Security, Export Controls and Global Economic Competition", National Academy Press, Washington, 1987.

73 *Cahill*, Kevin. "Trade Wars, The High-Technology Scandal of the 1980s", W.H. Allen – London, 1986.

74 Em resumo, as coisas se processariam do seguinte modo: uma empresa britânica identificava uma oportunidade de venda de um produto de tecnologia sensível a um país "proscrito" (basicamente Leste Europeu, China, Cuba, mas, também, ocasionalmente, África do Sul). Solicitava, em seguida, licença ao COCOM. Após grandes delongas, a licença era, por vezes, concedida. Mas, já então, uma empresa norte-americana se havia habilitado a fazer o fornecimento, deslocando do mercado o competidor britânico. Reações e temores quanto ao uso (ou abuso) do COCOM, tanto da parte de governos quanto de empresas, na Europa e na Ásia, estão registradas na reportagem "The Great High Tech Scam", in World Business & Politics, abril de 1988. A reportagem menciona, também, um novo esforço do COCOM para envolver países não membros da OTAN, a "Third Country Initiative". Neste contexto, teriam sido feitos contatos com vários países "emergentes", entre os quais o Brasil (neste caso, por intermédio do Canadá).

75 Empresas brasileiras têm tentado realizar exportações para o Leste Europeu, sobretudo na área de sistemas de automação bancária, e vêm esbarrando, aparentemente, na dificuldade de obtenção de licenças para reexportação de tecnologia. Não é impossível que quando tais licenças venham, já as empresas norte-americanas se tenham estabelecido naqueles mercados.

76 A imprensa brasileira tem reportado essas dificuldades com certa regularidade. Ver, por exemplo, a reportagem "Veto a foguete brasileiro custa US$ 8,4 milhões", Jornal do Brasil, 06/11/88.

77 É o caso da já citada Declaração dos 7 Grandes sobre Tecnologia Espacial. Entendimentos semelhantes existem na área de supercomputadores entre os Estados Unidos e o Japão.

78 F. *Weingarten* e L. *Garcia*, "Public Policy Concerning the Exchange of Scientific Information". Annals AAPSS, 1988.

79 O fato, amplamente relatado pela imprensa, é citado por Peter *Evans* (op.cit.) e, também, por Prestowitz, na mencionada reportagem da revista Business Week (v.nota 70).

80 "International Competition in Advanced Technology: Decisions for America: A Consensus Statement prepared by the Panel on Advanced Technology Competition and the Industrialized Allies". Office of International Affairs, National Research Council, Washington, D.C., 1983.

81 A verificação teórica de que o investimento em pesquisa e desenvolvimento acarreta a luta por mercados amplos não é nova. Ouça-se, por exemplo, o que diz Raymond Vernon em sua famosa obra, do início dos anos 70: "... those multinational enterprises that base their business strategy on an innovational lead will have to plan even more than in the past for the speedy exploitation of any industrial advance over the *largest possible market*. This means that such enterprises will continue to place a high value on quick and *easy access* to overseas markets and that they will continually try to extend the geographical reach of their distribution network" (R. *Vernon*, "Sovereignty at Bay", Basic Books, 1971, citado por N. *Rosenberg*, op.cit. pag.278).

82 Cf Brown & Rushing, eds., (op.cit.), pg.5. Um boletim da Embaixada norte-americana, que reproduziu a declaração oficial sobre o tema, resumiu-a da seguinte maneira: "Os Estados Unidos aplicarão *com energia*, suas leis de comércio para *pressionar* (sic) seus parceiros comerciais a proteger patentes, direitos autorais, marcas registradas e segredos comerciais norte-americanos... Uma declaração governamental, feita dia 7 de abril, pelo Representante Comercial dos EUA, Clayton Yeutter, diz que os Estados Unidos buscarão, também, um acordo comercial multilateral sobre proteção mais adequada para esse tipo de propriedade intelectual".

83 *Blumenthal, Michael*. "The World Economy and Technological Change", in Foreign Affairs (America and the World). 87/88.

84 O quadro conceitual de uma nova ordem econômica baseada nos serviços e na tecnologia é analisado com grande acuidade por Peter *Drucker*, no já celebrado artigo "The Changing World Economy", publicado pela revista Foreign Affairs, exemplar da primavera de 1986.

85 V., i.a., Clélia *Piragibe*, Indústria de Informática: "Desenvolvimento Mundial e Brasileiro", Campos, Rio de Janeiro, 1985. Um relato com algumas avaliações críticas, sem atacar frontalmente a política, de autoria de Cláudio *Frischtak*, figura na coletânea de Brown e Rushing (op.cit.). Ver, também, para uma avaliação recente, Paulo Bastos *Tigre*: "Brasil: Para onde vai a Informática?", Ciência Hoje, junho, 1988.

86 O prazo para o controle da SEI está no artigo 8-VI. Note-se, entretanto, que outros artigos da Lei (como o 9º) permitem ao Poder Público intervir no mercado, para apoiar a indústria nacional. Estes artigos, como também o 12 e o 22, citados a seguir, não têm sua vigência limitada no tempo.

87 As maiores discussões sobre a Lei se têm centrado no tópico referente à autonomia tecnológica. Efetivamente, a Lei não define precisamente como tal autonomia pode ser aferida. Na prática, a SEI tem continuado a aplicar critérios anteriores à vigência da Lei, segundo os quais não pode haver autonomia tecnológica quando o sócio estrangeiro, mesmo minoritário, é também o cedente da tecnologia. Esta interpretação, que tem sido objeto de repetidas críticas,

parece encontrar algum amparo jurídico no fato de que ela corresponderia à "intenção do legislador", tal como registrada nos anais dos debates sobre este dispositivo no Congresso Nacional.

88 O artigo 22 estabelece uma série de condições para a admissão do investimento estrangeiro. Não é claro, pela letra da Lei, se tais condições seriam cumulativas ou alternativas.

89 Em termos quantitativos, as cifras que mais impressionam dizem respeito à evolução do mercado de *hardware* e à sua repartição entre produtores nacionais e estrangeiros. *Grosso modo*, em cerca de dez anos (1977-1986), o mercado total brasileiro de computadores e periféricos passou de US$ 200 milhões a US$ 3 bilhões, enquanto as empresas brasileiras, que detinham cerca de 2% do mercado, controlam, hoje, algo mais da metade (Secretaria Especial de Informática, várias publicações). Cf, também, palestra proferida pelo autor deste trabalho, representando o Ministro da Ciência e Tecnologia, na "North South Roundtable", realizada em Tóquio, novembro de 1987.

90 Estima-se, hoje, em 30% o número de pessoal de nível superior nas empresas brasileiras. Essa percentagem, nas empresas estrangeiras instaladas no Brasil, seria bem inferior a 10% (Cf as mesmas fontes da nota anterior).

91 Cf Frischtak, in Brown & Rushing (eds.), op.cit. Ver, também, Tigre (op.cit. cf nota 86).

92 Edson *Fregni*, da empresa SCOPUS, um dos mais militantes empresários do setor, é um dos críticos dessa decisão, que é defendida, ainda hoje, pela SEI (as críticas de Fregni, e a defesa do Secretário de Informática, estão mencionadas na reportagem "Reserva em Debate", Revista Brasileira de Tecnologia, Vol. 19, nº 8, agosto de 1988).

93 Um episódio interessante refere-se à instalação da fábrica de máscaras litográficas no CTI, importante etapa para o domínio do "ciclo" da microeletrônica. Numa tentativa de libertar-se das fontes de suprimento tradicionais, o Centro negociou junto com o CNPq, um contrato com a RDA, a qual, por motivos nunca totalmente esclarecidos, acabou valendo-se de uma cláusula de escape, para não executá-lo. Isso se deu no início de 1985. Até meados de 1988, o CTI ainda lutava contra variados obstáculos para iniciar a instalação da fábrica, depois de penosas negociações com uma empresa de outro país ocidental. (Alguns desses percalços foram acompanhados pessoalmente pelo autor, quando estava à frente do Setor Internacional do Ministério da Ciência e Tecnologia. O Secretário da SEI, Ezil Veiga da Rocha, também se refere aos problemas do CTI, na reportagem publicada pela revista Veja, em 21/10/87, intitulada "Rédeas Curtas").

94 Hirshman, op.cit. (cf nota nº20). O autor faz uma defesa enfática do sentido, senão dos detalhes, da Política Brasileira de Informática, afirmando, inclusive, que ela é uma "refutação prática da tese de Raymond Vernon sobre o ciclo de produtos" (tal como exposta no artigo "International Investment and International Trade in the Product Cycle", Quarterly Journal of Economics, 1966). Segundo esta tese, que parece ainda ter muitos adeptos, o papel dos países em desenvolvimento seria sempre de "segunda linha". Hirshman refuta, também, os comentários negativos sobre a PNI, baseados no falacioso argumento da "reinvenção da roda". Diz ele: "Os humanos devem reinventar muitas coisas... e esta prática intensiva de reinvenção e recriação é, seguramente, um condição necessária, mas não suficiente, para a subseqüente geração da genuína criatividade".

95 Ver, a propósito, o artigo de Aldo Ferrer, citado na parte II deste trabalho.

96 Mais uma vez, é Hirshman (op.cit.) quem se refere à "audaz busca brasileira de participar da liderança mundial".

97 Ver Ventura, op.cit. (cf nota 6)

98 A impaciência de certos setores da indústria americana, como o que congrega os produtores de equipamentos de processamento de dados, em relação ao GATT foi expressa em artigo publicado no periódico "Inside U.S. Trade", em 10/01/86. O Ex-Embaixador e lobista contratado pelos industriais brasileiros de informática (ABICOMP), Anthony Motley expressou, certa vez, que quando se falava em GATT, as autoridades americanas tinham vontade de "vomitar" (sic).

99 Para uma análise da Seção 301, ver *Ventura*, op.cit. Um relato das reações à decisão norte-americana encontra-se em *Evans*, op.cit. (cf nota 4).

100 Depois de ter aberto um amplo leque de queixas (algumas tópicas e outras conceituais), o governo norte-americano havia se fixado em quatro pontos (na verdade "áreas", com muitos sub-itens): I) abrangência da Lei (i.e. itens sujeitos ao controle de importações); II) procedimentos administrativos da SEI; III) propriedade intelectual (no caso, o reconhecimento do *copyright* para os programas de computador; e IV) investimentos. Pela decisão de junho, os itens I e II eram considerados encerrados, o item III seria "suspenso" (mas sob monitoramento, aguardando a evolução do Projeto de Lei que o Executivo enviara ao Congresso). O item IV permanecia em aberto, mas esse fato foi minimizado pelas autoridades e pela imprensa, que viram na "trégua" um indício (ilusório, como se demonstrou) de que o "caso" seria proximamente encerrado.

101 Sobre o sentido dessa decisão, tomada já no início de 1988, ver adiante.

102 Além do problema do direito autoral que a Lei já tratara de modo aparentemente satisfatório, Washington se preocupava com os dispositivos relacionados com a similaridade, que consideravam muito vagos, deixando margem a decisões como a do caso MS DOS. No meio tempo, desencadeou-se, também, uma verdadeira tempestade, envolvendo outra questão: a do pedido de registro, por uma empresa brasileira, UNITRON, de um clone do Mackintosh, da Apple. O pedido, que aparentemente continha muitas irregularidades, terminou sendo recusado pela SEI e encontra-se, ainda (novembro de 1988), em grau de recurso.

103 Cf entrevista do Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Harry Schlaudemann, concedida ao Jornal do Brasil, em 28/08/88. O noticiário que cercou a visita do Secretário-Geral do Itamaraty a Washington, em outubro de 1988, deixa claro que o governo norte-americano reluta em encerrar o caso.

104 Essas reclamações se referem, sobretudo a duas decisões, ambas envolvendo investimentos e/ou associações da IBM. Numa delas, produtores nacionais se queixaram de prejuízos que sofreriam com a permissão para que a companhia norte-americana passasse a produzir, em sua fábrica próxima de Campinas, discos de grande capacidade de armazenamento (os chamados "discões"). O outro caso, mais rumoroso, dizia respeito à associação da IBM com uma empresa brasileira do Grupo Gerdau, para formar uma *joint venture* na área de serviços (GSI). (cf Evans, *op.cit.*).

105 Cf Nota 103.

106 Paulo Tigre, por exemplo, considera que "as pressões norte-americanas que resultaram na aprovação da comercialização no Brasil, do sistema MS-DOS, da Microsoft, irão desestimular o desenvolvimento local nesta área (i.e. a do *software* básico)", área que o mesmo autor considera "crítica" (op.cit. cf notas anteriores).

107 Cf nota 8.

108 Esta parece ser a disposição do novo Ministro da Ciência e Tecnologia, que, em entrevista concedida à Revista Brasileira de Tecnologia (agosto, 1988), descartou a idéia de "flexibilizar" dispositivos da Lei, mas afirmou, concomitantemente, que "... devemos, nesse momento, tentar compatibilizar os interesses de outros segmentos industriais com as necessidades de fortalecimento da empresa nacional de informática e com o desenvolvimento tecnológico geral que devemos ter". Entre os setores autenticamente nacionais que têm críticas a alguns aspectos da política de informática está o de máquinas-ferramentas (ver declarações do Vice-Presidente da ABIMAQ ao jornal "Folha de São Paulo", de 10.08.88, na reportagem "ABIMAQ vai propor mudanças na nova política industrial do governo", em que a reserva de mercado é especificamente mencionada).

109 A imprensa brasileira tem publicado, periodicamente, declarações dos empresários do setor, temerosos de que certas decisões, sobretudo na área do Ministério das Comunicações e da Consultoria da República, pudessem significar uma mudança de rumos. Ver, por exemplo, "Entidades contra parecer Semikron", Data News, 10/10/88. Outro exemplo das incertezas que cercam a indústria está espelhado na reportagem "Falta definição para os bens de informática nas ZPEs", Gazeta Mercantil, 15/10/88.

110 Celso *Amorim*, "Da Confrontação Inevitável à Cooperação Possível", Revista Brasileira de Tecnologia, nº 2 e 3 (1988. Ver, também, do autor, "Perspectivas da Cooperação Internacional", palestra proferida no IBICT, em 22/09/88.

111 Cf entrevista com Marcílio Marques Moreira, Embaixador do Brasil em Washington, in "O Brasil pode terminar órfão do Mundo" – Jornal do Brasil, 08/11/87.

112 Cf dados CEPAL/ONUDI, "Tendências centrales de la industria farmaceutica", in Industrialización y Desarrollo Tecnológico, nº 4 (julho de 1987).

113 id, nº1 (set.85). Os dados constam do artigo "Ciencia y Tecnologia en la OCDE y Posición Relativa de la América Latina".

114 A relação de projetos conjuntos na área de biotecnologia (alguns deles envolvendo empresas privadas dos dois países, além de instituições de pesquisa) inclui: melhoramento genético de plantas, vacinas, etc. Em informática merece destaque o projeto ETHOS, cujos principais delineamentos estão descritos no artigo de Carlos *Lucena*, T. *Takabashi* e Armando *Haeberer*, "The Ethos Project" An Introductory View", mimeo, 1988. A química fina é um campo promissor, devido ás implicações imediatas, sobretudo para a indústria farmacêutica.

115 Em entrevista à revista "Ciência Hoje", de junho de 1988, o empresário brasileiro Marcos Mares-Guia, cuja empresa BIOBRÁS tem estado envolvida, desde o início, nos projetos em biotecnologia, menciona as dificuldades para uma cooperação no setor de insulina. Por seu turno, empresários brasileiros do setor de máquinas (para citar só um exemplo) não cansam de demonstrar sua inconformidade com a liberalização (relativa) para importações provenientes da Argentina (cf. p.ex. artigo de Alfredo Ferrari, membro da Diretoria da ABIMAQ, na Gazeta Mercantil de 04/08/88, "Injustiça na importação de máquinas-ferramentas da Argentina").

ÉTUDES INTERNATIONALES

Volume XXII, no 3, Septembre 1991

Directeur : Gérard HERVOUET.
Secrétaire de rédaction : Claude BASSET

DIRECTION ET RÉDACTION : Centre québécois de relations internationales, Faculté des sciences sociales, Université Laval, Québec, Qué., Canada G1K 7P4, tél: (418) 656-2462, télécopieur : (418)656-3634.

SERVICE DES ABONNEMENTS : Les demandes d'abonnement, le paiement et toute correspondance relative à ce service doivent être adressés au Centre québécois de relations internationales, Faculté des sciences sociales, Université Laval, Québec, Qué., G1K 7P4, Canada.

ABONNEMENT ANNUEL :

Quatre numéros par an	ÉTRANGER
Régulier : $37.45 (Can.)	Régulier :$40.00 (Can.)
Étudiant : $26.75 (Can.)	Institution : $45.00 (Can.)
Institution au Canada : $48.15 (Can.)	le numéro: $16.00 (Can.)

RETORNO AO FUTURO, Parte III
Agonia e Queda do Socialismo Real

Paulo Roberto de Almeida *

Resumo:

Ensaio de caráter histórico-conceitual sobre o processo de "transição ao capitalismo" nas sociedades do ex-socialismo real. São enfatizados os impedimentos de natureza estrutural que bloquearam o modo de funcionamento da organização social da produção naquelas sociedades; eles podem ser explicados, em termos marxistas, pela inadequação fundamental das relações socialistas de produção para os fins de acumulação do sistema. Não apenas a base social e política do socialismo real era profundamente reacionária - daí a crise de legitimidade política do socialismo autoritário - como também sua base técnica era essencialmente conservadora, provocando uma crise estrutural em sua forma de organização econômica. Os impedimentos fundamentais se situavam ao nível do funcionamento do mercado e na incapacidade de difundir socialmente as inovações técnicas. Uma avaliação de tipo histórico-comparativo evidencia os paralelos da atual ruptura com outros processos de transformação social e política.

1. O exterminador de futuros

As mudanças sociais, políticas e econômicas no cenário internacional são tão rápidas, neste final de século, que nenhuma análise prospectiva tem, obviamente, a capacidade de superar o teste da realidade. O processo histórico é, nesse sentido, um verdadeiro "exterminador" de futuros, eliminando sucessivamente cenários plausíveis "até há pouco" e substituindo-os por novas conformações igualmente perecíveis no curso dos anos (ou meses) seguintes. Assim, a marcha da História em direção ao século XXI provavelmente tornará caduca qualquer apreciação que se queira fazer sobre o futuro da ordem internacional a partir da derrocada final do "socialismo real"[1].

---

* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Bruxelas e Mestre em Economia Internacional pela Universidade de Antuérpia; ex-Professor de Sociologia Política no curso de Mestrado em Sociologia da Universidade de Brasília e no Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores.

O cemitério do futuro, aliás, sempre esteve repleto de previsões não realizadas, desde o anedotário dos desastres ecológicos ou das quebras nas bolsas de valores até as estimativas "mais sérias" lidando com os preços do petróleo, o desemprego tecnológico ou os ciclos de crescimento e de estagnação - de longo ou de curto prazo - nas economias nacionais, para não falar das especulações catastróficas envolvendo cenários nucleares ou mesmo conflitos bélicos regionais. Todas essas previsões reproduzem, em maior ou menor medida, preocupações eminentemente conjunturais e não deixam tampouco de refletir a escala subjetiva de valores de seus respectivos autores.

O socialismo, igualmente, não escapou a essa mania de configurar o avenir a partir das injunções do momento. Em 1961, por exemplo, no 22º Congresso do PCUS, Krushev prometia ultrapassar a produção per capita dos Estados Unidos por volta de 1970 e construir uma "sociedade comunista acabada" perto de 1980. Naquela mesma época, abundavam as teses sobre a convergência dos sistemas econômicos, das quais o mais insigne representante foi o economista John Kenneth Galbraith. Nenhuma dessas previsões foi confirmada na prática. Recorde-se também o anúncio prematuro do "fim das ideologias" feito em meados dos anos 50 por Daniel Bell, que pode ser legitimamente considerado como o pai espiritual da tese sobre o "fim da História", enunciada três décadas depois por Francis Fukuyama.

De maneira desconcertante, entretanto, o socialismo, que prometia ser, segundo os anúncios peremptórios do *Manifesto Comunista* de 1848, o coveiro do capitalismo, conseguiu desmentir, ao longo de sua curta história, os defensores de sua inevitável realização histórica. O capitalismo, ao contrário, cujo "charme discreto" nunca conseguiu seduzir muitos intelectuais e livre-pensadores, resistiu acerbamente a todas as crônicas de sua "morte anunciada".

Em termos propriamente históricos, a *idéia* do socialismo, considerado por seus epígonos como o "sucessor natural" do capitalismo, cobre um período de tempo relativamente maior que o de sua *prática* enquanto "modo de produção". Pode-se argumentar, por exemplo, que, a despeito dos *déboires* atuais de sua atualização histórica, a idéia do socialismo, enquanto "intenção coletiva", persistirá como *possibilidade* real da sociedade do futuro, seja como sucessor, seja como alternativa ao modo atual de organização econômica da sociedade. É necessário recordar, porém, que os modelos teoricamente disponíveis de organização social não são em número infinito e que tampouco as sociedades reais estão inventando, continuamente, novas formas de organização econômica e social. Admitindo-se, como o fez Marx no *18 Brumário*, que os vivos também podem ser governados pelos mortos, deve-se reconhecer, antes de mais nada, que o peso da história passada oprime como um pesadelo o destino atual e o futuro eventual do socialismo.

Diferentemente do filósofo, não incumbe ao historiador avaliar as probabilidades de sobrevivência dessa idéia nas condições concretas do século XXI emergente. O trabalho do primeiro, menos preso às exigências dos fatos - a "matéria-prima" da história - pode ser efetivamente conduzido sob a forma de interrogantes, ainda que estas sejam caracterizadas por um ceticismo aprorístico em relação às chances de sobrevivência futura do socialismo. O método do historiador, entretanto, não comporta projeções

futuras, não tanto em virtude de uma falta intrínseca de imaginação - já que se pode ser tão especulativo em direção do passado como em relação ao futuro - mas em razão de uma simples exigência de ordem analítica. Sendo o trabalho de investigação histórica, a exemplo da metodologia seguida na biologia embrionária, uma tarefa antes de mais nada "recapitulativa", uma avaliação honesta sobre a ascenção e queda do sistema socialista deve descer ao questionamento mesmo de seus fundamentos originais, isto é, interrogar-se sobre os princípios teóricos e os mecanismos estruturais que lhe deram sustentação prática durante o tempo de sua vigência histórica e que explicam seu *final demise* neste final de século, isto é, seu desaparecimento efetivo para todos os efeitos práticos do processo histórico.

Nesse sentido, para ser coerente com suas próprias premissas metodologicas, o trabalho de reconstituição histórica do itinerário recente do socialismo deve operar um verdadeiro *retorno ao futuro*, isto é, apoiar seus principais argumentos em sólidas fundações históricas e sociológicas. Daí o apelo retórico, no título deste ensaio, aos filmes da série *Back to the Future* de Robert Zemeckis - recurso já empregado pelo autor anteriormente[2] - para caracterizar o tipo de análise aqui conduzido: os caminhos do presente e os do futuro imediato passam necessariamente por uma volta ao passado do socialismo.

2. A maior "Invenção" da humanidade

Ao dar, alguns anos atrás, uma entrevista à imprensa ocidental a propósito do retorno à China (previsto para 1997) da colônia britânica de Hong Kong, o Representante oficial da China Popular naquele enclave teve a coragem de confessar candidamente: "Alguns camaradas temem o capitalismo, porque na verdade sabem muito pouco sobre ele. Esses camaradas não se dão conta de que o capitalismo mudou muito desde Karl Marx. Na verdade, o sistema capitalista moderno é a maior invenção da civilização humana."

O representante chinês tinha certamente razão quanto à colossal ignorância, na China, sobre o *modus operandi* do capitalismo. O claro reconhecimento de que o sistema capitalista tinha alterado substancialmente sua forma de funcionamento, desde o século passado, era igualmente digno da mais venerável sabedoria confuciana: até mesmo um marxista radical, como foi em sua época Mao Tsé Tung, poderia concordar com esse tipo de argumento. Mas, ele enganava-se redondamente no que se refere à terceira assertiva, sobre a "invenção" do capitalismo pois que, se há um sistema econômico inventado pelo Homem, este é, indubitavelmente, o socialismo.

O capitalismo, com efeito, não surgiu de um projeto filosófico prévia e sistematicamente definido, assim como seus princípios organizativos não emergiram prontos e acabados de algum cérebro humano, por mais genial que este possa ter sido (como parece que foi o de Karl Marx). O socialismo, ao contrário, ele sim, deriva dessa vontade do homem de transformar *hic et nunc* a sociedade realmente existente, modelando-a segundo certos valores morais e princípios éticos adequados às concepções momentâneas que uma determinada sociedade (ou seus representantes mais esclarecidos) entretem sobre seu próprio avenir. O socialismo seria assim, para parafrasear o filosofo alemão Reinhart Koselleck a propósito dos projetos iluministas, uma "projeção utópica sobre o futuro"[3].

A confusão entre, de um lado, a "invenção" técnica dos conceitos de socialismo e de capitalismo e, de outro, a emergência na prática do próprio sistema em causa é, no entanto, inevitável quando se lida com dois paradigmas conceituais que, em virtude de um intenso e nem sempre qualificado uso político, perderam muito de sua capacidade explicativa. Milton Friedman também acha que o capitalismo é uma das maiores conquistas da civilização, apesar de considerá-lo uma instituição tão "natural" quanto, digamos, a cobiça humana. A dificuldade é tanto maior quanto a chamada "civilização humana", a que se referiu o representante chinês, não costuma pautar-se em função de conceitos teóricos elaborados por "inventores geniais", mas segundo princípios bem mais prosaicos ligados ao terreno da contingência histórica, onde "acaso" e "necessidade" combinam-se continuamente para produzir resultados sempre inéditos do ponto de vista do desenvolvimento social.

Não se deduza daí que a ação humana esteja ausente dos palcos históricos. Apenas acontece que, como dizia Marx no *18 Brumário*, ela só se desenvolve em circunstâncias bem determinadas e quando o faz, apresenta-se cingida por forças sociais bem mais poderosas, presentes no substrato material da própria sociedade. Fernand Braudel dedicou parte substantiva de sua análise sobre a formação do capitalismo europeu a desmentir a tese, de suposta paternidade weberiana, segundo a qual determinadas seitas protestantes teriam, de alguma forma, "inventado" o capitalismo[4]. Nada mais falacioso em termos históricos, disse em substância o grande historiador francês, com o que concordaria integralmente o eminente sociólogo alemão, igualmente alertado para a ação decisiva das complexas forças materiais que moldaram a civilização capitalista na Europa moderna. Uma das maiores preocupações intelectuais de Weber era, precisamente, a de explicar porque a forma moderna do capitalismo tinha surgido numa sociedade de passado tão recente como a européia, ausentando-se do cenário histórico de civilizações tão antigas como as da Índia ou da China[5].

O burocrata que representava Pequim junto ao Governo de Sua Majestade britânica em Hong Kong provavelmente nunca leu Max Weber e não poderia assim apreciar devidamente a valiosa capacidade heurística do conceito weberiano de "racionalidade". Este conceito é no entanto a chave explicativa do extraordinário desenvolvimento material da sociedade ocidental moderna, comparativamente ao das "civilizações clássicas" da Índia, da China ou do Oriente muçulmano, ou mesmo no caso de "civilizações contemporâneas", como as do finado "socialismo real". O Ocidente não inventou o capitalismo, uma vez que este é fruto de um longo processo de racionalização de estruturas sociais, econômicas e políticas.

Mas, assim como não se pode esperar que uma sociedade "invente" espontaneamente um determinado modo de produção, por mais funcional que este seja para suas necessidades de desenvolvimento, a aplicação do princípio de racionalidade não deriva logicamente de um projeto humano de transformação social se ele não está entranhado no próprio "código genético" dessa sociedade. Em outros termos, a racionalidade deve estar integrada à própria estrutura social, faute de quoi ela deixa de ser operacional para o conjunto da sociedade, produzindo efeitos apenas nos escassos setores vinculados a um padrão modernizador externo.

Este sempre foi um dos maiores desafios enfrentados pelos países que adotaram, voluntária ou involuntariamente, o "modo socialista de produção". Eles dispunham, estruturalmente falando, de uma restrita capacidade para "digerir" e "reproduzir" padrões tecnológicos superiores, uma vez que a organização social da produção obedecia, nesses países a uma lógica de comando propriamente autoritária - ou seja, vinculada ao monopólio do poder político exercido pelo partido comunista - e não à lógica da ***atomização*** espacial do poder econômico e social, tal como ela se desenvolve espontaneamente sob a "cultura" do capitalismo. A "racionalidade" específica do capitalismo situa-se, precisamente, na ausência de comando unificado para a ação social dos agentes econômicos, a que se contrapõe a "irracionalidade" intrínseca do planejamento centralizado. A aparente desorganização e "irracionalidade" do mercado capitalista - na verdade, deve-se falar de uma atomização de suas estruturas de apropriação e de distribuição - contrapõe-se à aparente "racionalidade" de um sistema "coletivo" - isto é, controlado socialmente - de repartição do trabalho e do produto final. Em última instância, porém, a "lógica anárquica" do mercado revela-se superior à "lógica fria" de algum burocrata calculista, sobretudo se se considera que ganhos e perdas, no sistema de apropriação privada, são eminentemente individuais e imediatamente perceptíveis em termos reais, por meio da mais simplória contabilidade.

Isto não impediu, evidentemente, que muitos dos países socialsitas tenham incorporado, em alguma fase do desenvolvimento de seus projetos nacionais, a essência da "racionalidade" propriamente ocidental, a saber, a capacidade de inovar e de encontrar respostas originais aos desafios do cotidiano, bem como a possibilidade de que esforços individuais fossem dinâmicamente mobilizados para a consecução da maior parte das tarefas ligadas à organização produtiva da sociedade. Mas, esse processo, nas sociedades ex-socialistas, era sempre limitado "geneticamente", no sentido em que ele dependia mais das correias de transmissão que operavam ao nível da subjetividade política do que de fatores propriamente endógenos ligados à ação involuntária dos agentes sociais e operadores econômicos.

Aí talvez se situava a origem do entusiasmo legítimo com o capitalismo demonstrado pelo representante de Pequim: as extraordinárias capacidades adaptativas do capitalismo, ao longo de toda a sua história, encontram-se de alguma forma concentradas no microcosmo étnico e social que é Hong Kong, uma pequena vitrina do sistema capitalista situada às portas desse grande socialismo pobre que é a China.

Resta apenas saber se, em 1997, a incorporação de Hong Kong ao resto do continente se fará realmente ao custo de uma *involução* histórica para esse promontório do "capitalismo realmente existente" ou se, de alguma forma, será a China a incorporar-se ao grande sistema internacional capitalista a que já pertence a atual colônia de Sua Majestade. Em outros termos: que relações sociais de produção irão predominar, as capitalistas ou as socialistas ? A julgar pelo ritmo das reformas econômicas empreendidas na China, tudo indica que teremos uma combinação de "socialismo de mercado" com algumas virtudes do capitalismo propriamente "manchesteriano" que parece ter sobrevivido em Hong Kong.

3. Uma contradição insanável

Ninguém melhor do que Marx sabia colocar com clareza, ainda que de forma prolética, o inexorável desenrolar do processo histórico e social. Como ele nos ensina no Prefácio à *Crítica da Economia Política* (1859), "numa certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas de uma sociedade entram em contradição com as *relações de produção* existentes, ou, o que é apenas sua expressão jurídica, com as *relações de propriedade* no seio das quais elas se tinham desenvolvidos até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, essas relações [de produção] se tornam seus próprios entraves. Abre-se então uma época de *revolução social*. A transformação na base econômica altera mais ou menos rapidamente toda a enorme superestrutura".

Essa época de revolução social abriu-se para o socialismo de tipo soviético a partir do final dos anos 70, pelo menos, muito embora suas sementes existissem desde muito tempo antes. As razões dessa transformação, que pode ser inteiramente explicada em termos "marxistas", foram as mesmas que, no passado, levaram ao declínio do feudalismo como "modo de produção": as relações "socialistas" de produção se tinham inegavelmente convertido num formidável entrave ao desenvolvimento das forças produtivas e ao avanço das condições econômicas de produção. Qualquer marxista não comprometido com os esquemas de poder existentes na área soviética poderia reconhecer que a forma "socialista" da propriedade representava, em nível estrutural, um enorme obstáculo ao avanço contínuo do processo de produção social.

De fato, as *relações socialistas de produção* sempre foram uma *forma contraditória de organização social da produção*, uma vez que, segundo a própria teleologia marxista, a sociedade burguesa não poderia desaparecer - e assim dar lugar ao socialismo - sem que ela pudesse antes desenvolver todas as suas potencialidades intrínsecas em termos de forças produtivas. Mas, uma vez implementadas essas relações socialistas de produção - de maneira mais ou menos improvisada no seguimento da revolução bolchevista -, elas sempre representaram (no vocabulário do próprio Marx) "uma forma *antagônica* do processo de produção social, não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que nasce das condições sociais de existência dos indivíduos".

Era, assim, "marxisticamente" inevitável o deslanchar de uma etapa revolucionária no desenvolvimento do socialismo, assim como era "marxisticamente" previsível que a necessária transformação da base econômica, operada desde o final da estagnação "brejnevista", conduzisse a uma substancial mudança em toda a superestrutura jurídica e política da sociedade socialista.

É possível, talvez mesmo provável, que ao iniciar seu período de "despotismo esclarecido", Gorbachov tenha dito a seus companheiros mais chegados: "OK, camaradas, o Capital venceu!" Marx, aliás, tinha sido o primeiro a reconhecer que, historicamente, só foi possível surgir uma forma dinâmica de organização social da produção sob o sistema capitalista, que possui nele mesmo os impulsos para uma

contínua transformação das condições de produção. "A sua base técnica é revolucionária, ao passo que a de todas as formas de produção anteriores era essencialmente conservadora", escreveu ele no Capital.

Gorbachov, em bom marxista, admitiu igualmente a realidade dinâmica do capitalismo, chegando inclusive a apontar como conservadora a base técnica de uma forma de produção que lhe era *ulterior*, no caso o seu próprio socialismo real. Antes mesmo de assumir a liderança do PCUS, em dezembro de 1984, ele advertia que a injustificada preservação de "elementos obsoletos nas *relações de produção* podia ocasionar uma deterioração da situação econômica e social". Em junho de 1985, já como Secretário-Geral do PCUS, ele declarava que "a aceleração do progresso científico e técnico requeria insistentemente uma *profunda reorganização* do sistema de planejamento e de administração do *mecanismo econômico em sua totalidade*". Todo o seu período subsequente como Secretário-Geral do PCUS foi dedicado - inutilmente, reconhecemos hoje - a tentar superar essa contradição insanável do socialismo, para fazer com que seu modo de funcionamento se aproximasse um pouco mais senão do capitalismo, pelo menos das leis do mercado.

Essa luta para mudar as condições "medievais" de produção e de distribuição existentes no regime soviético era tão antiga quanto a própria URSS e, numa perspectiva histórica mais ampla, estava ligada à história secular da modernização na velha Rússia. Tanto o autocrata modernizador Pedro, o Grande, como o bolchevique "tayloriano" Lênin enfrentaram, cada qual em seu tempo, o desafio do atraso social e o da paralisia da máquina do Estado. A saída encontrada pelo autocrata reformista há quase três séculos foi trazer a tecnologia ocidental (fundição, construção naval) para os portos e estepes russas. Por sua vez, ao tomar o poder em 1917, o líder bolchevista colocou com clareza as alternativas que se ofereciam à Rússia pós-revolucionária: "ou imitar o exemplo dos países mais avançados e alcançá-los economicamente, ou sucumbir". Os poucos anos de "comunismo de guerra" convenceram-no a inflexionar substancialmente a via econômica da construção socialista, introduzindo critérios de mercado para a produção e distribuição. O "socialismo num só país" estalinista encerrou dramaticamente, como se sabe, a primeira experiência de "socialismo de mercado" que se conhece, uma modalidade híbrida de organização social da produção que Marx provavelmente rejeitaria como irremediavelmente contaminada por "proudhonismo econômico".

O que Gorbachov certamente teria gostado de implementar era uma espécie de NEP da era microeletrônica, algo todavia bem mais complicado, reconheçamos, que as banalidades conceituais em torno do modelo leninista de comunismo, como sendo o "socialismo mais eletricidade". Não havia, contudo, fórmula milagrosa capaz de fazer o socialismo tomar o "carro da História" a partir das relações de produção em vigor: a "base técnica" do socialismo estatal, poderia dizer Marx, era essenciamente conservadora, e sua base social e política, acrescentaríamos nós, era profundamente *reacionária*.

A comparação histórica surge aqui de forma inevitável: as relações socialistas de produção e a classe burocrática associada ao Partido Comunista representavam, até há pouco, na maior parte dos países da área soviética, o [illegible]mo papel do sistema

corporativo e da classe aristocrática no *ancien régime* de tipo feudal: um obstáculo intransponível ao desenvolvimento das forças produtivas materiais e um entrave formidável ao progresso político da sociedade. Como superar a contradição ?

Como afirmaram Marx e Engels no *Manifesto Comunista*: "numa certa etapa do desenvolvimento dos meios de produção e de troca as relações feudais de propriedade deixaram de corresponder às forças produtivas em pleno crescimento. Elas entravavam a produção em lugar de fazê-la avançar. Elas se transformaram em grilhões. Esses grilhões tinham de ser quebrados: eles foram quebrados".

No que concerne às relações socialistas de propriedade, esses grilhões foram efetivamente rompidos na maior parte dos países do chamado mundo comunista entre 1989 e 1990. No decorrer de 1991 tinha restado, na Europa, apenas a própria União Soviética, que parecia representar então, para Gorbachov, o que a Alemanha guilhermina representava para Marx no século passado: um país atrasado e dividido que teria necessariamente de passar por uma revolução *política radical* para quebrar os grilhões que impediam sua modernização econômica e social. Essa revolução radical não veio sob a forma "marxista" da luta de classes, mas equiparou-se, para todos os efeitos práticos, à deterioração geral conhecida por diversas sociedades absolutistas do *ancien régime*: uma crise geral do sistema de dominação em decorrência da incapacidade absoluta do mecanismo econômico em continuar operando normalmente.

4. O socialismo contra o mercado

A obsolescência precoce - menos de 70 anos de "vida útil" - do "modo socialista de produção" constitui, sem dúvida alguma, um dos mais curiosos fenômenos do laboratório da História. Por uma dessas ironias que parecem frequentar os palcos da História, a sucessão progressiva dos modos de produção, tal como teorizada por Marx n'*A Ideologia Alemã*, revelou-se agora conduzir à regressão antecipada da forma socialista de organização social da produção. Os historiadores do futuro certamente poderão ironizar sobre a definição marota segundo a qual o socialismo se constituiu, finalmente, numa longa etapa histórica de transição revolucionária que levou do capitalismo ao... capitalismo.

Essa transição *sui generis* nos registros históricos não derivou apenas de uma *crise de legitimidade política do socialismo autoritário*, mas decorreu fundamentalmente, cabe sublinhar, de uma *crise estrutural de sua própria forma de organização econômica*. Ainda que não_se possa desconhecer o elemento essencialmente legitimador de todo sistema político, que é o exercício da capacidade individual de voto numa determinada arena política mais ou menos livre, o determinante principal de sua sobrevivência no tempo não está tanto no maior ou menor grau de liberdade política à disposição do cidadão, mas na funcionalidade desse sistema em termos de performance econômica.

O exemplo chinês de abertura econômica e repressão política indica, aliás, que uma organização mais "racional" do processo produtivo sob o socialismo não implica,

obviamente, a adoção da via liberal-burguesa de desenvolvimento econômico e social. Quando se fala, assim, de uma transição do socialismo ao "capitalismo" não se está assumindo a volta - impossível - às formas capitalistas "clássicas" de produção e de distribuição. O atual "retorno ao futuro" do socialismo chinês significa, tão simplesmente, uma volta ao sistema de "mercado", de onde, aliás, ele nunca deveria ter saído. O abandono dos princípios de mercado sob o socialismo real resultou de um ***equívoco*** propriamente epistemológico - para retomar uma noção althusseriana - em relação ao conceito de mercado, em resultado do qual ele foi equacionado à apropriação privada dos meios de produção e dos bens finais liberados pelo processo produtivo. Vejamos esse equívoco mais de perto

A "invenção" do socialismo prático, em princípios deste século, foi baseada em especulações imperfeitas sobre o funcionamento da economia capitalista, em condições de mercado, e em suposições ainda mais falhas sobre o modo de organização da produção em regime coletivista. As críticas dirigidas à "economia política" do socialismo, seja na própria época de Marx - por John Stuart Mill, por exemplo - ou posteriormente - por Vilfredo Pareto, entre outros - nunca foram respondidas ou sequer seriamente discutidas pelos marxistas "práticos".

A partir de conjeturas incompletas sobre a sociedade socialista, de duvidosa paternidade marxiana (pois que derivadas de uma crítica ao programa de Gotha do partido social-democrata alemão), se buscou legitimar a ruptura histórica com o capitalismo através da abolição pura e simples das leis de mercado. No seguimento desse equívoco, a forma histórica de atualização do socialismo real, neste século, confundiu-se excessivamente com o planejamento central de tipo estatal e o consequente desprezo pelas leis mais elementares do jogo econômico. A derrota inegável do socialismo, neste final de século, mais do que uma vitória "política" do capitalismo ocidental, representou, assim, a revanche "econômica" do mercado.

Poderá esse monumental erro de apreciação ser corrigido apenas pela reintrodução de elementos de mercado num "socialismo *nouvelle manière*", como intentam fazer agora os chineses, ou se terá de ir a uma "restauração capitalista" *tout court*, como operado em todos os países do socialismo real europeu ? Uma *realpolitik* econômica para o socialismo é compatível com o mercado ou se terá realmente de operar um "retorno ao futuro" sob a égide do capitalismo realmente existente ?

A dificuldade de uma análise conduzida apenas ao nível dessas duas noções dicotômicas está em que tanto o "capitalismo", como o "socialismo" se transformaram, do ponto de vista sociológico, em verdadeiros "superlativos" conceituais, o que bloqueia a apreensão de suas atualizações concretas no desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Essas duas categorias não são, ademais, intercambiáveis do ponto de vista da prática social, já que, como já se disse, o capitalismo não resulta, como seu suposto sucessor histórico, de um projeto humano de mudar a História e a sociedade. Em sua forma moderna, ele é o resultado de um longo processo de desenvolvimento histórico e social, no qual está embutida uma forma específica de racionalidade ocidental, mas que constitui, se tanto, apenas um capitulo particular no itinerário mais amplo da civilização material do ocidente moderno.

O argumento em favor da transição direta do socialismo ao "capitalismo" é, nesse sentido, duplamente falho. Por um lado, porque não se "inventou" ainda uma espécie de capitalismo *prêt-à-porter*, que estaria disponível na seção dos "modos de produção" de algum super-mercado da História. Por outro, porque, como ensina Braudel, ainda que a hegemonia social e econômica do capitalismo seja hoje em dia inegável, ela não deve ser superestimada a ponto de converter essa forma específica de organização social da produção no *deus ex machina* do desenvolvimento histórico possível das sociedades contemporâneas.

A "civilização material" que se desenvolveu nos últimos três séculos no mundo ocidental não pode se confundir com um único tipo predominante - capitalista - de atividade econômica. Essa civilização multifacética, segundo o esquema de Braudel, se compõe, de fato, de diversos níveis de atividade produtiva, estruturados em função de uma hierarquia econômica, social e espacial, cujas partes integrantes - centro, periferia e semi-periferia - estão desigualmente integradas numa mesma *Weltwirtschaft*, ou seja, uma economia-mundo[6]. O capitalismo, sobretudo, não pode ser confundido com uma simples economia de mercado; do ponto de vista braudeliano, ele seria mesmo uma espécie de "anti-mercado", com tendências ao oligopólio. Mais precisamente, o capitalismo disputa, ao lado da "economia mercantil", frações progressivamente mais amplas de um mesmo espaço social e econômico que era majoritariamente ocupado, até o século XVIII pelo menos, pela "economia natural".

Fernand Braudel - e por isso ele é importante para nossa análise sobre o "retorno ao futuro" do socialismo - se afasta das concepções tradicionais, marxistas ou weberianas inclusive, sobre a organização social do capitalismo, que consideram o mercado como a pedra de toque desse sistema econômico. Na verdade, em seu sentido mais amplo, o mercado abarca e atravessa o capitalismo, mas continua a operar igualmente sob outros regimes de produção e distribuição, algo que já tinha sido constatado por Karl Polanyi[7]. Como lembra este último autor, a economia de mercado é fundamentalmente "an uncontrolled *system*", compreendendo e superando (*Aufheben*) o subsistema capitalista. O estabelecimento de um mercado do trabalho na Inglaterra do século XVIII, por exemplo, implicou na destruição completa do tecido social da sociedade rural tradicional. O restabelecimento do princípio do mercado nas economias "pós-socialistas" deve, igualmente, afetar o conjunto da estrutura social existente.

Sendo transhistórico e totalizante, o mercado deve poder igualmente abarcar um sistema "socialista" de produção, muito embora esta possibilidade represente, de alguma forma, uma *contradictio in adjecto*, uma vez que, nesse caso, o mercado deixaria de ser "self-regulating" para tornar-se administrado. Sem embargo, as economias "pós-keynesianas" já acumularam uma enorme experiência em matéria de intervencionismo estatal nos diversos mercados econômicos.

Em todo caso, a opção pelo mercado "livre", que aparece como inevitável na transição do socialismo ao "capitalismo" empreendida a todo vapor pelas economias "pós-socialistas", implica, assim, aceitar todas as suas distorções e efeitos desestabilizadores sobre as unidades produtivas e sobre a distribuição de renda ao nível dos consumidores. Quando o sistema de preços de mercado guiar toda a economia e

tiver sido abolido o "pecado original" ligado à apropriação dos lucros privados, o socialismo de tipo soviético se terá desfeito de seus últimos mitos econômicos e poderá enfim penetrar naquela etapa histórica que Marx chamava de "purgatório" do sistema capitalista.

No que se refere a essa travessia de alguma forma "dantesca", a opção, embora difícil do ponto de vista prático, foi resolutamente aceita nos países "pós-socialistas" do Leste europeu e, de forma mais hesitante, na própria Rússia. Nesta última ainda parecem persistir dificuldades algo ideológicas. Nikolay Shmelyov, um dos conselheiros econômicos do partido da reforma na ex-URSS, chegou a declarar expressamente que a atitude de desconfiança em relação ao lucro era uma espécie de "mal-entendido histórico", o custo da ignorância econômica de pessoas que pensaram que o socialismo poderia eliminar lucros e perdas. A legislação para introduzir um sistema de taxação individual e para legalizar o papel do lucro, recentemente introduzida, consagra, entretanto, esse reencontro com a história. No que se refere ao sistema de preços livres, sua implementação exigirá, provavelmente, um penoso sacrifício de adaptação às exigências da competitividade, eliminando do "mercado socialista" diversos dinossauros introduzidos pelos planos quinquenais.

Se terá, de uma forma geral, de encontrar um modo de "coexistência pacífica" com o fenômeno do "intercâmbio desigual", por exemplo, típico do sistema internacional de comércio. Mais que tudo, porém, será necessário aceitar uma brutal inserção no regime de desigualdades estruturais que acompanhou toda a história da moderna civilização industrial. O "socialismo de mercado" *nouvelle manière* terá portanto de conviver com a idéia, bem braudeliana, de que a concentração e a centralização de recursos e de riquezas são feitos em certos lugares privilegiados de acumulação e que as desigualdades decorrentes - inerentes ao mercado e não restritas ao capitalismo - são realidades estruturais geralmente rápidas a se estabelecerem e muito lentas a se desfazerem.

Em seu famoso *Discurso sobre o Livre-Comércio* (1848), no qual ele considerava que o sistema democrático, instaurado pela burguesia, era o terreno indispensável para lutar *contra* a burguesia, Marx afirmava igualmente que o sistema de livre-comércio era do interesse do proletariado, pois que unificava a classe trabalhadora em escala transnacional e apressava a revolução social. Coerentemente com a lição marxista, as poucas lideranças "socialistas" ainda existentes também poderiam argumentar que a adoção dos princípios de mercado conforma o melhor terreno para lutar contra o capitalismo.

5. Um modo de produção "inventivo"

Karl Marx foi, certamente, um dos maiores "inventores" da teoria social moderna. Não lhe cabe, por suposto, o mérito de ter "inventado" o conceito ou a realidade mesma da *luta de classes*: como ele mesmo disse, os historiadores burgueses, antes dele, já tinham se referido a essa poderosa alavanca do progresso social, essa verdadeira "parteira da História", nada mais fazendo o filósofo alemão do que profetizar o final da sociedade de classes em decorrência da revolução socialista e da ditadura do proletariado.

Sem embargo, Marx "inventou" um dos conceitos mais fecundos empregados atualmente pela "ciência" histórica, qual seja o de *modo de produção*. Seu esboço n'*A Ideologia Alemã* e seu desenvolvimento ulterior, tanto na *Contribuição à Crítica da Economia Política* como no *Capital*, representaram uma das grandes contribuições da imaginação dialética ao discurso histórico contemporâneo.

Não parece adequado estabelecer aqui a lista de todos os conceitos criados ou desenvolvidos por Marx na busca de uma "cientificidade" para a História, a Economia ou a Filosofia Política, como tampouco deveria ser nossa preocupação desvendar o conteúdo "ontológico" do conceito de "modo de produção". Cabe no entanto registrar que o discurso histórico elaborado nas academias reteve esse conceito como uma espécie de paradigma interpretativo das diversas formas historicamente possíveis de organização social da produção, mesmo quando a "ciência histórica burguesa" rejeitou a sucessão linear implícita no esquema marxista original, ou quando a "ciência do materialismo histórico", de inspiração stalinista, atirou na lata de lixo da História o conceito de "modo de produção asiático"

Durante muito tempo, intelectuais ocidentais e dirigentes do socialismo real não hesitaram em reconhecer no "modo de produção socialista" uma forma superior, pelo menos em escala histórica, de organização social da produção. Mas, teve-se finalmente de reconhecer que nem acumulação de "crises gerais" no capitalismo nem o movimento nacionalista e anti-colonialista dos "povos oprimidos" conseguiriam abater as bases da sociedade burguesa contemporânea, o que de certa forma levou a prática do socialismo real a se distanciar cada vez mais de seus fundamentos políticos. É bem verdade que a "miséria da teoria", depois de três décadas de stalinismo, impediu o surgimento de um novo "revisionismo" *à la Bernstein* - ou seja, uma reforma no próprio marxismo - e o movimento reformista ficou reduzido a uma restruturação no modo de funcionamento do socialismo real

Excluindo-se a experiência iugoslava de "auto-gestão", datam dos anos 50 as primeiras experiências de reforma no mecanismo econômico do socialismo, com a introdução de uma certa autonomia na gestão das empresas e do cálculo econômico no processo de formação de preços. Não se pode dizer que a tentativa tenha sido exatamente um sucesso, apesar dos resultados mitigados então obtidos na Hungria e na Tchecoslováquia. De qualquer modo, a simples perspectiva de um retorno a uma aplicação mesmo moderada de alguns princípios de mercado no funcionamento do aparelho econômico socialista permitiu que fossem legitimados o incremento do intercâmbio comercial e a expansão das relações políticas com a área capitalista: sob a cobertura de arranjos especiais, entraram no GATT a Polônia (1967), a Romênia (1971) e a Hungria (1973), enquanto a Tchecoslováquia e Cuba mantinham o status de *founding fathers* (1947) desse acordo de comércio

O desenvolvimento acelerado das relações econômicas Leste-Oeste, a partir dos anos 60 e particularmente nos anos 70, permitiu às economias do socialismo real ganhos substanciais em termos de transferência de tecnologia (adicionalmente àquela que nem sempre passou pelos circuitos oficiais), de acesso a mercados (ainda que vigorassem regras de salvaguarda pela não-reciprocidade) e de fluxos financeiros (provocando,

ulteriormente, algumas das maiores dívidas per capita do mundo). A *rationale* conceitual a sustentar a nova "coexistência" econômica entre parceiros desenvolvidos do Primeiro e do Segundo Mundos se situava um pouco no universo galbraithiano da "convergência" entre sociedades industriais "capitalistas" e "socialistas". As primeiras se teriam tornado menos "selvagens", sob o impacto de políticas keynesianas de intervenção estatal, e as segundas teriam perdido muito de sua pureza doutrinária ao reconhecerem que a queda do capitalismo não estava na ordem do dia. O utópico discurso kruscheviano sobre o "enterro" do capitalismo e a vitória "próxima" do socialismo foi discretamente remetido para baixo do tapete pelo realismo cínico do brejnevismo triunfante.

A despeito disso, a partir dessa época, as sociedades socialistas, que beneficiaram-se, tanto quanto inúmeros países em desenvolvimento, de vários surtos de crescimento econômico e de expansão comercial nas últimas décadas, nada mais fizeram senão afundar-se numa lenta esclerose econômica. Já na segunda metade dos anos 70, o Japão ultrapassava a produção bruta da União Soviética, para não falar do progressivo gigantismo da Comunidade Econômica Européia em face do definhamento igualmente progressivo de seus vizinhos do Comecon. A estagnação era tanto mais visível que, em termos qualitativos, o socialismo não estava habilitado a obter, no campo das novas tecnologias, resultados similares ou equivalentes aos alcançados durante a fase de industrialização pesada.

A sucessão marxista dos modos de produção se encontrou assim cada vez mais comprometida pela pobre performance, em todos os sentidos, do modo que deveria encarnar a etapa superior de organização da sociedade. A experiência histórica ensina que cada vez que os fatos não se encaixarem com a teoria, deve-se reformular esta última. É o que modestamente parecem estar fazendo os "revisionistas" da linha Deng Xiao Ping do Partido Comunista da China, e com maior ênfase ainda os novos burocratas e carreiristas empenhados em aplicar o programa de reformas econômicas chinês (se se pode falar realmente de programa, quando o mais correto seria referir-se aos movimentos oscilantes em direção de uma maior "racionalidade" do aparelho econômico). Os "comunistas" chineses abandonaram aliás qualquer pretensão de "enterrar" o capitalismo, e hoje se contentam em aprender com ele.

Estaria, dessa forma, o "modo de produção socialista" virtualmente superado na prática e condenado historicamente a ser suplantado pelo modo imediatamente anterior na tradicional sucessão linear marxista ?

O maior impedimento intelectual a uma correta compreensão desse fenômeno de "retrogressão" histórica parece ser a própria sacralização do conceito de "modo de produção", tal como proposto e utilizado por Marx e seus discipulos. Na verdade, não existem "modos de produção", compartimentalizados de forma sistemática, desenvolvendo-se sucessivamente de maneira exclusiva, tal como proposto pela teoria marxista. O que existe na história, tão simplesmente, são diferentes formas de organização social da produção, dotadas de maior ou menor capacidade para se renovar e para alcançar etapas superiores de desenvolvimento.

As rupturas verdadeiramente endógenas de um "modo do produção" específico numa determinada formação social não seguem necessariamente o receituário marxista e se o fazem, em certas circunstâncias e sob certas condições, tal experiência histórica não pode ser generalizada para outras formações sociais. O que Marx propôs, na verdade, foi um modelo explicativo para a transição original européia do feudalismo ao capitalismo, deixando a seus discípulos - sobretudo Engels - a tarefa de encontrar "leis do desenvolvimento histórico das sociedades". Não há contudo, em sua obra, uma teoria acabada dos modos de produção que possa pretender ao estatuto de chave explicativa para a evolução de todas as formações sociais historicamente concretas. Em outros termos, o conceito de modo de produção é uma grande "ficção histórica" pós-marxista, que só sobreviveu intelectualmente graças à necessidade metodológica de instrumentos analíticos para interpretar a realidade.

Falar de "modo capitalista de produção", nesse sentido, pode ser tão falacioso quanto pretender ressucitar o chamado "modo asiático" de produção, que Marx procurava identificar nas sociedades hidráulicas do Oriente tão bem analisadas, posteriormente, por Karl Wittfogel ou por Weber. Aliás, o próprio Weber não acreditava que o capitalismo fosse especificamente ocidental, dedicando grande parte de suas pesquisas históricas à busca de exemplos de "capitalismo" nas antigas civilizações do Oriente ou na própria Roma clássica. Para Weber, grosso modo, o capitalismo é encontrado sempre quando se tem um tipo de organização social voltada para a produção de bens correntes, que depois serão distribuidos no mercado. Assim, não existe *o capitalismo* demonizado por Marx, mas tão simplesmente diferentes tipos de organização social da produção que podem, com maior ou menor precisão, serem identificados a *um* dos possíveis regimes econômicos de tipo *capitalista*. Nesse sentido, se se pretende especificamente falar de "modo de produção" a propósito do capitalismo ocidental moderno, não se pode confundir o substantivo com o adjetivo, *strictu et latu sensi*. Feitas essas ressalvas, é preciso encontrar uma razão para o sucesso espetacular do sistema de produção do Ocidente moderno.

Segundo algumas interpretações "revisionistas", se os países do Ocidente puderam exercer, durante os últimos quatro séculos e até uma data ainda recente, uma hegemonia incontestável sobre as demais regiões do planeta foi porque eles conseguiram estabelecer um verdadeiro *sistema de crescimento* sustentado por um *constante processo de inovação*, seja no que concerne os meios de produção, seja na confecção dos instrumentos propriamente militares de dominação.

Esse *modo inventivo de produção*, que permitiu o desencadear da Revolução Industrial e das revoluções científicas que lhe são associadas, só se tornou possível a partir de uma sólida base de conhecimentos técnicos difundidos em círculos cada vez mais amplos da população. O triunfo histórico do que se convencionou chamar de "racionalismo ocidental" pode ser em grande parte atribuido à notável expansão das oportunidades educacionais permitida pela consolidação dos Estados nacionais nos séculos XVII e XVIII. E foi a racionalidade científica que permitiu o dinamismo social, a competitividade econômica, a eficiência industrial, a performance militar, a dominação política, enfim, das potências ocidentais[9].

O sucesso histórico do modelo econômico ocidental já foi explicado - segundo o esquema "colonial" - pela dominação externa de outros povos e sociedades, seguida da consequente extração de seus recursos produtivos. Mas, se esquece muitas vezes de dizer que nenhum poder imperial se sustenta sem uma adequada base econômica de natureza propriamente interna, isto é, sem a manutenção de taxas relativamente altas e constantes de produtividade. Essa base econômica depende, em grau bastante elevado, de uma estrutura social compatível com os requisitos da inovação tecnológica e sua difusão ulterior por todos os segmentos sociais. A Europa conheceu um processo desse tipo desde a época dos descobrimentos, para culminar no auge da Revolução industrial e do *bourgeois conquérant*, quando esse sistema também começou a se difundir em outras regiões e continentes (EUA, Japão).

Assim, ao lado dos fatores específicos ligados à organização social do trabalho nesse sistema produtivo, é preciso mencionar a difusão de um conhecimento técnico de base, largamente facilitada pela ampliação da rede escolar nas diversas sociedades que se modernizaram nesse período. Por outro lado, nenhum outro processo social foi tão responsável pelo desenvolvimento contínuo das forças produtivas nessas sociedades como a disseminação da inovação técnica ao nível da unidades de produção. Mais uma vez, a Europa saiu na frente desse processo, uma vez que a educação universal de base se disseminou a partir do século XVIII, ampliando-se o fenômeno para a educação técnica a partir de finais do século seguinte.

A complexidade dos sistemas técnicos contemporâneos tornou a inovação uma tarefa essencialmente empresarial. O inventor isolado, se ainda existe, está cada vez mais raramente associado às novas fronteiras do conhecimento humano. Contrariamente à utilização da energia para a transformação da matéria, como se fazia nas fases anteriores da revolução industrial, a elaboração, a transferência, o tratamento e utilização da informação, que passaram a caracterizar o cenário tecnológico deste final de século, superam as possibilidades do pesquisador isolado. A pesquisa científica e a inovação técnica tornaram-se tão solidárias uma da outra que as antigas distinções entre pesquisa fundamental e pesquisa operacional tendem a diluir-se. A evolução tecnológica depende tanto do laboratório como da fábrica, da universidade, da empresa, dos cientistas e administradores e do Estado[10].

Não é preciso dizer que esse sistema de crescimento - que, preferivelmente à designação de capitalista, deve ser chamado de "inventivo" - nunca conseguiu coexistir com um regime caracterizado pelas "relações socialistas de produção", mesmo se, no plano intelectual, países como a URSS tenham feito grandes contribuições para o estoque mundial de conhecimento científico. Mas, o que diferencia o "modo socialista de produção" dos regimes de "exploração do homem pelo homem" é precisamente a falta de capacidade em transferir o conhecimento científico para a atividade produtiva, uma capacidade que depende de características institucionais - entre as quais a apropriação privada do sucesso tecnológico - a que são alheias as economias de tipo centralizado.

6. O fim do socialismo e o laboratório da história

Durante muito tempo os estudiosos do "socialismo realmente existente" se perguntaram se os sistemas de tipo soviético, em que pese toda a rigidez weberiana - a famosa "gaiola de ferro" - das burocracias totalitárias, poderiam realmente passar por algum outro tipo de mudança que não fosse de natureza traumática, reconhecendo, implicitamente, que eles tinham pouca ou nenhuma possibilidade de evoluir ou de se auto-reformar. Depois dos grandes acontecimentos políticos no Leste Europeu, a partir de finais da década de 80, o que se questiona agora é se os regimes socialistas remanescentes podem ainda adaptar-se às novas realidades, ou se eles serão simplesmente jogados na "lata de lixo da História". Essa pergunta ainda não pode ser positivamente respondida pelo historiador, já que a experiência chinesa de socialismo ainda não se encerrou. Mas, uma vez completada a parábola do marxismo na ex-União Soviética, com a superação do "capítulo Gorbachov", caberia indagar como o historiador do futuro poderia interpretar o movimento que foi sua marca registrada, isto é, a "perestroika".

A mudança histórica tende a ser vista em termos de ruptura ou de continuidade. A Revolução bolchevista de 1917 inscreve-se seguramente à sombra do primeiro conceito, enquanto que os três lustros da era brejnevista teriam certamente de ser vistos sob o ângulo da continuação, quando não da estagnação. Os "anos Gorbachov", que culminaram na "dessovietização" completa da Europa central e oriental entre 1989 e 1991, podem desde já ser vistos como a mais importante ruptura histórica desde o final da II Guerra Mundial, etapa culminante, no dizer de um historiador, da "segunda guerra de Trinta Anos" vivida pelo continente europeu a partir da Primeira Guerra Mundial[1].

Para a própria União Soviética, contudo, usando-se a terminologia da *école des Annales*, o período gorbachoviano pode ser considerado como correspondendo a uma "conjuntura histórica de transformação", nos termos do historiador Ernest Labrousse. Na verdade, tendo falhado na tentativa de operar uma brusca mudança política que afastasse do passado comunista o imenso edifício carcomido da URSS, ele se contentava em administrar um confuso processo de mutação social e econômica, mais de acordo com a "longa duração", cara a Fernand Braudel, do que com os "saltos para a frente" do receituário maoísta. Foi preciso uma tentativa de golpe de estado, bem ao estilo conhecido na América Latina, para acelerar o processo histórico e transformar a simples "conjuntura de transformação" numa verdadeira revolução política, já sob o comando não mais de Gorbachov, mas de Boris Ieltsin.

Os processos de transformação social, econômica ou política numa determinada sociedade e numa época determinada não podem ser facilmente catalogados em função de modelos dicotômicos de racionalização histórica senão *a posteriori*, quando todos suas possíveis consequências e implicações já se fizeram sentir, deixando aos historiadores o cuidado de medir a amplitude da transformação social. O caso das revoluções violentas é evidentemente particular, uma vez que, antes do historiador, o cronista mundano já teve oportunidade de sentir seus efeitos devastadores para o cenário social em que atua. Mas, as transformações verdadeiramente revolucionárias são extremamente raras nos laboratórios da História, a maior parte das sociedades conhecendo apenas pacíficos processos de modernização social.

Nesse sentido, a finada perestroika gorbachoviana poderia ser interpretada, em termos históricos, como um modelo de transformação revolucionária, isto é, como um movimento capaz de alterar fundamentalmente a estrutura social e econômica da sociedade soviética e de operar a passagem a um novo regime de poder e a um novo sistema político ?

Alguns observadores diriam que faltaram à perestroika os elementos estruturais mais essenciais de uma típica transformação radical da ordem social ou política, não cabendo pois a identificação com o modelo teórico proposto pela maioria dos historiadores para o conceito de ruptura fundamental na continuidade histórica[12].

Sem embargo, a conjuntura histórica de transformação na URSS do período gorbachoviano foi vista, em perspectiva comparada, como assumindo um significado similar ao dos grandes processos reformistas do início da era moderna. Com efeito, os observadores não deixaram de notar a similitude de intenções entre o novo "revisionismo" socialista e as grandes aventuras reformistas dos séculos XV a XVII, chegando mesmo a traçar paralelos entre a tentativa transformista de Gorbachov e os processos deslanchados por figuras históricas como Henrique VIII ou Lutero.

As analogias históricas são, em parte, mistificadoras, mas não se pode realmente negligenciar a capacidade "sintetizadora" dos exemplos do passado para auxiliar no esforço explicativo do presente. O problema da maior parte dessas análises centradas sobre o que se poderia chamar - retomando mais uma vez conceitos trabalhados pela escola dos *Annales - de histoire événementielle* (inclusive no que se refere o apelo a figuras exponenciais), é a tendência à personalização do jogo político e social, com a consequente atribuição do "sucesso" ou "fracasso" de um determinado movimento às qualidades pessoais de seu líder

Que Mikhail Gorbachov seja comparado a Henrique VIII ou a Lutero - Calvino, aliás, conviria melhor, já que se trata igualmente de uma tentativa de reestruturação autoritária de uma visão do mundo formulada anteriormente[13] - não modifica em nada o conteúdo historicamente original dos desafios enfrentados em seu tempo pelo líder soviético. A esse título, se poderia, por exemplo, dizer do movimento de reformas políticas na ex-URSS que este significou, para a autocracia socialista, o que o despotismo esclarecido representou para as monarquias absolutas do Ocidente entre os séculos XV e XVIII. A busca de "déspotas esclarecidos" é, no entanto, um expediente maliciosamente utilizado pela imaginação histórica quando o curso dos acontecimentos se confunde com o destino particular de um líder providencial, sem que o "historiador" consiga separar o contingente do necessário. Nesse exemplo específico, por acaso, a comparação não é de todo absurda: o "comunismo esclarecido", que eventualmente teria emergido do entrechoque de posições entre o partido da reforma e o da conservação na URSS de Gorbachov, visava permitir ao dirigente soviético reunir condições políticas para acelerar o processo de modernização do país, de forma a aproximá-lo das nações mais avançadas, como queria Lênin em princípios do século ou Pedro, o Grande, no final do século XVII.

Sem pretender descurar o peso decisivo muitas vezes exercido por certas personalidades individuais sobre o curso de determinados acontecimentos históricos, o

recurso à analogia histórica, no caso do movimento reformista na ex-União Soviética, talvez ganhasse em consistência se se fizesse referência a certos processos do passado que igualmente serviram para alterar as bases de funcionamento da sociedade em causa, sem modificar no entanto a composição social das elites envolvidas na transformação social.

Nesse sentido, se poderia comparar a "revolução" da perestroika com a *Inovação Meiji*, no Japão do século passado, quando a elite dominante se abriu para uma maior ocidentalização do país, no sentido da abolição de certos privilégios feudais, na constituição de um parlamentarismo de fachada e na incorporação acelerada das conquistas estrangeiras em ciência e tecnologia. Como no caso, igualmente, da *transformação bismarckiana* operada nas instituições políticas, sociais e econômicas da Alemanha imperial, assistiu-se, na União Soviética, a uma *Revolution von oben*, cujo objetivo era o de modernizar o país sem trazer prejuízo àqueles que ocupam as alavancas do poder político.

Mas, cada processo histórico é único e original, respondendo a forças contingentes dificilmente repetíveis em outra conjuntura histórica. A deterioração do processo de reestruturação da economia soviética tinha um preço político a ser pago. A despeito de afirmações em contrário formuladas nos círculos dirigentes, a reforma do sistema tinha de ser dirigida precisamente contra a estrutura ossificada do Partido Comunista, que se converteu no principal obstáculo à mutação econômica e política da sociedade. A tarefa foi tanto mais árdua e contraditória na medida em que o partido renovador na URSS não pôde implementar o conjunto de reformas sem passar, num primeiro momento, pelo intermédio do aparelho organizacional do velho Partido burocratizado. Aqui residia a contradição fundamental do "revisionismo" socialista de tipo gorbachoviano: a solução para a maior parte dos problemas estruturais da sociedade socialista passava por uma reforma radical do sistema de organização econômica, mas essa transformação teria de ser operada necessariamente em detrimento do monopólio político partidário. A experiência de diversos países "ex-socialistas", da Europa central e oriental parece aliás indicar que a única forma de avançar no caminho das reformas econômicas passa pela demolição da exclusividade da representação política atribuída ao Partido Comunista; em uma palavra, passa pela volta à velha democracia burguesa *tout court*.

O socialismo, para sobreviver, teria assim de aprender a coexistir com o *liberalismo político* e aceitar a *interdependência econômica*; ou seja, além de "democrático", o socialismo tem de ser cada vez mais "de mercado". Os países "pós-socialistas" da *mittel-Europa*, por exemplo, deram passos enormes no estabelecimento de regimes formalmente democráticos, mas eles ainda não tiveram tempo de organizar, sobre bases mais racionais, um sistema de "exploração do homem pelo homem". Em todo caso, eles são bem vindos à realidade

Se o socialismo, *tout court*, não desaparecer nesse movimento de recomposição radical de suas bases de funcionamento, ele inevitavelmente se converterá em uma espécie de socialismo "formal", onde o mercado e a democracia política convivem tranquilamente com esquemas diversos de seguridade social e de intervencionismo estatal, um pouco, aliás, como na maior parte dos países do "capitalismo realmente existente". Seu caráter

formal - isto é, respeitador das desigualdades individuais que tendem inevitavelmente a se desenvolver sob as mais diversas formas - não deve contudo assustar os mais puros ideologicamente. Se a chamada "democracia burguesa" conseguiu sobreviver durante tanto tempo, foi exatamente devido a seu caráter essencialmente "formal", ou seja, uma democracia simplesmente política, destituida de qualquer conteúdo real, em termos de direitos econômicos ou sociais. A simples garantia da igualdade jurídica e da liberdade individual representa, contudo, um enorme passo à frente no itinerário da sociedade civil, pelo menos para grande parte da Humanidade. O exemplo chinês, contudo, parece ter, até o momento, desmentido esse "axioma" da transformação econômica e social do socialismo real

Ignazio Silone, um dos primeiros dissidentes do Komintern, previa, no início dos anos trinta, que o enfrentamento culminante que marcaria o "final do socialismo" *enquanto ideologia*, não se daria contra qualquer inimigo doutrinário externo, mas entre os comunistas e os ex-comunistas[14]. O impacto real dos "renegados do socialismo" na evolução doutrinária e sobretudo prática do comunismo foi, no entanto extremamente reduzida. As dissidências trotsquista, titoista e maoista no curso das décadas seguintes, bem como a própria ruptura sino-soviética, no final dos anos 50 e principios dos 60, se deram mais bem entre facções rivais dentro do próprio movimento comunista. Mas, elas não significaram o final do sistema socialista, *enquanto regime econômico*, naquelas conjunturas históricas particulares: seria preciso esperar que as contradições ao nível das relações socialistas de produção se tornassem um pouco mais agudas para provocar a queda final.

Décadas depois, o cenário de lutas e enfrentamentos internos idealizado por Silone continua a se reproduzir nos poucos socialismos remanescentes. A ideologia marxista, contudo, já tem muito pouco a ver com a natureza dos conflitos políticos que se desenvolvem no último "bastião do socialismo" que é a China. A "revolução política" atualmente ali em curso, ao colocar clãs e facções em terrenos diversos do processo de reforma econômica, é uma revolução do Estado contra o Estado, ou seja uma revolução pelo Estado e para o Estado. Nesse sentido, ela não se diferencia muito das revoluções políticas do passado, caracterizadas por uma simples substituição das elites políticas que ocupavam momentaneamente as rédeas do poder. Por uma espécie de ironia do destino, seria a última vitória do longo ciclo de "revoluções burguesas" sobre a única - e efêmera, em escala histórica - "revolução camponesa" da História.

É, com efeito, possível, que uma autêntica "revolução burguesa", dessas que costumam se esconder sob as dobras sempre inesperadas da História, possa ainda ocorrer na China, trazendo com ela o capitalismo e a democracia tão desejados por gerações de "liberais sonhadores". Seria, contudo, altamente improvável, que ela repita as características mais salientes de suas antecessoras "clássicas", notamente a Revolução francesa. Não se trata apenas de poupar o "reinado do Terror"; depois que os "clássicos do marxismo-leninismo" deixaram de ser leitura obrigatória, poucos, hoje em dia, estariam dispostos a morrer por uma ideologia, seja ela qual for. Confrontado a esta possibilidade, o líder revolucionário *nouvelle manière* poderia responder como o poeta Georges Brassens:

"Mourir pour des idées ?
D'accord, mais de mort lente!".

NOTAS

1 O conceito de "socialismo real", *das Real existierenden Sozialismus*, engloba, em sua acepção propriamente econômica, o "modo de produção" inaugurado em 1917 pela experiência soviética e, em sua feição histórica e sociológica, os sistemas políticos autoritários em vigor na "pátria do socialismo" e nas "democracias populares" do Leste europeu no segundo pós-guerra.

2 Faço referência ao ensaio de reflexão prospectiva que redigi em junho de 1988, intitulado "Retorno ao Futuro. A Ordem Internacional no Horizonte 2000", *Revista Brasileira de Política Internacional* (Rio de Janeiro, ano XXXI, nºs 123-124, 1988/2, pp. 63-75), no qual eu tentava algumas modestas previsões sobre a evolução da ordem internacional em direção ao futuro. Um segundo artigo, redigido em janeiro de 1990, "Retorno ao Futuro, Parte II", *Revista Brasileira de Política Internacional* (Rio de Janeiro, ano XXXIII, nºs 131-132, 1990/2, pp. 57-60), retomou o exame, ainda que sumariamente, do processo histórico - então em curso - de "desmoronamento" do socialismo. Esta é portanto a ocasião para completar minha série de paráfrases à filmografia de Zemeckis, que também teve 3 partes.

3 Ver Reinhart Koselleck, *Critica Iluminista e Crisi della Società Borghese* (Bolonha, Il Mulino, 1972).

4 Cf. Fernand Braudel, *Afterthoughts on Material Civilization and Capitalism* (Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1977)

5 David Gellner, "Max Weber, Capitalism and the religion of India", *Sociology* (vol. 16, n. 4, november 1982, pp. 526-543). Ver também Gordon Marshall, *In search of the Spirit of Capitalism: an essay on Max Weber's Protestant ethic thesis* (Londres, Hutchinson, 1982).

6 Ver a trilogia braudeliana, *Civilisation Matérielle, Economie et Capitalisme, XV-XVIII siècles* (Paris, Armand Colin, 1979)

7 Cf. Karl Polanyi, *The Great Transformation: The political and economic origins of our time* (Boston, Beacon Press, 1957), existe edição brasileira

8 Cf. Paulo Roberto de Almeida, "Neo-Détente & Perestroika: agendas para o futuro", *Política e Estratégia* (São Paulo, vol. VI, n. 1, janeiro-março 1988, pp. 67-74).

9 Ver, a propósito, Nathan Rosenberg e L. E. Birdzell, Jr., *How the West Grew Rich: The Economic Transformation of the Industrial World* (New York, Basic Books, 1986); existe edição brasileira: *A História da Riqueza do Ocidente: a transformação econômica do mundo industrial* (Rio de Janeiro, Record, s.d). Ver também, dos mesmos autores, "Science, Technology and the Western Miracle", Scientific American (vol. 263, nº 5, novembro 1990, pp. 18-25).

10 Cf. Jean-Jacques Salomon e André Lebeau, *L'Ecrivain Public et l'Ordinateur: mirages du développement* (Paris, Hachette, 1988)

11 A caracterização é do historiador Arno Mayer, *The Persistence of the Old Regime: Europe to the Great War* (Londres, Croom Helm, 1981), existe edição brasileira.

12 Vide meu já citado "Retorno ao Futuro: A Ordem Internacional...", *Revista Brasileira de Política Internacional* op. cit., p. 70

13 Vide a propósito, o capítulo sobre o autoritarismo de Calvino no livro de ensaios de sociologia histórica e de metodologia de Barrington Moore Jr., *Poder Político e Teoria Social* (São Paulo, Cultrix, 1972)

14. Declaração de Silone a Palmiro Togliatti, líder do Partido Comunista Italiano, cf "Ignazio Silone" in Richard H. Crossman (ed), *The God that Failed* (Chicago, Regnery Gateway, 1983 [1ª edição: 1949], pp. 76-114), pp. vi e 113.

Bibliografia citada:

ALMEIDA, Paulo Roberto de, "Retorno ao Futuro. A Ordem Internacional no Horizonte 2000", *Revista Brasileira de Política Internacional*, (Rio de Janeiro, ano XXXI, nºs 123-124, 1988/2, pp. 63-75)

-----, "Retorno ao Futuro, Parte II", *Revista Brasileira de Política Internacional*, (ano XXXIII, nºs 131-132, 1990/2, pp. 57-60)

-----, "Neo-Détente & Perestroika: agendas para o futuro", *Política e Estratégia* (São Paulo, vol. VI, n 1, janeiro-março 1988, pp. 67-74)

BRAUDEL, Fernand, *Afterthoughts on Material Civilization and Capitalism* (Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1977)

-----, *Civilisation Matérielle, Economie et Capitalisme*, XV-XVIII siècles (Paris, Armand Colin, 1979, 3 vols)

CROSSMAN, Richard H. (ed), *The God that Failed* (Chicago, Regnery Gateway, 1983

GELLNER, David, "Max Weber, Capitalism and the religion of India", *Sociology* (vol 16, n 4, november 1982, pp. 526-543)

KOSELLECK, Reinhart, *Critica Iluminista e Crisi della Società Borghese* (Bolonha, Il Mulino, 1972)

MARSHALL, Gordon, *In search of the Spirit of Capitalism: an essay on Max Weber's Protestant ethic thesis* (Londres, Hutchinson, 1982)

MAYER, Arno, *The Persistence of the Old Regime: Europe to the Great War* (Londres, Croom Helm, 1981)

MOORE Jr., Barrington, *Poder Político e Teoria Social* (São Paulo, Cultrix, 1972)

POLANYI, Karl, *The Great Transformation: The political and economic origins of our time* (Boston, Beacon Press, 1957)

ROSENBERG, Nathan e BIRDZELL, Jr.,L. E., *How the West Grew Rich: The Economic Transformation of the Industrial World* (New York, Basic Books, 1986)

-----, "Science, Technology and the Western Miracle", *Scientific American* (vol 263, nº 5, novembro 1990, pp. 18-25)

SALOMON, Jean-Jacques e LEBEAU, André, *L'Ecrivain Public et l'Ordinateur: mirages du développement* (Paris, Hachette, 1988)

LA INTEGRACIÓN SOCIAL EN LA CUENCA DEL PLATA, ATRAVÉS DE LA HIDROVÍA PARAGUAY – PARANÁ (Columna vertebral del Mercosur)

Dr. Jose Miguel Amlune*

El presente trabajo fué concebido, inicialmente, como un esquema geopolitico sobre la cuenca del Plata y su columna vertebral: La Hidrovía Paraguay-Paraná.

En su segunda revisión lo repensamos como una propuesta de integración económica subregional. Finalmente, concluímos que el objeto último del proyecto reactivador de la Hidrovía es promover la integración social de los pueblos ribereños y del conjunto de la región.

Desde esta perspectiva lo ponemos a consideración de la 20a Conferencia Mundial, auspiciada por la Sociedad Internacional de Desarrollo

Esta reunión nos parece el foro adecuado para compartir algunas reflexiones sobre la dinámica de la integración latinoamericana, la importancia de la Cuenca del Plata y su zona de influencia, en la economía regional y, finalmente, sobre el impacto de la reactivación de la Hidrovía y sus efectos sobre la integración social de los pueblos de la región.

El mundo contemporáneo presencia la aparición de grandes conjuntos económicos que operan como bloques regionales, desde la Comunidad Económica Europea hasta la Cuenca del Pacífico Oriental. En este contexto, América Latina ve acentuarse la necesidad de ampliar sus espacios económicos regionales y subregionales, pasando de la retórica integracionista a la concreción de proyectos que satisfagan las necesidades objetivas del desarrollo.

Por otra parte, la crisis económica mundial obliga a hacer un esfuerzo exportador para cubrir las crecientes necesidades de financiamiento que enfrentan nuestros países. Esta necesidad de exportar más está reclamando no sólo un esfuerzo productivo mayor en las

---

* Miembro del Capítulo Argentino de la S.I.D. y Coordinador en Argentina de la Comisión Permanente del Transporte en la Cuenca del Plata

áreas tradicionales de exportación de las regiones costeras, sino que tiende a expandir las fronteras agropecuarias hacia el interior del continente, para productos con creciente demanda mundial como soja, minerales, madera, carnes enlatadas, etc.

Correlativamente con esta demanda exógena del mercado, en nuestros países ha entrado en crisis la relación tradicional centro-periferia, con un resurgimento de las economías regionales en virtud del cual los estados o provincia del interior reasumen el manejo de sus recursos naturales y su vinculación al mercado externo. Este desplazamiento de ciertos ejes económicos al interior es un fenómeno creciente en los países del área y creemos que se acentuará en los próximos años.

Dentro de este cuadro de la economía mundial y regional es preciso considerar la importancia de la Cuenca del Plata y su zona de influencia y la revalorización de la navegación a través de la Hidrovía

Desde el punto de vista de la política exterior, la Cuenca es una entidad jurídico-política y geográfica con un poderoso factor común: los ríos. Estos son, entonces, el elemento articulador de las acciones de integración que permitan la expansión económica del área.

La Cuenca del Plata con sus 3.200.000 km^2 se extiende en la región templado cálida de América del Sud, enlazando a cinco países: Argentina, Bolivia, Brasil, Paraguay y Uruguay

Los factores geoeconómicos determinantes de la crucial importancia de la región derivan de que en ella están comprendidos:

- el corazón político y económico de la Argentina en el Eje Fluvio-Industrial Santa Fe - Buenos Aires - La Plata
- la casi totalidad del polo dinámico San Pablo - Río Grande.
- las promisorias áreas del Sureste de Bolivia.
- la casi totalidad del Uruguay y
- todo el Paraguay

Los ríos más importantes de la Cuenca son el Paraná y Alto Paraná, el Uruguay, el Paraguay y sus afluentes, el Pilcomayo y el Bermejo. Las obras y acciones sobre estos ríos son determinantes en la política exterior de los cinco países. Además las leyes de la geografía la economía espacial determinam que la presencia de dos grandes núcleos urbano-industriales como Buenos Aires y San Pablo, ejerzan mutuas interacciones entre sí y con los polos menores tendiendo a expandir y mejorar las redes arteriales de transporte y comunicaciones, el agregado de nuevas fuentes de energía y la expansión de las áreas del mercado

La cantidad y distribución de la población está relacionada con las condiciones naturales y el proceso histórico de desarrollo. Las mayores concentraciones poblacionales ocupan espacios donde coinciden condiciones naturales propicias con facilidades de navegación de la Cuenca del Plata. Así se desarrollaron Buenos Aires, Montevideo, Asunción, Rosario, Corrientes, Corumbá, Posadas, Encarnación y otros centros.

La población actual de los cincos países es de 182 millones, de las cuales 100 millones, es decir más de la mitad, habitan el territorio de la Cuenca. Proyectando las actuales tasas de crecimiento la población de la Cuenca alcanzaría a 120 millones en el año 2000 y 138 millones en el 2010.

El Producto Bruto Interno de los cinco paises, en 1987, alcanzaba a 295.900 millones de dólares, de los cuales 183.200 millones se generaban en el área de la Cuenca. El producto per cápita de la región es de 1950 dólares/habitante, lo que en términos internacionales sitúa a la región entre las áreas de mediano desarrollo. Paralelamente se observa que el producto per cápita de los habitantes de la Cuenca está por encima de la media nacional en Argentina, Brasil y Bolivia.

En los últimos años se ha producido una explosión de la producción agrícola y minera en la región norte de la Cuenca, particularmente en los estados de Matto Grosso, Mato Grosso do Sul y Rondonia en Brasil y Santa Cruz de la Sierra en Bolivia. También Paraguay participa de esta revolución cerealera, habiendo incrementado sus exportaciones de soja.

Esta impresionante producción debe salir fluida y naturalmente por la Hidrovía. Se ha demostrado lo antieconómico de que el mineral de hierro, los granos y las fibras producidas en la región, salgan por el Atlántico tras recorrer miles de kilómetros, con el consiguiente encarecimiento de los costos.

Esta es la razón de ser de la reactivación de la Hidrovía, que no es un nuevo proyecto de transportes sino algo que ya está, una Cuenca Hidrológica de carácter dinámico subutilizada, a la que hay que asegurarle un mejor aprovechamiento.

Para lograr ese objetivo hay que adecuar la infra-estructura existente conforme a las modernas técnicas de navegación y de movimiento masivo de cargas.

La Hidrovía Paraná - Paraguay fué, históricamente, el corredor utilizado para el transporte masivo de cargas y pasajeros hacia el interior de varios de los paises ribereños, así como el medio casi exclusivo de los tráficos de importación y exportación de la región. Sin embargo, el desarrollo de otras formas de transporte a partir de la década de los 50' produjo un lento proceso de retraimiento, que trajo aparejado un descenso en el nivel de inversiones necesarias para el mejoramiento de la navegabilidad y la pérdida de cargas del transporte fluvial, con su consecuente derivación hacia otros modos.

Hoy, debemos revertir esta tendencia, darle un nuevo empuje al rio y reivindicar a la Hidrovía como columna vertebral de la economía regional.

No estamos pensando en obras faraónicas, sino en una estrategia gradualista, de avance por etapas, que posibilite el equilibrio entre la inversión y el rendimiento del proyecto.

En tal sentido, el punto de partida, la etapa inicial, es resolver los problemas de la navegabilidad en los puntos críticos de la Hidrovía, que se encuentran localizados, fundamentalmente, en la jurisdicción del Paraguay y Brasil.

Los pasos críticos limitan el calado y la dimensión de las embarcaciones, repercutiendo en la capacidad de carga de los trenes de barcazas, con disminución de los ingresos de explotación de las unidades y una mayor incidencia en los costos fijos.

Es urgente, entonces, impulsar obras de ayuda a la navegación, dragado y balizamiento. Este último aspecto permitirá la navegación continua, lo que redundará en una mejor exploración de los medios de transporte, al disminuir el tiempo de viaje de las embarcaciones

Por decirlo de una manera sumaria: queremos tener una vía navegable día y noche, todo el año

Los objetivos de esta primera etapa que mencionamos debieran ser: permitir la navegación continua para grandes trenes de empuje; el acondicionamiento de la vía navegable a 12 pies de profundidad; la rectificación de curvas para evitar el fraccionamiento de los convoyes y las demoras; y la señalización a través de artefactos lumínicos aptos para ser captados por el radar.

Cuáles serían los beneficios que arrojaría el cumplimiento de esta primera etapa?

En principio, obtener una mejora del tiempo de viaje. Un tren de empuje que, actualmente, emplea 33 días para cubrir el trayecto entre los extremos navegables de la Hidrovía ida y vuelta, podría realizarlo en 22 días con las consecuencias siguientes:

- Disminución de los costos de explotación por la reducción del tiempo de viaje del tren de empuje.
- Reducción de las tarifas, como consecuencia de la reducción de costos.
- La incorporación de nuevos mercados al transporte fluvial por los mejores fletes y la mayor capacidad de bodega disponible.
- Aumentar en un 50% la capacidad de transporte del actual parque de bodegas, pues su rotación será aumentada en ese mismo porcentaje.
- Resolver el problema de la demanda no cubierta de transporte, al dar salida a un 50% más de la producción sobre el tonelaje que actualmente se transporta.

Paralelamente a las obras de drogado y balizamiento es preciso encarar un proceso concertado de desburocratización y modernización de las reglamentaciones que rigen el transporte fluvial, a través de las autoridades competentes de los países miembros. Debiera tenderse a la unificación y simplificación de procedimientos y obligaciones que regulan la actividad, tratando de alcanzar una mayor eficiencia en las tramitaciones vigentes

Como pueden apreciar la propuesta es realista y factible, no demanda exageradas inversiones y le devolvería al río su protagonismo histórico. Se posibilitaría un corredor de transporte para la salida de las producciones hacia los mercados internacionales y se establecería un canal de comunicación para el intercambio comercial entre las economías regionales de los distintos países. Al mismo tiempo se incrementarán las producciones agropecuarias e industriales de la región, posibilitando mayor empleo de

mano de obra, elevar las condiciones de vida de los pueblos ribereños, participación de la actividad privada y mejores condiciones para la localización de polos desarrollo.

Planteado así el tema, cabria interrogarnos sobre las implicancias políticas y sociales de este proyecto.

Desde el punto de vista político, la existencia de regímenes democráticos en los cinco paises de la Cuenca posibilita un entendimiento excepcional que se ha plasmado en las Declaraciones de La Paz y Montevideo, donde los presidentes ratificaron la importancia y prioridad del proyecto.

Por otra parte, la Hidrovia significa la ruptura de la mediterraneidad de Bolivia y Paraguay, brindándole a estos paises un corredor de acceso a los mercados internacionales y una mayor presencia política en la región.

Desde la perspectiva de sus efectos sociales no cabe duda que promociona el desarrollo de las áreas interiores de nuestro continente, secularmente postergadas en favor de los asentamientos humanos existentes en los litorales marítimos.

La transferencia de ciertos polos de desarrollo a la zona de Matto Groso en Brasil, Santa Cruz de la Sierra en Bolivia, del Este Paraguayo y del Noreste Argentino, significa incorporar grandes contingentes humanos a formas productivas mas modernas, sacándolos de la marginalidad laboral y social.

Esto deberá traducirse en un creciente proceso de integración social no solo en el marco de las perspectivas sociales nacionales, sino en un espacio social ampliado como es la región.

El desarrollo económico se expresará en indicadores sociales como salubridad, educación, empleo y recreación, ratificando una vez más el vinculo insoslayable entre el desenvolvimiento económico y la integración social de los pueblos

CIS

Centro de Investigaciones Sociologicas

Reis

Revista Española de Investigaciones Sociologicas

51

Julio-Septiembre 1990

Director
[illegible]

Secretaria
[illegible]

Consejo de Redacción
[illegible] Castells, Ramón [illegible], Juan Diez Nicolás, Jesus M. de Miguel, Angeles Valero, [illegible], Alfonso Pérez Agote, Juan [illegible], José F. [illegible]

Redacción y suscripciones
Centro de Investigaciones Sociológicas
[illegible] Madrid (España)
[illegible]

Distribución
[illegible] de España Editores, S. A.
[illegible] Madrid
[illegible]

Precios de suscripción
Anual (4 números): 4.000 ptas. (45 $ USA)
Número suelto [illegible] 1.200 ptas. ([illegible] $ USA)

TRATADO DE NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES CONTEXTO POLÍTICO E JURÍDICO

Celso de Souza e Silva

As armas nucleares tornaram-se o símbolo e o apanágio do poder político e militar da segunda metade do século vinte e assim permanecerão por tempo indeterminado. Por mera coincidência, e não por decisão expressa, as cinco potências que dispõem daqueles armamentos são as mesmas que tiveram assento permanente no órgão mais importante das Nações Unidas, o Conselho de Segurança, com direito exclusivo ao veto, em franca violação ao princípio da igualdade jurídica entre os Estados. Eram as potências vitoriosas da segunda Grande Guerra das quais, no momento em que se adotou a Carta daquele foro internacional, somente os Estados Unidos possuíam a arma atômica.

Não seria exagero dizer que após os arranjos acordados, ao final do último conflito em escala mundial, entre os Estados Unidos, União Soviética e Grã-Bretanha, chamados então os Três Grandes, o Tratado de Não-Proliferação das Armas Nucleares pode ser considerado o instrumento político-jurídico mais importante da atualidade, juntamente com a Carta das Nações Unidas.

Aqueles arranjos, concluídos principalmente em Yalta e Potsdam, estabeleceram os acertos finais entre os três vencedores, sem consultas significativas nem com os demais aliados, inclusive França e China, e tiveram aparência de divisão fria dos despojos das nações vencidas. Repartiram-se zonas de influência entre soviéticos e ocidentais como se povos e nações, flexíveis e maleáveis, se deixassem submeter indefinidamente às vontades e conveniências do momento do trio vitorioso. Na região balcânica, por exemplo, houve Estados em que a proporção acordada de influências ia de 25 por cento para uns e 75 por cento para outros, ou aqueles que eram repartidos ao meio, como a Yugoslávia, ou que ficavam totalmente sob o mesmo protetor, como a Grécia em relação à Grã-Bretanha. Fronteiras foram desmembradas, recebendo a União Soviética uma parte da Polônia - cuja integridade territorial fôra a causa do conflito mundial - e esta, em compensação, ressarciu-se com um pedaço da Alemanha, Silésia e Pomerânea

Após esses acertos e, como se está atualmente verificando, desacertos, seguiu-se o período da paz armada quando a aceleração da corrida armamentista, sobretudo nuclear, tomou aspectos ameaçadores de conseqüências imprevisíveis. Nas duas décadas do pós-guerra surgiram os mísseis e bombardeiros intercontinentais, o submarino atômico, as ogivas múltiplas, a artilharia nuclear de médio e curto alcance, as minas atômicas marítimas e subterrâneas.

O episódio cubano de 1962 alertou gregos e troianos para o perigo a que a humanidade estava exposta na escalada daquele confronto temerário e irresponsável. Logo após aquela crise coube a um eminente brasileiro, San Tiago Dantas, a iniciativa de apresentar à Assembléia Geral das Nações Unidas a primeira proposta para a desnuclearização completa de toda uma região do planeta que seria a América Latina. A sua iniciativa, que não teve seguimento por parte do Brasil devido à descontinuidade da sua política interna, foi levada avante pelo México até a sua conclusão final no Tratado de Tlatelolco de 1967. O seu principal paladino, o Embaixador Garcia Robles, tornou-se anos mais tarde merecedor do Prêmio Nobel da Paz graças ao trabalho empreendido na negociação daquele instrumento precursor latino-americano.

Nas Nações Unidas, no entanto, já havia entendimentos anteriores e tentativas sempre fracassadas para o estabelecimento de algum foro que pudesse ocupar-se sistemática e racionalmente da questão do controle de armas e negociações de desarmamento. Finalmente, estabeleceu-se em 1961, por acordo entre as duas superpotencias, o Comitê das 18 nações, sediado em Genebra, e com a participação do Brasil, destinado a cumprir todo um programa de negociações segundo as linhas previamente acertadas entre soviéticos e americanos e expressas em memorandum conjunto.

Foi a partir desse foro e desse memorandum que se começou a elaborar os princípios básicos do que se chamava o "desarmamento geral e completo sob efetivo controle internacional" e nos quais deveria basear-se o futuro Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares.

O Brasil participou ativamente na formulação daqueles princípios que acabaram por ser adotados, por ampla maioria, como Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas e com o endosso das superpotências.

Ao todo em número de cinco, pelo menos três dos mesmos princípios apresentam significado especial para a elaboração de um Tratado equilibrado e justo que visasse à proibição de aquisição de armas nucleares pelos Estados que não as possuissem e, ao mesmo tempo, a abolição das mesmas pelos que as possuiam. Assim, previa-se: Primeiro, que o Tratado deveria estar isento de quaisquer possibilidades que permitissem Estados militarmente nucleares, isto é, Estados Unidos, União Soviética, França, Grã-Bretanha, China, e não-nucleares, i é, o resto da comunidade internacional, proliferar, direta ou indiretamente, armas nucleares de qualquer forma;

Segundo, o Tratado deveria incorporar um equilíbrio aceitável de responsabilidade e obrigações mutuas dos nucleares e não-nucleares;

Terceiro, o Tratado deveria ser um passo avante para a consecução do desarmamento geral e completo, mais particularmente, do desarmamento nuclear

Aprovados esses princípios em 1965, as duas superpotências, dois anos depois, após consultas com uns poucos aliados, apresentaram projeto de Tratado que submeteram ao Comitê das 18 nações para negociação, adoção e submissão à Assembléia Geral da Onu para sua final aprovação. O testo hoje em vigor, com poucas modificações, é a reprodução daquele mesmo projeto.

Sua tramitação pelo Comitê dos 18 e posteriormente pela Assembléia Geral, que então compunha-se de 120 membros, consistiu em verdadeira batalha verbal entre uns poucos refratários mais atuantes, como Brasil, Índia e Paquistão, e a sólida barreira composta pelas superpotências e seus aliados que por todos os meios e modos, inclusive processuais, procuravam impedir qualquer modificação no projeto original sob o argumento que a delicada balança a que haviam chegado os Dois Grandes poderia desiquilibrar-se inapelavelmente face a emendas de terceiros.

A aprovação do projeto de Tratado deu-se por 95 votos favoráveis, 4 contrários e 21 abstenções, entre as quais a do Brasil.

Análise mesmo sucinta do Tratado demonstra como foi ele elaborado para atender exclusivamente os interesses dos seus autores e aliados.

A parte preambular, composta de 12 parágrafos, deve refletir, como em todo instrumento jurídico, os objetivos gerais e a intenção das Partes Contratantes.

Alguns exemplos ilustrativos

Os dois primeiros referem-se à prevenção da guerra nuclear e recomendam que as Partes façam todos os esforços para evitar o perigo da sua eclosão. A realidade, no entanto, revela que após a sua entrada em vigor os arsenais nucleares não apenas proliferaram em número e aperfeiçoaram-se em sofisticação, como também espalharam-se pelos quatro cantos do mundo em aviões, navios e submarinos, além de bases terrestres em quase todos os continentes. Além disso, nenhum acordo formal foi concluído, apesar da insistência da grande maioria de nações, para que o uso ou emprego da arma atômica fosse defintivamente interditado.

Quatro outros parágrafos expressam a determinação, desejo e intenção das Partes de conseguir a cessação da carreira armamentista, o desarmamento nuclear, a proibição de testes explosivos e o desarmamento geral e completo sob efetivo controle internacional. Além dos fatos, como se verificou, que desmentiram aqueles objetivos, não se encontram no articulado operativo do Tratado estipulações correspondentes que vinculem aquelas expressões a quaisquer obrigações específicas, com uma meia exceção O Artigo operativo sexto, cuja inserção se conseguiu a duras penas, refere-se à obrigação de negociação "de boa fé" em prol de desarmamento, sem outras especificações que pudessem expor os contratantes nucleares a críticas quanto ao seu descumprimento

O último preambular relembra a obrigação de todos, assumida na Carta das Nações Unidas, dew renuncia ao uso da força nas relações internacionais.

Ainda nesse particular, a atuação das Potências promotoras do Tratado não correspondeu à intenção expressa no seu texto: Afeganistão, Nicaragua, Granada, Panamá, Angola, são episódios que dispensam comentários quanto ao cumprimento dos compromissos assumidos na Carta e reiterados nesse Instrumentos.

O capítulo operativo do Tratado consiste, como em todos os atos internacionais, dos direitos e obrigações aceitos pelas Partes contratantes, aos quais se tornam juridicamente vinculadas

O Artigo I estipula as obrigações dos Estados militarmente nucleares de impedir que as Partes não-nucleares possam produzir ou, de qualquer maneira, adquirir armas atômicas ou explosivos atômicos. Ao mesmo tempo reconhece, implicitamente, o direito das Partes nucleares de serem as únicas autorizadas a possuir tais armas e a utilizar as respectivas explosões, para fins pacíficos ou bélicos, sem que nenhuma restrição seja imposta ao seu incremento em número nem seu aperfeiçoamento em qualidade

No Artigo II as Partes não-nucleares confirmam os direitos atribuídos aos nucleares, no Artigo anterior, aceitando a obrigação de não adquirir tais armas e colocando todas as suas instalações nucleares civis sob controle internacional. Obrigações correspondentes não são exigidas das Partes nucleares, nem para as suas atividades de objetivos militares nem civis. Em conseqüência, o Artigo III estabelece as regras do sistema de controle e verificação aplicável apenas aos não-nucleares, o que institucionalisa formalmente a existência das duas categorias de Estados, nucleares e não-nucleares

O Artigo IV assegura o "direito inalienável" e "sem discriminação" de todas es Partes à Pesquisa, produção e uso da energia nuclear para fins pacíficos mas refere-se, ao mesmo tempo e especificamente, ao disposto nos Artigos I e II, nos quais estão estabelecidas as distinções legais entre nucleares e não-nucleares.

A contra-partida, aparente, encontra-se no artigo V referente à controvertida questão das esplosões pacíficas. Pelo mesmo artigo fica estabelecido que as Partes nucleares são as únicas autorizadas a utilizar e a efetuar aquelas explosões, prevendo-se que acordos internacionais especiais poderão ser concluídos a fim de que as Partes nucleares executem esses serviços, isto é, as explosões, nos territórios dos não-nucleares. Até hoje não se conhece nenhum acordo nesse sentido

O Artigo VI deveria consistir em dispositivo fundamental do Tratado. Durante as negociações insistiram os não-nucleares para que nele se contivesse a contra-partida essencial das restrições que aceitavam através de proibição aos nucleares de expandir os seus arsenais como também a obrigação de negociar a sua

redução até a abolição total dos mesmos, como reza, aliás, o correspondente capítulo preambular.

O máximo que se conseguiu, no entanto, foi o compromisso das Partes nucleares de negociar "de boa fé" acordos de desarmamento, sem quaisquer outras estipulações aos mesmos vinculados. Antes de mais nada, há que se notar que boa fé constitui pressuposto essencial de qualquer acordo internacional. No decorrer desses últimos vinte anos, no entanto, isto é, desde que o Tratado entrou em vigor, várias negociações foram encetadas entre as Partes nucleares e várias vezes interrompidas de acordo com os interesses ou as desavenças entre as superpotências, sempre com os mesmos *resultados: abolição de armas obsoletas para sua substituição por outras de maior* sofisticação e em maior número. Graças a esse artifício conseguiram a União Soviética e os Estados Unidos atingir o patamar superior a 50 mil ogivas nucleares de longo, médio e curto alcance, sendo que mais de 20 mil são as chamadas estratégicas ou intercontinentais. Ao mesmo tempo, enquanto essas negociações se confirmavam, e ainda se confinam, ao nível bilateral, recusaram-se sempre as duas superpotências a qualquer discussão ou mesmo troca de idéias em nenhum dos foros internacionais de que participassem países não-nucleares. Estava assim consagrada a sua inteira liberdade de ação após terem conseguido impor todas as restrições necessárias aos demais membros da comunidade internacional para que se mantivessem no 'status' em que se encontravam.

O Artigo VII é de particular interesse para a América Latina visto que o seu objetivo é "assegurar a ausência total de armas nucleares dos territórios de Estados que concluam acordos regionais". O primeiro Tratado nesse sentido foi concluído neste Continente, um ano antes da aprovação do Tratado de Não-Proliferação, e pelo qual se proíbe, sob todas as formas, a produção, aquisição ou transporte de armas nucleares na América Latina. Seus objetivos, porém, são invalidados pelas próprias potências nucleares. Em virtude da completa liberdade de ação de que se arrogaram nesse terreno, podem elas transportar ou estacionar aquelas armas em aviões, navios ou submarinos na zona proibida porque não estão sujeitas a qualquer tipo de verificação, elemento por elas mesmas considerado essencial em qualquer tipo de acordo de desarmamento ou controle de armamentos.

Os Artigos subseqüentes contêm os aspectos processuais do Tratado, sempre no mesmo espírito de discriminação entre os signatários.

O artigo VIII dispõe sobre o processo para emendas ao texto do Tratado. Começa por democraticamente reconhecer a todas as Partes o direito de propor emendas. Em seguida exige o quorum de dois terços para a convocação de Conferência com aquele objetivo.

Finalmente requer para a aprovação de qualquer emenda o voto afirmativo das suas três Partes nucleares, Estados Unidos, União Soviética e Grã-Bretanha. Em outras palavras, *como o Tratado conta hoje com 160 países membros, apenas uma das Partes, hoje a* Rússia, os Estados Unidos ou a Grã-Bretanha, poderá anular os votos de todas as outras.

O Artigo IX define o que seja país militarmente nuclear: aquele que procedeu a uma explosão até 31 de dezembro de 1968, seja ou não Parte do Tratado, constituindo-se assim o grupo das cinco potências que passará a gosar dos privilégios no mesmo estipulados. Em seguida, procura perpetuar aquela estrutura de poder quando estabelece que a partir de 1995, quando se reunirá a sua última Conferência quinqüenal de revisão, passará o seu texto a vigorar indefinidamente, sujeito àquele processo de emendas adrede elaborado.

Adotado em 1968, entrou em vigor dois anos depois, quando obteve o número suficiente de ratificações.

Não resta dúvida que os propósitos das duas superpotências ao elaborarem o texto do Tratado acabaram por ser alcançados, não apenas numericamente, mas também quanto à sua legitimidade. Criou-se a percepção atualmente generalizada de que aqueles cinco países que dispõem da arma atômica são seus legítimos possuidores como se estivessem investidos por algum direito sobrenatural que lhes desse com exclusividade o privilégio da sua posse e da sua multiplicação sem que nenhum outro país, ou a comunidade internacional, tenha a faculdade de imiscuir-se nas suas atividades nucleares. Em outras palavras, a situação reinante passou a ser aceita com naturalidade e as únicas vozes discordantes são as que se ouvem, de pequeno número de países, nas salas de conferências das quais não repercute qualquer eco. Ao mesmo tempo, conseguiram também que os países que começam a alcançar progressos na tecnologia nuclear, principalmente no terceiro mundo, passem a ser considerados suspeitos, como se estivessem imbuídos de intenções delituosas, capazes de tentar romper o equilíbrio existente, ameaçando a paz e a segurança internacional. Nessas condições, os não-nucleares assumiram imperceptivelmente uma atitude defensiva, por vezes apologética, toda vez que pretendem avançar nesse terreno. A entronização da proibição nuclear militar na Carta constitucional brasileira é, em grande parte, reflexo daquele sentimento. Mais uma vez consagrou-se na História o respeito pela superioridade militar adquirida atribuindo-se aos que a possuem o apanágio da responsabilidade consentida, mesmo que aquela força seja capaz, como é o caso, de ameaçar a sobrevivência de todos os demais, inclusive daqueles que não estejam envolvidos em eventual conflito nuclear

A naturalidade com que se passou a considerar essa nova situação está ilustrada pelas análises que se fazem do confronto no Golfo Pérsico, quando comentaristas internacionais expunham seus pontos de vista sobre as possibilidades, vantagens ou desvantagens de uma solução nuclear para o mesmo. Como corolário automático, os países que não atingiram o mesmo poderio de periculosidade não são considerados suficientemente responsáveis para ter ingresso no círculo restrito dos privilegiados. Nas suas mãos, não se acredita que saibam ou que possam utilizar a derradeira arma responsavelmente

Com esse objetivo, as superpotências valeram-se de todos os artifícios e sofismas para alcançar o resultado a que chegaram, embora não consigam escapar às contradições da situação que criaram. A arma atômica se possuída por uns torna-se criminosa, por outros virtuosa. Sem explicitar esse argumento, são incontáveis as vezes em que potências

nucleares em conferências de desarmamento, em busca de justificativas para as posições que assumiram, declaram que graças àquelas armas, em mãos de uns poucos, evitou-se novo conflito em escala mundial nas últimas décadas.

Esse raciocínio baseia-se na premissa falaciosa pela qual se procura acreditar que a estrutura mundial de poder, em determinado momento da História da Humanidade, encontrou a sua base ideal de equilíbrio em torno da qual as relações internacionais continuarão a girar indefinidamente sem possibilidades de rupturas drásticas de conseqüências universais, como ocorreu no passado. O diretório nuclear, pelo temor à retaliação recíproca, estaria fadado ao respeito mútuo, evitando confrontos que pudessem levar às últimas conseqüências. Por mera coincidência, também, são as cinco potências com assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas que vieram a se tornar as cinco potências militarmente nucleares e assim consagradas no Tratado de 1968, sejam ou não Partes do mesmo.

Vislumbra-se, por conseguinte, o caminho que poderão seguir à medida em que se forem estreitando os laços do seu relacionamento e se confundindo a afinidade dos seus interesses. A aceitação pela família das nações de cinco membros privilegiados na Organização das Nações Unidas que além do assento perpétuo ainda dispõem do veto com exclusividade, a despeito da aberração que representa para o princípio da igualdade jurídica dos Estados, tornou-se ponto pacífico insusceptível de discussão. Em última instância, a elas compete decidir, no órgão máximo de ordenamento político-jurídico da comunidade internacional, odas as questões que possam afetar a paz e a segurança entre as nações. Essa posição privilegiada duplica-se então com a aceitação da legitimidade da posse exclusiva das armas de máxima destruição até hoje inventadas.

Pode afirmar-se, portanto, que a Carta das Nações Unidas e o Tratado de Não-Proliferação constituem os dois instrumentos político-jurídicos mais importantes do pós-guerra para a fixação da repartição do poder no mundo tanto neste último quarto de século quanto em futuro ainda imprevisível. Tirante as conferências de Yalta e Potsdam, quando os então três grandes dividiram e delimitaram territórios e zonas de influência, em nenhuma outra oportunidade conseguiram imprimir a sua vontade e preservar a sua predominância como naqueles dois instrumentos, o Tratado e a Carta da ONU.

Essa determinação já vinha de longe. O Tratado foi adotado em 1968, mas anos antes, em 1960, o General de Gaulle dá o seu testemunho, relatando os esforços infrutíferos que empreendeu junto às duas superpotências para que cessassem a carreira armamentista e tomassem as primeiras medidas de desarmamento nuclear, a começar pela desativação e destruição dos equipamentos de lançamento daquelas armas. Nas suas Memórias diz o Primeiro mandatário francês: "os russos e os americanos estavam igualmente resolvidos a conservar o arrazador argumento de supremacia que lhes asseguravam seus dispositivos e seus explosivos e a se acordarem para que os outros não os tivessem."

Ao recusar sua assinatura ao Tratado, estava o Brasil cercado de razões tanto de natureza jurídica quanto política. A arrogância do poder erigia aquele documento como o marco institucional de uma supremacia militar que deveria durar indefinidamente. E, em

termos práticos, significava a subordinação da tecnologia nuclear aos critérios de terceiros que sempre agiriam de acordo com seus interesses e objetivos e não com as necessidades daqueles que lhes ficassem dependentes. A posição brasileira, bem como da minoria dos não-signatários, não lhes facilita tão-pouco o avanço na respectiva tecnologia. A sua dependência, por conseguinte, ficará confinada ao seu próprio esforço que poderá ser sempre conjugado aos esforços daqueles que se encontram na mesma situação

DOCUMENTOS

B - MERCOSUL: BALANÇO DO PRIMEIRO ANO

Embaixador Rubens A. Barbosa*

O Tratado de Assunção, que cria as condições para o estabelecimento do mercado comum entre o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, depois de consolidadas uma zona de livre comércio e uma união aduaneira até 31 de dezembro de 1994, completou um ano no último dia 26 de março.

Nos últimos doze meses, apesar dos desequilíbrios e assimetrias existentes entre os quatro países, muito se avançou em todas as áreas de negociação.

Na reuniões das comissões, dos dez subgrupos de trabalho, de Ministros da Economia e de Presidentes de Bancos Centrais, do Grupo Mercado Comum, a Secretaria Executiva do MERCOSUL, e do Conselho de Ministros e Presidentes, foram adotadas dezenas de decisões alcançando a totalidade dos diferentes aspectos em exame na área de comércio exterior e de política industrial.

Concretamente, os resultados em termos de intercâmbio comercial foram auspiciosos Em 1991, as trocas comerciais entre os quatro países subiram a US$ 4,9 bilhões com um crescimento de 25% em relação a 1990.

No que se refere a investimentos intra-Mercosul, não há dados oficiais a respeito, mas as informações correntes nos quatro países referentes a associações, joint ventures, participações acionárias de empresas levam a crer que reapareceu o interesse do setor privado para aplicação na sub-região. O investimento externo, por outro lado, acompanha com atenção os passos iniciais da constituição do MERCOSUL. Empresas americanas e européias de consultoria empresarial observam a atração de capital de risco e chegam a recomendar a aceleração de sua implementação.

Os acordos entre as comissões de valores mobiliários e entre as bolsas de valores do Brasil, da Argentina e do Uruguai, bem como sua eventual extensão ao Paraguai, serão também fatores de facilitação e de estímulo de investimentos nos países membros do MERCOSUL

---

* Chefe do Departamento de Integração Latino-Americana do Ministério das Relações Exteriores e Coordenador da Seção Brasileira do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL.

proposta de ação que seja clara, que torne a política externa sintonizada com os objetivos da reconstrução nacional."

Hoje, as realidades da vida internacional correspondem ao que apontavam os versos de Camões: "Todo o mundo é composto de mudança, tomando sempre novas qualidades". Daí a importância da prudência como faculdade de orientar-se na História.

A comunidade mundial alimenta-se da simultaneidade de informações e da consciência da interpenetração dos grandes problemas globais.

Os temas da alta política internacional não são apenas os da guerra e da paz: concentram-se, igualmente, em torno das questões do desenvolvimento, dos fluxos financeiros, do comércio, do intercâmbio científico-tecnológico, da proteção do meio ambiente e da promoção dos direitos humanos.

A instabilidade, a ameaça ou o uso da força, no entanto, continuam a habitar o sistema internacional, o que se explica pela interação entre forças centrípetas, de integração, e forças centrífugas, de fragmentação. As primeiras exprimem-se através da globalização e da interdependência; as segundas manifestam-se através do renascimento vigoroso das questões das nacionalidades e muitas vezes têm sido fator de ameaça à paz e segurança internacionais. Não menos preocupante e desestabilizadora é a persistência e mesmo o agravamento das desigualdades entre as nações.

Minha visão, porém, é otimista. Confio no papel da razão, do diálogo e da moderação como instrumentos específicos e válidos da cultura e da condição humanas em quaisquer situações, memso as mais difíceis.

Entendo que o realismo é o ponto de partida da formulação da política externa, mas não pode ser seu ponto de chegada, pois isso representaria mera acomodação ao peso dos fatos e dos condicionamentos. Uma política externa para um país como o nosso requer uma "visão de futuro". É essa que dá sentido à atuação diplomática. Permite combinar a vontade de transformar e a razão moderadora, a luta em prol de objetivos éticos e o sentido de realidade, de maneira a ensejar para o Brasil um papel afirmativo no processo de reforma, ora em curso, da ordem mundial.

O atual momento diplomático requer uma combinação de tradição e inovação. É preciso criar o novo a partir do existente. Do acervo de nossa política externa, retiramos os princípios fundamentais que marcaram historicamente nossa diplomacia, como o da solução pacífica das controvérsias, a igualdade soberana dos Estados, a autodeterminação e a não-intervenção. Estes princípios, hoje evidentes à luz da evolução do Direito Internacional, correspondem, no plano externo, ao contrato social elementar que é a regra da reciprocidade. São a base para realizar os ideais de justiça social, para atenuar as disparidades crescentes que hoje ainda separam Homens e Nações.

Vossa Excelência, Ministro Rezek, cuja vida sempre esteve voltada para o Direito e que me deu a honra de ser examinador em meu concurso para Professor Titular da Faculdade de Direito da USP, soube zelar, com inestimável dedicação, e alto sentido

ético pelo patrimônio comum transmitido por nossos antecessores, entre os quais ressalta o patrono maior que foi o Barão do Rio Branco. Soube, ao mesmo tempo, inovar ao transpor para o plano das relações internacionais o projeto de modernização do Presidente Collor, legitimado interna e externamente pela democracia.

De grande relevância foram as atitudes tomadas pelo Governo Collor na sua gestão, Ministro Rezek, em relação aos novos temas globais. Entre esses seguramente se encontram o respeito aos direitos humanos, a construção da paz, a ênfase na cooperação, e a meta da integração.

O Brasil adquiriu, assim, maior credibilidade internacional, ampliando quantitativa e qualitativamente a faixa de sua operação diplomática.

Restaurou-se progressivamente a imagem do Brasil como pólo para investimentos. Reintegrou-se o País aos fluxos dinâmicos da economia mundial.

A diplomacia é instrumento essencial e insubstituível neste processo.

Em política externa, trata-se de compatibilizar necessidades internas com possibilidades externas. Não existem automatismos, nem ganhos fáceis. É preciso imaginação, vontade e esperança, para detectar novos nichos de oportunidade.

Uma oportunidade – que nem o Brasil nem seus parceiros podem deixar escapar – é a Rodada Uruguai, no GATT. Está em jogo a ordem econômica mundial, que o mercado, apesar de todas as suas inegáveis virtualidades, não é capaz de assegurar por si só. O mercado não é um dado bruto, não opera no vazio. Requer uma moldura jurídica mais ampla, que deve ser necessariamente objeto de construção política. A atitude positiva e conciliadora do Brasil na Rodada tem sido constante e dá-nos o direito de propugnar por idêntico sentido de convergência dos outros atores de modo a garantir, sem unilateralismos, regras globais para o comércio mundial.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, por sua vez, constitui outra oportunidade na agenda internacional. Consciente da magnitude deste tema e do papel que lhe compete como país-sede do que será a maior conferência internacional do pós-guerra, o Brasil buscará com determinação e perseverança afiançar o seu êxito. Estamos convencidos de que é preciso desmobilizar atitudes de confrontação, e buscar um consenso que permita realmente tirar partido desta ocasião única para reformular os processos indissociáveis de promoção do desenvolvimento e proteção do meio ambiente, com base na cooperação e não na recriminação mútua.

Assumo o Itamaraty plenamente consciente da complexidade da tarefa. Tenho a certeza de que serei apoiado por todos os que compõem os quadros desta instituição modelar, respeitada no mundo inteiro por seu profissionalismo e competência.

Posso fazer minhas as palavras do Ministro Horácio Lafer em seu discurso de posse nesta Casa, em 4 de agosto de 1959: "Estou certo de poder contar com a colaboração esclarecida e tenaz do magnífico corpo de funcionários que, na Secretaria de Estado, em

Missões diplomáticas e nas Repartições consulares, empregam um esforço construtivo ao serviço do Brasil. Por meu turno, podem eles estar seguros de que saberei defender, como se meus fossem, os altos e legítimos interesses do Itamaraty e de seus servidores."

Estou consciente, ainda, de que os recursos humanos não prescindem, por melhores e mais eficientes e dedicados que sejam, de condições materiais apropriadas, sobretudo nesta era de acelerada evolução tecnológica. A diplomacia mudou talvez menos em sua essência, em seu corpo de princípios jurídico-políticos, do que em sua percepção do tempo e do espaço. Requer velocidade na captação e na transmissão das informações, agilidade nas reações e acompanhamento incessante. Exige constante aprimoramento e sensibilidade redobrada. Demanda imaginação e audácia, tanto quanto prudência e sentido de permanência.

Sei das dificuldades que o Itamaraty enfrenta. Cuidarei como meta prioritária de superá-las no mais breve prazo. Comprometo-me com a busca tempestiva de soluções duradouras e equitativas para os problemas institucionais e de carreira que afetam o funcionamento da Casa. A hora é de unir, de somar, de assegurar a harmonia e o sentido de excelência que sempre caracterizaram esta que é uma instituição permanente da Nação brasileira. Para que juntos, sem exclusões ou discriminações, sob a liderança do Presidente Fernando Collor, possamos contribuir para a grande tarefa do desenvolvimento econômico-social do Brasil e para a inserção competitiva do País no mundo.

Minha atividade empresarial levou-me a seguir sempre de perto os problemas da ordem econômica internacional. Experimentei na esfera da ação a necessidade de motivar homens e mobilizar meios para alcançar metas previamente estabelecidas. Trago esta experiência para o Itamaraty, como trago o penhor de uma vida universitária dedicada ao estudo das questões internacionais.

Tenho abordado em muitos de meus trabalhos a relação entre democracia e política externa. A democracia é uma maneira de organizar o estado e a sociedade que tem como pressupostos o respeito pelo outro e pelos direitos humanos, a tolerância e o princípio da legalidade. A associação positiva entre a democracia no plano interno e uma visão de mundo traduz-se num internacionalismo de vocação pacífica, guiado pelos princípios da coexistência e da cooperação. Daí minha visão da diplomacia como um processo de diálogo e negociação que reflete externamente a convivência democrática no plano interno.

Não deixarei de ser coerente com as minhas reflexões. Desejo um Itamaraty permeável aos impulsos da sociedade, do Congresso Nacional, da imprensa, da academia, do mundo empresarial e do mundo do trabalho.

Com a orientação do Senhor Presidente, o legado de realizações que recebo do Ministro Rezek, a colaboração desta Casa e o apoio da sociedade brasileira, assumo o desafio que este elevado cargo impõe com a nítida consciência de sua complexidade. Mas assumo, sobretudo, com o entusiasmo de um servidor que não abriga outra aspiração que a de dar o melhor de si mesmo para o bem da República.

A - DISCURSO DO PROFESSOR CELSO LAFER NA CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

Brasília, 13 de abril de 1992.

Excelentíssimo Senhor
Ministro Francisco Rezek.
Minhas Senhoras, Meus Senhores.

Convidado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, é com grande honra e emoção que recebo, das mãos do meu colega e amigo Ministro Francisco Rezek, o cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores.

A hora é particularmente desafiadora. A conjuntura internacional evolui com muita velocidade. Modificam-se alianças e padrões de comportamento outrora rígidos e previsíveis. Isto exige clareza de conceitos.

O liberalismo de inovação, ao qual eu me filio, reconhece a importância de uma constante busca de eficiência que o mercado instiga, afirma a liberdade nos planos político e pessoal, e exige o respeito ao primado da legalidade, inerente ao estado de direito. Sabe, no entanto, que todas essas dimensões devem ser permanentemente vivificadas pela aspiração de justiça social, enquanto tarefa ética imprescindível posta pela escala de desigualdades prevalecentes no Brasil e no mundo.

Sem dúvida, esta visão do liberalismo que o Presidente Collor vem preconizando e aprofundando facilita a harmonização do trabalho governamental, contribuindo para a consecução dos grandes objetivos nacionais formulados com precisão e limpidez no seu discurso de posse

Desde os primeiros dias de seu Governo, o Presidente Fernando Collor indicou a necessidade de tornar compatíveis as agendas interna e internacional. Ao assumir a Chefia do Estado, o Presidente afirmava que: "a riqueza e a complexidade do momento não são motivo para timidez e recuo; ao contrário, requerem sensibilidade nova,

Cabe registrar, igualmente, significativos avanços em áreas de extrema delicadeza: a aprovação do regulamento para sancionar fraudes nos certificados de origem do MERCOSUL; a assinatura do Protocolo sobre solução de controvérsia, prevendo inclusive, numa última fase, um juízo arbitral, a definição de parâmetros para a negociação, pelo setor privado, de acordos setoriais, como o automotriz e o siderúrgico.

O dinamismo das negociações, o espírito construtivo dominante nos entendimentos e o ânimo de reconhecer as dificuldades, não como obstáculos intransponíveis, mas como etapas a serem superadas, têm produzido efeitos altamente positivos. Embora ainda não estejam transparentes os resultados de uma cultura comunitária, a "dimensão MERCOSUL" começa a ser levada em conta pelos formuladores das políticas econômicas dos países membros.

Como conseqüência disso, os Governos estão conseguindo passar a percepção de que o processo de integração do MERCOSUL é diferente daquele que os últimos trinta anos ocupou a retórica regional. Os operadores econômicos, públicos e privados, nacionais e multinacionais, vêem – corretamente, aliás – o processo como irreversível.

A sociedade civil dos quatro países, de forma crescente, começa a interessar-se pelo assunto multiplicam-se seminários, conferências, artigos especializados e empresas de consultoria em temas do MERCOSUL. A principal mudança ocorreu no setor privado que, de atitude inicial de clara desconfiança e descrédito, está evoluindo para uma posição de seguimento interessado e, em alguns setores, para uma ação direta de engajamento e de apoio pelo efeito demonstração do fechamento de negócios concretos.

O MERCOSUL começa 1992 com um desdobramento importante. Até aqui as negociações, basicamente técnicas, se restringiam às áreas relacionadas com as políticas de comércio exterior e de política industrial. Na reunião de dezembro de 1991 do Conselho, foram criados foruns para o exame de temas referentes a relações trabalhistas, educação, justiça e turismo, dando uma forte ênfase ao aspecto social nas negociações. O MERCOSUL se humanizou e tornou mais complexo e sofisticado o processo negociador.

Na fase atual de desgravação tarifária, de redução das listas de produtos sensíveis e de redução de restrições não-tarifárias, os efeitos da liberalização do comércio ainda não começaram a afetar de maneira significativa os diferentes setores internos nos quatro países. A partir do corrente ano, com a redução tarifária acima de 60%, alguns setores mais vulneráveis deverão sofrer algum impacto negativo. Dentro da política de abertura para o exterior, seguida pelos quatro países, contudo, os empresários terão a opção de competir com concorrentes do MERCOSUL ou com concorrentes americanos, japoneses, coreanos ou europeus.

Serão beneficiados os setores que procurarem ajustar-se às novas realidades, modernizarem-se e aumentarem sua competitividade. Ficarão prejudicados, podendo até desaparecer, aqueles que se recusarem a aceitar as mudanças e apegarem-se às suas ineficiências, na esperança de poder contar, ainda uma vez, com o auxílio assistencial do Estado, que desta vez dificilmente virá.

Especial atenção, nesse aspecto, deverá ser dada à implementação de políticas de reconversão no setor agrícola e de modernização do setor industrial. Não só poderão beneficiar empresas que deverão ficar em situação menos confortável em decorrência do processo de integração, como propiciarão excelentes oportunidades de negócios para aqueles empresários que, compreendendo o momento, assumirem uma moeda escassa nos últimos tempos, o risco.

A medida em que as negociações forem se aprofundando, o processo se tornará mais complexo e as diferença e assimetrias terão grande influência nas negociações, pois estarão em questão, não mais vantagens comparativas, mas vantagens competitivas de cada um, à luz da evolução da situação econômica interna dos países membros. Sendo o intercâmbio intra-MERCOSUL relativamente reduzido em relação ao comércio exterior total dos países membros e aprofundando-se automática e periodicamente a abertura das economias pela redução tarifária sobre todo o universo de produtos, a coordenação de políticas macroeconômicas, na fase atual, é menos urgente. Com o aumento do comércio, essa coordenação se tornará mais necessária.

Do ponto de vista dos setores de produção, tanto agrícola como industrial, o Tratato de Assunção passará a ter uma projeção importante quando se tratar de definir a Tarifa Externa Comum. Nesse momento, os países deverão estabelecer suas prioridades e traçar as linhas básicas de uma verdadeira integração produtiva entre todos os parceiros ou de uma pura e simples inserção na economia mundial.

LIVROS E REVISTAS

VELHOS BARBAROS, NOVO IMPERIO

Paulo Roberto de Almeida

Jean-Christophe RUFIN:
L'Empire et les Nouveaux Barbares
Paris, Editions Jean-Claude Lattès, 1991, 249 pp.

O tema está, sem dúvida alguma, na ordem do dia: a emergência de uma nova ordem mundial após a derrocada do sistema soviético. As teses e argumentos do autor não deixam tampouco de ser provocantes: a solidão das democracias ocidentais em face, não mais do inimigo ideológico tradicional, mas, da preocupante nebulosa dos povos divididos do Terceiro Mundo. Ambos se contemplam de um lado e outro do *limes*, a fronteira imprecisa entre dois mundos: o Norte, recentemente reunificado e supostamente depositário dos valores do direito - o Império - e o Sul, caótico e incontrolável na diversidade de seus povos - os novos bárbaros.

Vinho Novo, Velhos Odres

Como todas as teses dicotômicas, o ensaio de Jean-Christophe Rufin incita não só ao debate, mas também à contestação. E, como todos os argumentos razoavelmente "catastrofistas", o sucesso de mídia parece igualmente assegurado. Esses parecem aliás ter sido os objetivos do autor: provocar a indignação, quando não a rejeição das teses "defendidas" e, por isso mesmo, suscitar um movimento de reação ao curso aparentemente irreprimível tomado na atualidade pela chamada "nova ordem mundial": a conformação de um novo tipo de "apartheid", mais insidioso e generalizado que o velho sistema em vias de desaparecimento no país que o criou.

Como demonstrado pela experiência de denso best-seller do historiador Paul Kennedy sobre a ascenção e queda das grandes potências[1], discursos sobre a decadência ou o sucesso relativos das nações sempre despertam sentimentos ambíguos em cada um de nós. Desta vez não se trata de uma pergunta dirigida apenas aos dinossauros da política mundial, mas ao conjunto dos países em desenvolvimento, isto é, à maioria dos membros da já imensa comunidade mundial. Todos devemos, assim, perguntar-nos: a sociedade onde vivo caminha para a frente, para níveis mais elevados de progresso

econômico e de bem-estar social, ou seja, no sentido da História, ou, ao contrário, estaria ela condenada ao declínio, à estagnação, ao caos social ? Numa palavra: como meu país se situa em relação à modernidade encarnada pelos países já avançados ?

Nesse particular, o diagnóstico de Rufin é aparentemente inapelável: o Norte, agora liberado da confrontação Leste-Oeste, prossegue pacientemente seu rumo em direção do futuro, acumulando riquezas e dispensando bem-estar a seus habitantes. O Sul, ao contrário, pareceria condenado ao marasmo econômico, aos conflitos militares e raciais, enfim à anarquia social e política.

O que é mais preocupante é que não se trata de um simples "atraso histórico" em relação às realizações materiais, econômicas, científicas e culturais do Norte desenvolvido: o que os países do Sul apresentam, na verdade, é uma realidade substancialmente diferente daquela observada no hemisfério setentrional. Os valores greco-latinos são, segundo Rufin, rejeitados ao sul do Equador, a anarquia incontrolável de determindas porções do planeta estaria transformando territórios mais ou menos vastos em novas *terrae incognitae* onde nenhum ocidental ousa mais se aventurar, catastrófes e guerras se disseminam no mais completo descaso em diversas regiões.

Para garantir sua própria segurança, o Norte se fecha aos influxos humanos do Sul e passa a reforçar barreiras materiais à penetração dos novos bárbaros. Essas paliçadas modernas são constituídas por Estados tampões, cuja função é a de frear as correntes migratórias, diminuir os pontos de conflito e, em última instância, garantir as fronteiras do Império.

Este é o quadro geopolítico global - amargo, talvez, e mesmo cínico, mas realista - que, segundo Rufin, caracterizaria a nova ordem mundial em construção. O cenário traçado não poderia ser mais claro em sua crueza dicotômica, sob risco de parecer simplista. Mas, antes de rejeitarmos a tese principal de Rufin como irremediavelmente contaminada por um novo tipo de maniqueísmo - ao substituir a hoje defunta oposição Leste-Oeste pelo conflito Norte-Sul, em versão revista, corrigida e ampliada - cabe reconhecer a seriedade e pertinência dos argumentos desenvolvidos em seu ensaio, quando não a fundamentação empírica da maior parte de suas afirmações.

Seu ensaio é, porém, deficiente em razão de duas ordens de problemas: por um lado, um reagrupamento arbitrário, algumas vezes incoerente, de uma série de dados objetivos - demografia, mores social, comportamento político, conflitos militares - sobre diferentes países do Terceiro Mundo; por outro lado, um pecado metodológico comum a todos os comparatistas trans-temporais: o desejo de encaixar novas realidades em velhos moldes históricos. Vamos tratar sucessivamente dessas duas questões, ao mesmo tempo em que repassamos os argumentos de Rufin.

Existe um Terceiro Mundo ?

Todo o livro de Rufin é construído sobre a oposição entre o Norte, que adere aos valores democráticos e humanos mais ou menos identificados com a ideologia americana, e o resto do mundo, isto é, os novos bárbaros. Nem o Sul, nem o Norte são entidades homogêneas, como o reconhece o autor, mas um conjunto de elementos os diferenciam

entre si, ou melhor, diversos traços negativos afastam de maneira inquestionável o destino sombrio dos países do Sul do itinerário relativamente satisfatório seguido pelos países do Norte.

Já sabíamos, desde Max Weber, que toda ciência social é permeada de subjetividade e que todo comparatismo está irremediavelmente comprometido pela nossa própria visão do que seria o "padrão normal" de desenvolvimento histórico e social. O mesmo Weber, que fazia seus exercícios de comparação sociológica com base nos famosos "tipos ideais", seria extremamente cauto em fazer a análise dessa imensa variedade de problemas ao abrigo da noção de "terceiro mundo", um conceito tão carregado de contradições quanto a própria realidade que ele pretende descrever.

Na verdade, os elementos selecionados por Rufin para descrever o quadro político, econômico, social, demográfico e cultural dos países do Sul são todos relevantes quando tomados individualmente ou de maneira tópica para cada um dos países mencionados. A dificuldade está, precisamente, em subsumir elementos de origem diversa num mesmo cenário "unificador": o assim chamado "terceiro mundo"

Dito isto, não há como recusar a realidade atual dos países do Sul, tal como evidenciada de maneira dramática no livro de Rufin. Senão vejamos: aparecimento e ampliação de zonas de insegurança relativa em diversas regiões, seja na América Latina (onde o caso mais evidente é o do Peru), na Africa (Etiópia, Somália, Libéria, etc), no Oriente Médio (Líbano) ou na Asia (India, Sri Lanka, Indochina), conformando as já mencionadas *terrae incognitae* do novo mapa planetário; colusão do crime organizado com as zonas de pobreza urbana, em diversas megalópoles do Terceiro Mundo; diferenciação gritante das taxas de natalidade ao sul e ao norte do Equador, desmentindo as teses antimalthusianas sobre a "transição demográfica"; acumulação de "arquipélagos de miséria", nas zonas de refugiados políticos ou econômicos em vários pontos do mundo ou nas próprias cidades do Sul, como resultado do êxodo rural; desenvolvimento de novas ideologias insurrecionais, em ruptura com o marxismo tradicional, sustentando movimentos guerrilheiros virulentamente anti-ocidentais e anti-humanistas (Sendero Luminoso, Kmer Vermelho, fundamentalistas islâmicos, etc); disponibilidade de armas e equipamentos sofisticados nas mãos de grupos radicais ou simplesmente criminosos; ineficiência relativa ou absoluta dos programas de desenvolvimento, seja pela ausência de mínimas condições favoráveis à implementação dos projetos, seja pela dilapidação dos recursos da cooperação internacional nas mãos de agentes corruptos. Enfim, um pouco em todas as partes do Sul o que se observa é uma situação geral que não é de simples "atraso histórico" em relação aos países do Norte - atraso que poderia, teoricamente, ser coberto em prazos mais ou menos curtos, segundo os níveis de desenvolvimento já alcançados - mas, uma condição fundamentalmente diversa da dos países avançados, uma diferença estrutural quanto ao modo mesmo em que se processa o "desenvolvimento".

Rufin tem, sem dúvida alguma, razão no que se refere à maior parte de suas constatações "objetivas" sobre a situação dos países do Sul. De uma forma geral, o quadro é desalentador: avanço da miséria, da instabilidade política e militar, deterioração das condições de vida na maioria das megalópoles do Sul, progressão do crime

organizado e da corrupção, falência geral das instituições públicas, numa palavra, recuo geral da sociabilidade e avanço da anomia. Tudo isso é bem real no Terceiro Mundo, mas não necessariamente verdadeiro para os países individualmente

O cenário assustador do território de "bárbaros" é construido com base nos exemplos mais deploráveis que se oferecem aos olhos dos observadores do Império, elementos de natureza diversa pinçados aqui e ali na atualidade sempre trágica dos chamados "pontos quentes" do terceiro mundo. Esse terceiro mundo do livro de Rufin é o mesmo que comparece regularmente nos telejornais do Norte: guerrilhas, catástrofes naturais e sociais, ditadores sanguinários e líderes corruptos, criminalidade generalizada nas grandes cidades, violência gratuita contra mulheres, abusos dos direitos humanos, camponeses famintos, crianças abandonadas, menores assassinados, em suma, um novo pátio dos milagres com nome e endereço. O Terceiro Mundo não deixou de existir apenas pelo desaparecimento do Segundo: ele prospera, e sua face é horrenda, merecendo mesmo o epíteto de território de bárbaros.

Não se pode, evidentemente, negar a manutenção de altas taxas de fecundidade em muitos países do Sul, bem como a preservação e ampliação de focos de miséria, de desigualdade e de injustiça social na maior parte deles. O que é, entretanto, contestável, do ponto de vista da "boa" ciência social, é o agrupamento de todos esses exemplos "objetivos" numa mesma construção ideal - o chamado "terceiro mundo" - que corresponde, *cela va de soi*, às expectativas mentais dos habitantes do Império

Em outros termos, os "novos bárbaros" do terceiro mundo constituem um aglomerado de "primitivos" irremediavelmente divorciados dos valores e práticas conhecidas no Norte. Como trabalho jornalístico, o livro de Rufin é o que se poderia chamar de bom exemplo de "reportagem catástrofe"; como análise objetiva da situação real dos países do Sul, contudo, é um mero emaranhado de horrores, tentando apresentar-se sob forma de edifício coerente

Essa construção, porém, em que pese toda sua força de atração dramática, simplesmente não consegue manter-se de pé, pelo menos vista pelo ângulo da ciência social. Em primeiro lugar, porque não há esse terceiro mundo descrito por Rufin, mas tão simplesmente lugares e países diversos, apresentando problemas de distinta natureza, derivados de múltiplas causas estruturais ou conjunturais que existem episódica ou permanentemente nos diferentes continentes que compõem esse amálgama maior conhecido por Terceiro Mundo. Em segundo lugar, porque a coleção de tragédias que ele vislumbra nos territórios dos novos bárbaros é por demais incoerente, do ponto de vista analítico, para justificar esse agrupamento parcial e simplificador de elementos heterogêneos numa única construção ideal - o Sul - que se oporia ao Norte em todas as frentes possíveis do desenvolvimento histórico e social

Pode-se tentar compreender as razões do pessimismo extremo de Rufin: *coopérant* francês em diversas regiões miseráveis do terceiro mundo (redundância?), coordenador de ajuda humanitária (*Médecins Sans Frontières*) em regiões de conflito, responsável por diversos programas de socorro urgente em zonas de guerra civil e de refugiados, ele já passou por diversos "infernos" terrestres, feitos pela própria mão do homem (com armas

do primeiro mundo, é verdade) Rufin conhece, por assim dizer, as "entranhas" do mundo bárbaro: Líbano, Sudão, Somália, etc.

O que não se pode admitir, no entanto, é uma generalização duvidosa e um amálgama indevido dessas diversas situações de crise extrema e sua extensão abusiva ao conjunto dos países em desenvolvimento, como se, *d'un coup*, os "bárbaros" dominassem de maneira uniforme os territórios ao sul do novo Império

A Miséria dos Modelos

O problema fundamental do discurso de Rufin, entretanto, não se resume à incoerência dessa agregação de dados dispersos para dar uma imagem caótica de um terceiro mundo unido em seu barbarismo Ele é, mais bem, resultante do desejo secreto de todo aprendiz de comparatista de encontrar um precedente histórico e um paradigma analítico para uma oposição pré-fabricada e aprioristicamente definida entre o Norte e o Sul. A comparação ou, melhor, o modelo adotado no ensaio de Rufin recua longe na História, quando o Império romano, após derrotar Cartago - uma espécie de União Soviética da antiguidade - encontrou-se só em face da maré de bárbaros que batia às portas do mundo civilizado. Uma vez vencido o "império do mal" cartaginês, tratava-se de consolidar as fronteiras do "império do bem", instalando, nos postos avançados da conquista romana, uma fronteira bem demarcada que tomará o nome de *limes*.

Hoje em dia o *limes*, na versão apresentada por Rufin, iria do Rio Grande, na fronteira México-EUA, passaria pelo Mediterrâneo, penetraria nas montanhas do Cáucaso e nas estepes mongóis para terminar nos rios Amur e Ossuri, entre a Sibéria oriental e a China. Esses limites correspondem, grosso modo, ao que, no vocabulário onusiano, foi identificado como o conjunto dos países em desenvolvimento, em oposição aos demais grupos da comunidade internacional. Em outros termos, não há, à primeira vista, novidades geopolíticas no novo mapa traçado por Rufin. Tampouco é surpreendente vê-lo caracterizar o México ou o Marrocos como Estados tampões, isto é, zonas de segurança e de estabilidade na fronteira imediata entre o Norte e o Sul.

Mais interessante, por sua vez, é sua caracterização do Irã e da China como sendo igualmente Estados tampões. Independentemente, portanto, da ideologia política ou do regime econômico e social adotados por cada um desses países, eles desempanhariam o mesmo papel no *limes*: imobilismo, estabilidade, garantia de paz para o Norte Vale a pena retomar a descrição de Rufin para o papel da China, que também valeria, *mutatis mutandis*, para o caso do Irã

"Perfeitamente à vontade no seu papel de Estado tampão, ela não é uma escória, um vestígio do mundo soviético em vias de extinção. Ela é, ao contrário, enquanto tecnologia da estabilidade, um modelo o dos futuros Estados tampões que se instalam ao longo do *limes* A característica desse modelo é uma mistura bastante surpreendente de eficiência política - no controle e na opressão - e de marasmo econômico" (p 197)

"Estabilidade, dependência, eis o que o Norte pede aos Estados tampões. No demais, suas vociferações contam muito pouco. No caso dos totalitarismos marxistas de tipo

chinês, a retórica anti-capitalista pode se desenvolver sem inconvenientes. Ela serve, ao contrário, para reunir o que resta dos movimentos revolucionários internacionalistas no mundo e a evitar sua dispersão anárquica. Mas, a ineficiência econômica é a garantia de que o tigre tem os dentes e as garras limadas. Pode-se deixá-lo morder, pode-se deixá-lo rugir. Ele se mantem solidamente em suas patas, eis tudo que lhe é pedido" (p. 198).

Assim, a despeito de uma discordância fundamental com Rufin a propósito mesmo do modelo Império/novos bárbaros adotado em seu ensaio, cabe reconhecer a agudeza de sua análise política a propósito do papel da China (e do Irã) na nova ordem mundial em construção. Ao Norte interessa muito mais um Estado opressor, mas estável em sua função de fronteira, do que uma democracia insegura e problemática.

Sobre as condições de funcionamento e de manutenção do novo "apartheid", as posições de Rufin são igualmente pertinentes. "O Império deve, em primeiro lugar, estabelecer um equilíbrio militar ao longo do *limes*. Depois, ele deve poder se precaver contra perigos longínquos, aqueles que intervêm nas profundezas do mundo bárbaro. Enfim, ele deve aprender a conduzir, ao longo do *limes*, uma diplomacia da desigualdade" (p. 212).

A utilização do conceito de "apartheid" pode parecer chocante, ademais de extremamente forte para caracterizar as possíveis relações futuras entre os países do Norte e as nações em desenvolvimento. Ela não é, contudo, em nada exagerada. Aliás, a aplicação desse princípio já foi explicitamente recomendada, embora ao abrigo de um pseudônimo, por um alto funcionário do Governo francês especialista em questões de defesa, devendo o novo regime ser observado antes de mais nada nas transferências ditas "dualistas" de tecnologia (hoje em dia quase todas o são)[2]. Apesar de vinculado ao problema das tecnologias de emprego militar, o argumento, exposto brutalmente, é o de que se deve reforçar e adaptar os regimes atualmente em vigor (TNP, Cocom, regime de controle de tecnologia de mísseis), abandonando-se a distinção entre tecnologias civis e militares e estabelecendo-se um "secretariado internacional permanente" para coordenar as exportações de tecnologias "sensíveis". Considerando-se que mesmo a concepção e manufatura de circuitos integrados já foi declarada pelo Pentágono como do interesse da segurança nacional norte-americana, pode-se deduzir facilmente até onde poderia chegar um tal regime de controle.

Jean-Christophe Rufin deseja, evidentemente, o fim do "apartheid", de preferência através de uma decidida ação de caráter universalista e humanista que, ao mesmo tempo em que busca perseverar nos projetos de cooperação para o desenvolvimento, faça a denúncia constante de todos os tipos de despotismos: o do dinheiro, o do fanatismo religioso, o da injustiça social. O único problema é que a iniciativa, mais uma vez, deve vir do Norte: assim, os que no Sul se batem pela transformação - são expressamente citados Vargas Llosa e Fernando Collor - deveriam receber mais "ajuda" do Norte. Sua denúncia das hipocrisias mantidas tanto ao Norte quanto ao Sul é, entretanto, muito bem vinda, em que pese o anacronismo da comparação da situação atual com a Roma antiga.

Resta uma última observação, não só em relação ao título da obra, como no que se refere à adequação do adjetivo "novo" aplicado aos "bárbaros". Estes, como a miséria e

a opressão, sempre existiram e continuam a carregar uma existência dramática através dos séculos. O Norte, por sua vez, encontra-se numa situação historicamente inédita: já não se vive a "bipolaridade" dos últimos quarenta anos, nem tampouco retornou-se ao "equilíbrio de potências" do século passado. Dessa forma, o império, sim, é que é novo, pois os "bárbaros" são nossos velhos conhecidos.

NOTAS:

1- Cf. Paul M. KENNEDY, The Rise and Fall of Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000, Nova York, Random House, 1987. Edição brasileira: Ascenção e Queda das Grandes Potências, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989, tradução de Waltensir Dutra.

2- Vide Jean VILLARS, "Pour l'Apartheid Technologique", L'Express (14 Setembro 1990, pp. 30-31).